

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E DE IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS FACTORES DE EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO

DIVERSIFICAÇÃO
BASE ECONÓMICA



MODERNIZAÇÃO



AMBIENTE
NATURAL



AMBIENTE
CONSTRUÍDO



REFORÇO E
EQUILÍBRIO DA
REDE URBANA



DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-CULTURAL



FORMAÇÃO
PROFISSIONAL



IMAGEM DO
CONCELHO



GESTÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PDM.....	7
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	7
MODELO TERRITORIAL	9
PARTE I – NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO	12
EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA.....	12
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS VERDES, NATURAIS E SEMI-NATURAIS.....	20
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	31
INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DO SOLO URBANIZÁVEL	35
RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO E URBANIZÁVEL	41
EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	43
TRANSPORTES, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE.....	47
DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS	66
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA	74
PARTE II – IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO	86
PARTE III – DEFINIÇÃO DE NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	97

INTRODUÇÃO

O Plano Director Municipal de Almada (PDM-A) foi iniciado após um vastíssimo trabalho de planeamento, desenvolvidos desde o 25 de Abril de 1974, cujos Planos Municipais de Ordenamento do Território, desde então elaborados cobriam mais de 90% do território do concelho.

O PDM-A consagra formalmente propostas resultantes de um processo iniciado em 1987, cuja elaboração introduziu, com assinalável pioneirismo, um conjunto de aspectos inovadores e uma metodologia, indutores de transformação nas boas práticas de planeamento, que o novo regime jurídico dos IGT, hoje estabelece como obrigatórias nos processos de elaboração de instrumentos de Gestão Territorial (IGTs).

Tendo por base um processo alargado de participação dos serviços da CMA, agentes e actores socioculturais, económicos e políticos, a metodologia centrou-se na construção de um diagnóstico profundo da situação existente, na consensualização de uma visão do estado do concelho e das suas tendências de evolução, na implementação e, finalmente, na formulação de um conjunto de cinco objectivos estratégicos para a transformação do concelho.

Findo o período de elaboração do PDM-A, este foi aprovado na Assembleia Municipal em 18 de Julho de 1993, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 5/97, de 14 de Janeiro de 1997, e publicado no *Diário da República*, 1ª Série-B, em 14 de Janeiro de 1997.

REVISÃO DO PDM

O processo de revisão de um PDM decorre do estabelecido no nº 3 do artº 98 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). No âmbito da revisão, deverá ser tida em consideração a sua conformidade com o RJIGT, e o seu enquadramento no sistema de Gestão Territorial de âmbito nacional e regional.

O PDM-A foi elaborado antes da entrada em vigor da Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto e antes do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – DL nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL nº 316/07 de 19 de Setembro.

Neste sentido, há que considerar todo o quadro de Instrumentos de Gestão Territorial e de documentos estratégicos que, ao gizarem macro-orientações de política nacional, europeia e internacional bem como objectivos e metas de longo prazo, estabelecidos em matéria de ordenamento territorial, ambiente e sustentabilidade, se relacionem com o PDM-A, alguns dos quais se identificaram nesta fase.

Âmbito internacional:

- Agenda 21, Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável no século 21 (Programa Ambiente da ONU, 1992);
- Carta de Aalborg e Compromissos de Aalborg (Aalborg Commitments - Framework);
- Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis;
- Duas vezes 20 até 2020, As alterações climáticas, uma oportunidade para a Europa, Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões COM(2008) 30;
- Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC);
- Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano;
- EU Thematic Strategy for the Urban Environment, Brussels, 11.1.2006 COM(2005) 718 final;
- Livro Branco dos Transportes, A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções COM(2001) 370;
- Livro Verde da Adaptação às Alterações Climáticas na Europa, Adaptação às alterações climáticas na Europa – possibilidades de acção da União Europeia COM(2007) 354;
- Livro Verde da Energia, Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura COM(2006) 105;
- Livro Verde Mobilidade, Por uma nova cultura de mobilidade urbana COM(2007) 551;
- Review of the EU Sustainable Development Strategy (EU SDS) – Renewed Strategy, Council of the European Union, Brussels, 9 June 2006;
- Territorial Agenda of the European Union – Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions (agreed on the occasion of the Informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion), Leipzig, 2007;
- WHO Europe, Towards a new planning process – A guide to reorienting urban planning towards Local Agenda 21, 1999 (WHO Healthy Cities as part of the European Sustainable Cities & Towns Campaign).

Âmbito nacional:

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- Estratégia Nacional para a Energia (ENE);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II);
- Plano Estratégico Nacional de Turismo;
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);

- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde;
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética: 2008-2015 (PNAEE);
- Plano Nacional da Água;
- Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN2007-2013).

Âmbito regional:

- Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBH Tejo);
- Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT): Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC Sintra-Sado), Plano de Ordenamento da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (Resolução do Conselho de Ministros nº. 179/2008, de 24 de Novembro);
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES);
- Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML), em alteração;
- Planos Sectoriais de Ordenamento do Território (PSOT): Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML); REDE NATURA 2000;
- Programa Operacional Regional de Lisboa;
- Resolução do Conselho Ministros nº 137/08 de 12 de Setembro, determina a elaboração do Projecto do Arco Ribeirinho Sul.

Âmbito municipal:

- Agenda Local 21;
- Almada Digital;
- Carta Educativa do Concelho de Almada;
- Carta do Ruído de Almada;
- Centro Cívico do Pragal;
- ELAC, Estratégia Local para as Alterações Climáticas no Município de Almada;
- Estrutura Ecológica Municipal;
- Estudos de caracterização e inventariação das Comunidades Vegetais do concelho de Almada;
- Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria (Plano de Pormenor de S. João, Plano de Pormenor do Torrão, Plano de Pormenor das Abas da Raposeira, Plano de Pormenor Expansão Sul da Trafaria-Raposeira e Plano de Pormenor da Corvina/Raposeira);

- Estudo de Enquadramento Estratégico Almaraz/Ginjal;
- Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional de Cristo Rei/Fonte da Pipa;
- Estudo Estratégico Almada Poente;
- Inventário das Emissões de GEEs no Município de Almada: matriz energética;
- Metro Sul do Tejo;
- Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada;
- Plano de Mobilidade – Acessibilidades 21;
- Plano de Pormenor da Bacia da Foz do Rego;
- Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica;
- Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta da Caneira;
- Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Guarda-Mor;
- Plano de Pormenor de Requalificação Urbana e Funcional de Cacilhas;
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale Rosal;
- Plano de Urbanização da Frente Ribeirinha Nascente;
- Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo do Concelho de Almada;
- Polis da Costa da Caparica (Plano de Pormenor das Praias Urbanas, Plano de Pormenor do Jardim Urbano, Plano de Pormenor do Bairro do Campo da Bola, Plano de Pormenor dos Novos Parques de Campismo, Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente, Plano de Pormenor das Praias de Transição e Plano de Pormenor das Praias Equipadas);
- Rede Ciclável de Almada.

QUADRO LEGAL E REGULAMENTAR

Conforme disposto no nº 2 do artº 3 da Portaria 1474/07 de 16 de Novembro, que fundamenta a deliberação de Câmara que determina a revisão do PDM, esta deverá ser acompanhada, de um *“relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Director Municipal e de identificação dos principais factores de evolução do município, o qual incide sobre os seguintes aspectos:*

- a) Níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município;*
- b) Identificação dos factores de mudança da estrutura do território;*
- c) Definição de novos objectivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adoptar.”*

De acordo com o enquadramento legal do processo de revisão do PDM-A, o presente relatório encontra-se estruturado em 3 partes:

PARTE I – Níveis de Execução do Plano

Nesta parte são avaliados os níveis de execução do PDM-A no que diz respeito aos aspectos referidos no nº 2 do artº. 3 da Portaria 1474/07 de 16 de Novembro, enquadrados naquilo que são os Objectivos Fundamentais do PDM-A, o Modelo de Desenvolvimento Territorial, bem como planos, projectos e acções do Município na vigência do PDM-A.

PARTE II – Identificação de Factores de Mudança da Estrutura do Território

Caracterização das principais alterações ocorridas e quais as evoluções que se perspectivam na AML e na Península de Setúbal, que poderão ter impactes decisivos no concelho de Almada, tanto no que se refere aos condicionantes exógenos da sua própria mudança, como do seu posicionamento e peso relativo no seio deste sistema metropolitano e dos factores de mudança que se consideram claramente endógenos, isto é, aqueles que têm a ver com as próprias condições existentes no concelho ou que resultam directamente da sua tendência de evolução.

PARTE III – Definição de Novos Objectivos de Desenvolvimento para o Município e Identificação de Critérios de Sustentabilidade

Identificação de objectivos de desenvolvimento e critérios de sustentabilidade determinantes para o enquadramento do processo de revisão do PDM de Almada e definição da metodologia a seguir após o início formal do processo de revisão do PDM-A para a definição dos Factores críticos de decisão, enquanto 1ª fase da Avaliação Ambiental Estratégica.

PDM

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

A elaboração e implementação do Plano Director Municipal visou o lançamento de um processo de planeamento estratégico no concelho de Almada, assente num modelo de desenvolvimento e ordenamento do concelho, através de um conjunto de Objectivos Estratégicos.

Para a definição destes objectivos estiveram subjacentes alguns pressupostos que presidiram à elaboração do Plano e que constituíam os factores de mudança determinantes à data. A significativa melhoria da mobilidade e acessibilidade na AML, os novos modelos produtivos e de serviços, os critérios da sua localização e a alteração da estrutura do mercado de emprego, são factores que condicionaram fortemente as opções então tomadas.

Foram definidos cinco Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento do concelho, assim como os domínios principais de intervenção. A estrutura espacial do território ficou definida na Planta de Ordenamento do PDM-A, através da delimitação de classes de espaços em função do uso dominante e das UNOP, Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. As UNOP correspondem a 14 áreas de intervenção do concelho de Almada com uma política específica dominante em termos de ordenamento do território e desenvolvimento urbanístico. O PDM-A estabelece, para cada unidade, um conjunto de princípios e propostas de ordenamento e intervenção urbanística.

Assim, os Objectivos Estratégicos em vigor e os objectivos específicos associados são os seguintes:

Objectivo Estratégico 1

Diversificação da Base Económica e Modernização dos Processos Produtivos

- Promoção de Zonas Turísticas em Áreas de Elevada Qualidade Paisagística
- Criação de Áreas de Recreio e Lazer
- Reordenamento do Tecido Comercial e Requalificação do Sistema de Distribuição
- Valorização dos Recursos Científicos e Tecnológicos

Objectivo Estratégico 2

Reforço e Equilíbrio da Rede Urbana do Concelho e do seu papel na Região

- Favorecer e Desenvolver Novas Acessibilidades Intra e Inter-concelhias
- Criação de Novas Centralidades
- Desenvolvimento de uma Rede de Equipamentos Estruturantes

Objectivo Estratégico 3

Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente construído

- Valorização dos Recursos Naturais e Paisagísticos do Concelho
- Constituição de um Pólo de Actividades Lúdicas, Turísticas e de Serviços

Objectivo Estratégico 4

Desenvolvimento Sócio – Cultural e de Formação Profissional

- Criação de Pólos Culturais em Edifícios de Valor Patrimonial Reabilitados
- Desenvolvimento de uma Rede de Serviços Lúdicos
- Diversificação da Oferta nas Áreas de Formação Profissional
- Desenvolvimento de uma Política de Formação de Agentes Culturais para o Movimento Associativo

Objectivo Estratégico 5

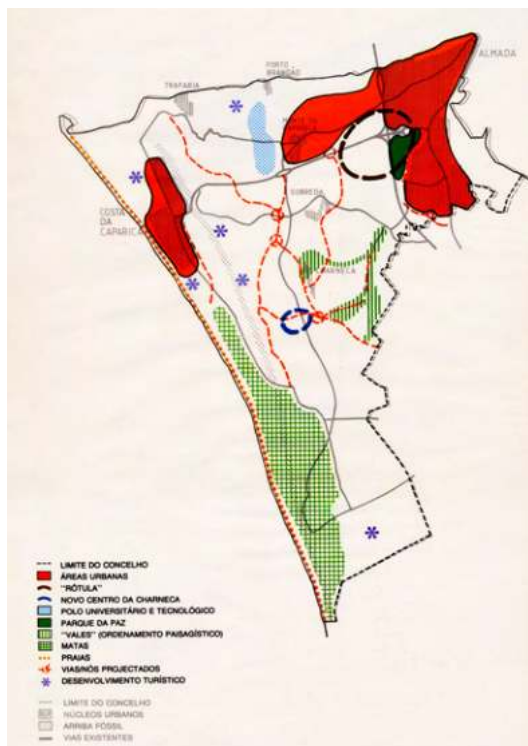
Desenvolvimento de uma nova Imagem do Concelho e da sua Gestão

- Definição de um Novo Sistema de Gestão
- Diversificação e Aprofundamento das Formas de Participação dos Cidadãos na Vida do Município

MODELO TERRITORIAL

O **modelo territorial** do PDM-A, tal como se encontra expresso nos documentos anexos ao plano, traduz espacialmente os elementos estruturantes da proposta de ordenamento em estreita correspondência com os objectivos estratégicos enunciados.

Figura 1 – **Esquema do modelo territorial do PDM-A**



Fonte: “**Conceitos e Princípios de Ordenamento para o Concelho de Almada**” – PDM, CMA

No conceito de ordenamento proposto são identificadas as seguintes áreas estruturantes:

– **Consolidação da zona de Almada/Cacilhas/Cova da Piedade como centro administrativo e cultural do concelho**

– **Expansão deste centro segundo os eixos Pragal / Monte da Caparica e C. da Piedade / Laranjeiro**

Eixo Pragal - Monte da Caparica com forte componente de actividades terciárias, polarizadas em torno da estação do Pragal, e das actividades de Inovação e Desenvolvimento (I&D) relacionadas com as instituições de ensino superior.

Eixo Cova da Piedade – Laranjeiro (ao longo da Estrada Nacional (EN) 10), com vocação residencial. A EN10 transformar-se-ia progressivamente em alameda urbana e eixo prioritário para

os transportes públicos, atraindo equipamentos desportivos e de lazer de nível concelhio ou mesmo regional.

– Rótula

Centrada no Centro-Sul e formada por uma área concentrada de equipamentos públicos e privados, de nível superior, serviços e comércio de distribuição, espaços verdes de recreio e lazer. Servida por um sistema viário em anel e pela futura estação do Pragal.

– Desenvolvimento da Costa da Caparica e da Charneca como centros urbanos secundários

Consolidar estes núcleos como residenciais, reabilitando o seu tecido urbano, dotando-os dos equipamentos colectivos de que carecem e daqueles que os reforçam como lugares centrais à escala concelhia.

– Definição de um eixo de actividades turísticas e de recreio e lazer

A desenvolver-se marginalmente às frentes de mar, desde o Monte de Caparica à Aroeira, passando pela Trafaria e Costa da Caparica - onde se privilegiará o recreio e lazer - e pelo planalto sobranceiro à arriba Fóssil, zona onde, a par da que se situa a poente do Monte, se propõe a localização de equipamentos turísticos de baixa densidade.

– Consolidação do eixo industrial de Vale Rosal – V. Figueira

Este eixo apoia-se predominantemente em solo privado e municipal e na ocupação industrial existente e nas novas vias transversais projectadas.

– Contenção da expansão industrial na frente ribeirinha

Pretende-se o não alargamento dos perímetros das instalações industriais existentes, nem o aumento da sua área edificada – excepção feita às necessidades decorrentes de razões de segurança –, nem a criação de novas áreas a afectar a este tipo de uso.

– Estrutura verde contínua na zona dos Vales

Pretende-se que funcione, simultaneamente como corredor ecológico e área de equipamento desportivo de recreio e lazer. Esta estrutura verde, assente nos vales que caracterizam o interior do território concelhio, em conjunto com o centro de actividades terciárias da Charneca, constitui o principal elemento estruturante do tecido urbano desta vasta zona, cuja urbanização teve a sua génese dominante em loteamentos ilegais, bastante fraccionados, e consequentemente de difícil articulação urbana.

– Desdensificação das zonas de Quintinhas/Aroeira, Vale Mourelas/Funchalinho e Vila Nova/Capuchos

Por forma a preservar ou melhorar o equilíbrio ambiental e a qualidade paisagística destas áreas propõe-se o aumento das áreas dos lotes nos novos loteamentos urbanos, ou diminuição da edificabilidade dos existentes, bem como através da contenção da expansão urbana sobre áreas sujeitas aos estatutos de Reservas Agrícola ou Ecológica nacionais sempre que tal ainda seja possível.

PARTE I – NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

OBSERVAÇÃO DO USO DO SOLO DE 1998 A 2005

A análise deste indicador assenta na observação de Cartas de Uso do Solo, produzidas com base na metodologia praticada pelo Instituto Geográfico Português, através de interpretação visual de ortofotomapas digitais, seguida de digitalização e complementadas por levantamentos de campo que caracterizam a ocupação dominante do solo em determinado momento, independentemente do que está previsto/programado nos instrumentos de gestão territorial (Planos).

A informação contida nestas cartas assenta na delimitação de grandes manchas de uso, ou seja, espaços que apresentam um determinado uso dominante não obstante a existência de outros usos dentro desses mesmos espaços. De forma a ser possível a leitura destas cartas, a delimitação dos usos assenta, entre outros critérios, na definição de uma unidade de medida, de dimensão base equivalente a 1Ha.

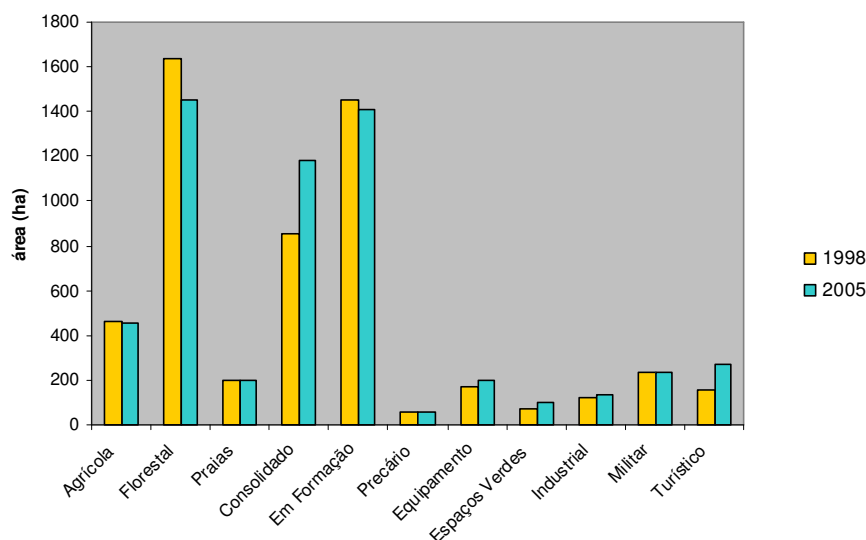
No que respeita à dominância do uso do solo no concelho de Almada, destacam-se três classes com maior expressão face às restantes classes de uso analisadas: espaços consolidados, em formação e florestais.

Os espaços consolidados e em formação confirmam o carácter urbano do território e evidenciam as suas potencialidades enquanto centralidade urbana da Área Metropolitana de Lisboa.

Refira-se ainda, a evolução verificada na classe de espaços turísticos, que reflecte, de forma expressiva, a tendência de crescimento deste sector estratégico.

Os espaços florestais são os que têm maior expressão devido à presença de extensas áreas de matas e maciços arbóreos, muitas incluídas em áreas de Reserva Ecológica Nacional e de Paisagem Protegida.

Figura 2 – Uso do Solo (hectares) - 1998 e 2005



Fonte: DEP/CMA

As cartas de usos do solo produzidas constituem também uma importante fonte de informação na construção de análises contidas nos capítulos da Evolução das Áreas Verdes Naturais e Semi-naturais, bem como da Folga Urbanizável.

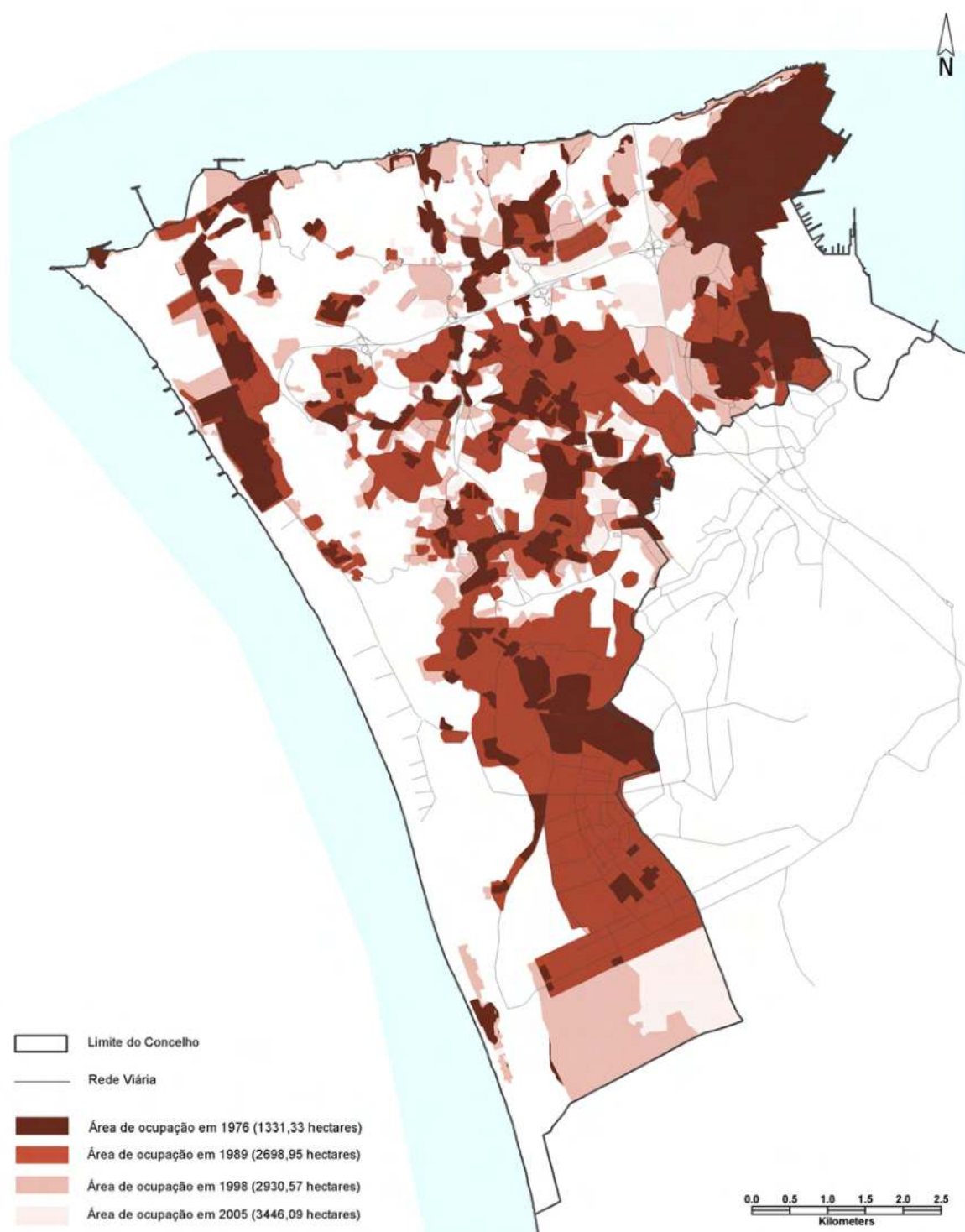
OBSERVAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

No período entre 1989 e 1998 verificou-se uma taxa de crescimento de área de ocupação em cerca de 8,6%.

No período de análise seguinte, entre 1998 e 2005, verificou-se ainda um crescimento moderado, tal como no período anterior, ainda que superior a este, fixando-se em, aproximadamente, 17,6%. A este abrandamento da expansão urbana correspondeu, por outro lado, a consolidação das áreas urbanas com um acréscimo de 39% entre 1998 e 2005.

A consolidação territorial da Cidade de Almada é patente, ao mesmo tempo que se observa o efeito de «contaminação» das áreas próximas. As zonas do Monte de Caparica e Vila Nova, da Sobreira e Vale Figueira e, pontualmente, da Charneca de Caparica, são aquelas onde novos territórios em formação e outros em processo de preenchimento, serão capazes de garantir, a mais breve prazo, a constituição de territórios urbanos consolidados.

Figura 3 – Observação da transformação do território – 1976 a 2005



Fonte: DEP/CMA

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

A protecção dos valores naturais e dos solos produtivos é assegurada com as figuras de REN, RAN e área protegida, que constituem condicionantes ao uso do solo.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) tem como objectivo a salvaguarda de áreas com importantes funções ecológicas e sensíveis do ponto de vista ambiental, a protecção dos recursos hídricos e solos, e a redução de riscos, nomeadamente de erosão (litoral ou de vertente), deslizamento de terras, derrocadas e cheias. A delimitação da REN de Almada foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 34/96, e posteriormente rectificada em 2004 com publicação em Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2005. A área de REN (2.467,83 ha) representa mais de um terço do território (35,1%).

O novo regime jurídico da REN, publicado no Decreto-Lei n.º 166/2008, que entrou em vigor em Setembro de 2008, altera a aproximação restritiva e condicionadora de usos, para uma aproximação positivista, que define usos possíveis e desejáveis para estes territórios. A revisão do PDM-A deverá assim incluir a redelimitação desta figura, integrando os novos princípios e elementos.

A delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) para o concelho de Almada, foi publicada em Dezembro de 1993 (Portaria 1276/93 em 16 de Dezembro de 1993), com o propósito de defender os solos com elevada capacidade de produção de biomassa, e corresponde a uma área de 414,4 ha (cerca de 6% do território). Durante o período de vigência não sofreu alterações com expressão no território.

As áreas com revestimento vegetal de elevado interesse para a conservação, designadamente as ocupadas por comunidades vegetais com que têm correspondência directa com habitats listados no Anexo II da Directiva 92/43/CEE ("Directiva Habitat") foram inventariadas e caracterizadas no âmbito de estudos de vegetação que serviram de base para a Estrutura Ecológica Municipal, e correspondem actualmente a cerca de 15% do território do concelho. Estas áreas não têm uma correspondência directa no PDM em vigor, devendo no actual processo de revisão ser contempladas através da Estrutura Ecológica Municipal.

POPULAÇÃO RESIDENTE

Os fortes movimentos internos, a partir dos anos 40, que trouxeram população do interior do País, o aumento de acessibilidade a Lisboa, na década de 60 com a construção da Ponte 25 de Abril, e as elevadas taxas de natalidade nos anos 60 e 70 do século passado, contribuíram para um acentuado crescimento populacional em toda a margem sul do Tejo.

Porém, nas décadas seguintes, a evolução do saldo migratório e do saldo fisiológico, factores que contribuíram para esse crescimento, inverteram esta tendência e, a nível da evolução da estrutura da população, assistiu-se a um fenómeno, que em parte é generalizado ao resto do País e ao continente europeu, de diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, da dimensão média da família e aumento do índice de envelhecimento e do índice de dependência. Associando estes indicadores compreende-se o abrandamento do crescimento populacional verificado na última década, que foi de 8,6% (1997-2007), e que acabou por ficar abaixo das projecções avançadas.

Quadro 1 – Evolução da População Residente entre 1997 e 2007

	População	Taxa crescimento (%)
1997	153.010	
2001	160.826	5,1
2004	165.363	2,8
2006	166.013	0,4
2007	166.148	0,1

Fonte: INE - Censos 2001, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 1997, 2004, 2006 e 2007

O concelho de Almada possui ainda uma população relativamente jovem, tendo inclusivamente o índice de dependência de jovens aumentado de 22 para 23,3, onde os grupos etários em idade activa têm um peso significativo. Porém, tem-se verificado uma tendência de envelhecimento, em que a evolução do índice de envelhecimento de 93,2, em 1997, para 117, em 2007, e do índice de dependência de idosos, que passou de 20,5, em 1997, para 27,2, em 2007, são reveladores. As zonas urbanas consolidadas do concelho são, maioritariamente, as zonas mais envelhecidas, enquanto as estruturas etárias mais jovens estão localizadas nas freguesias da Caparica, Pragal e Charneca de Caparica, de crescimento urbano mais recente.

Figura 4 – Freguesias do concelho de Almada



Fonte: DEP/CMA

De 1997 para 2007 assistiu-se a uma manutenção do peso relativo do grupo etário dos 0 aos 14 anos (15,4% em 1997 e 15,5% em 2001), uma diminuição significativa do grupo dos 15 aos 24 anos (passou de 14,8% para 10,1%), um ligeiro aumento da população dos 25 aos 64 anos (passou de 55,3% para 56,3%) e um crescimento da população superior a 65 anos (de 14,4% para 18,1%).

Em Almada assiste-se ao mesmo fenómeno de outros centros urbanos da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em particular de Lisboa: as freguesias da cidade de Almada (Almada, Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro e Feijó) perderam população, à excepção do Pragal; ao contrário, as antigas freguesias rurais, cresceram substancialmente, com variações percentuais perto dos 50% (Charneca de Caparica). Foi esta variação que determinou um saldo positivo no crescimento populacional do concelho de Almada no período entre os Censos de 1991 e 2001 e que os últimos números disponíveis confirmam.

As densidades populacionais que se observam e que acompanham a variação acima referida, sofreram um aumento de 2.177 para 2.364 habitantes por km² de 1997 para 2007. Apesar de ser uma densidade inferior à dos concelhos da margem norte da AML, apresenta-se a mais elevada da Península de Setúbal (PS), razão que se prende com o facto de ser o concelho com carácter mais urbano e também dos mais pequenos em área da Península.

É notória a homogeneização da maioria do território municipal, o que reforça o estatuto de território eminentemente urbano, tal como o carácter de contínuo urbano que caracteriza a área a Nascente da Auto-Estrada e que verdadeiramente configura a cidade de Almada.

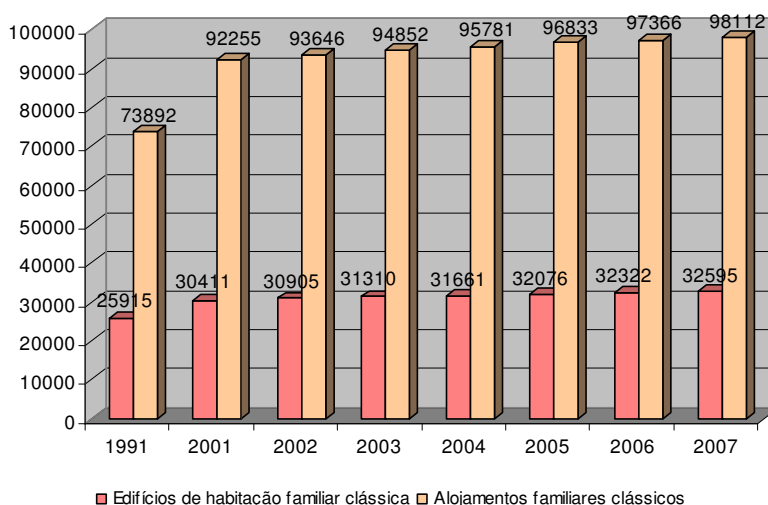
No que respeita à estrutura familiar, verificam-se novas configurações, nomeadamente nos padrões de nupcialidade e conjugalidade. O número de casamentos tem vindo a diminuir (a taxa de nupcialidade em 1997 era 7‰ e em 2006 5,1‰), com um aumento do casamento civil (51,4% em 1997 e 73,9% em 2006) em detrimento do religioso, tendo-se assistido igualmente a um maior número de uniões “de facto” e verifica-se um aumento dos valores do divórcio (a taxa bruta de divórcio em 1997 era 2,1‰ e em 2006 2,5‰).

Estes dados confirmam a tendência actual de reconfiguração da estrutura familiar, que passa pelo aumento dos celibatários, das famílias monoparentais, da diminuição do número de filhos por casal. Estes factos contribuem para a diminuição da dimensão média familiar que passou de 3,0 indivíduos em 1991, para 2,6 em 2001.

EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS

A evolução da oferta de novos edifícios e novos alojamentos, transcrita na figura seguinte, permite observar um crescimento mais acentuado na primeira década em análise e menos relevante entre 2001 e 2007. O número médio de alojamentos por edifício (cerca de 3.0) apresenta-se constante, o que revela a manutenção do equilíbrio da ocupação unifamiliar/multifamiliar.

Figura 5 – Evolução do número de edifícios e alojamentos (1991, 2001-2007)



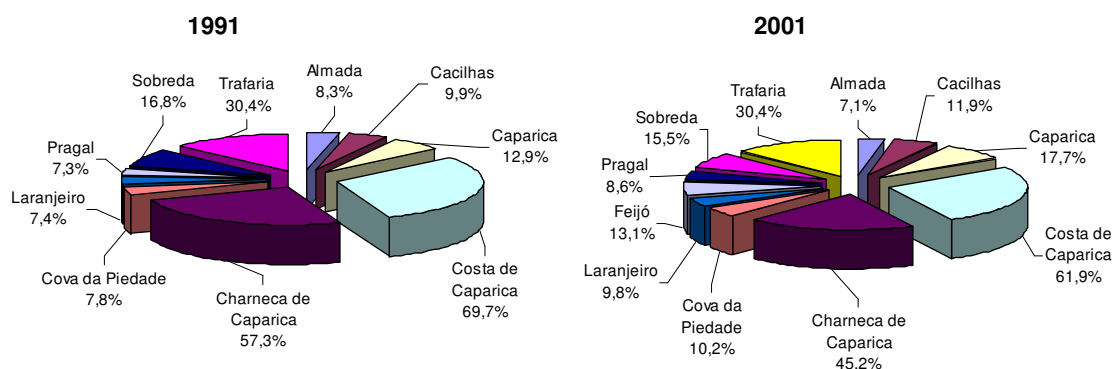
Fonte: INE - Censos 1991 e 2001, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2002 a 2007

ALOJAMENTOS DE 2ª RESIDÊNCIA

O peso relativo da população que possui residência secundária no concelho manteve-se ao longo dos últimos anos, embora se verifique uma tendência de alteração de alojamentos de 2ª residência para 1ª residência, em particular nas freguesias da Charneca de Caparica e Costa da Caparica, tradicionalmente freguesias com maior predominância de alojamentos de 2ª residência. Apesar da existência de algumas insuficiências, o sucesso do grau de infra-estruturação, a progressiva cobertura dos equipamentos colectivos e a instalação crescente de serviços e actividades, mobilizaram muitos dos proprietários destas habitações a utilizá-las como 1ª residência.

Esta dinâmica exige monitorização por forma a adequar a programação das redes de infraestruturas e equipamentos às mudanças identificadas.

Figura 6 – Percentagem de Alojamentos de 2ª Residência



Fonte: INE e DEP/CMA

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS VERDES, NATURAIS E SEMI-NATURAIS

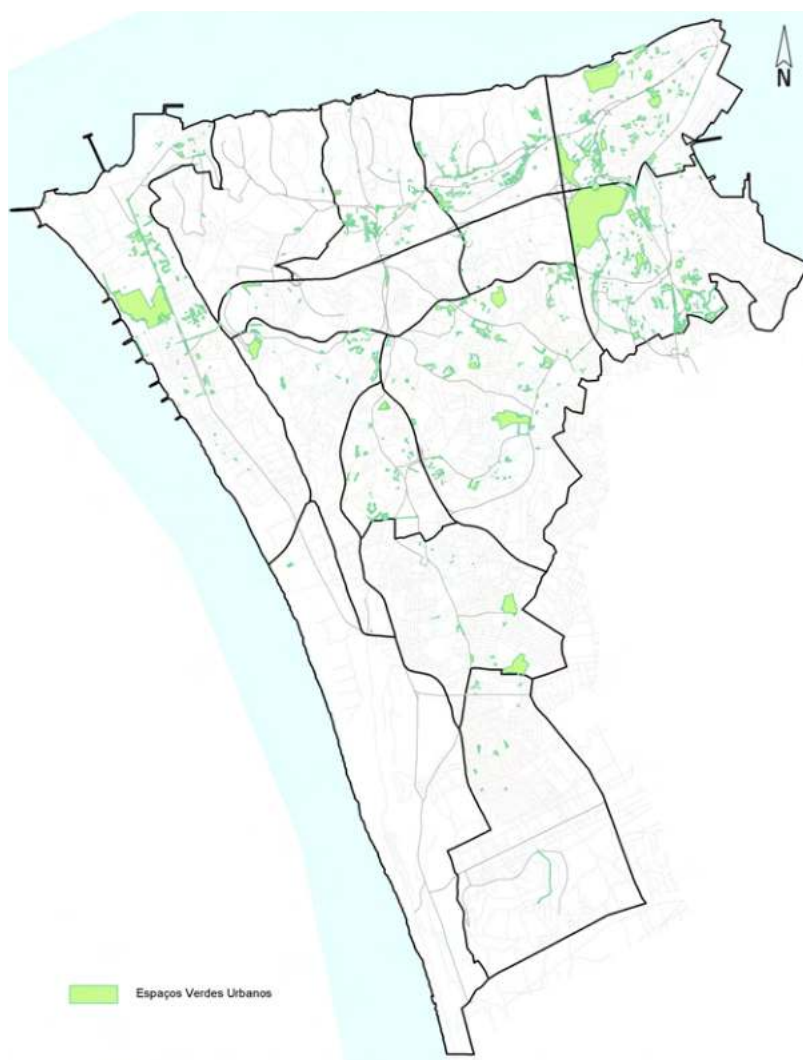
ESPAÇOS VERDES URBANOS

Os espaços verdes em meio urbano assumem importantes funções ambientais (regulação microclimática, qualidade do ar, protecção ao ruído ambiente, entre outras) e de lazer e bem-estar, essenciais à qualidade de vida nas cidades. Estes espaços devem integrar-se numa rede que promova uma continuidade natural e assegure, em meio urbano, a presença das componentes ecológicas, que fornecem as funções e serviços dos ecossistemas naturais. Os espaços verdes urbanos, que integram a Estrutura Ecológica Urbana, incluem assim os parques, os jardins e outras áreas verdes representativas, como também as ligações de conectividade entre estes e as áreas rurais e naturais fora das áreas urbanas.

Seguindo-se a classificação do GEPAT (1990), a Estrutura Ecológica Urbana integra duas tipologias:

- A Estrutura Verde Principal, constituída por áreas verdes relevantes, como parques, jardins, áreas exteriores de equipamentos, hortas urbanas, zonas de merendas, entre outras, inclui os elementos mais representativos das formações vegetais anteriormente existentes, tais como sebes ou maciços arbóreos e arbustivos, linhas de água e leitos de cheias, etc.
- A Estrutura Verde Secundária, de carácter mais urbano, que inclui espaços de jogo, lazer, convívio e recreio, praças ou vias arborizadas, penetrando nas zonas edificadas e fazendo a conexão entre as áreas da Estrutura Verde Principal.

Figura 7 – Espaços Verdes Urbanos no concelho



Fonte: DJEV/CMA e DEP/CMA

Estrutura Verde Principal (EVP)

Em relação aos espaços verdes integrados na EVP, regista-se uma evolução positiva, a qual se deve à construção e desenvolvimento de novos espaços verdes de recreio e lazer.

Merece destaque o investimento na construção de espaços verdes de média dimensão, de grande importância para a população e factor de qualificação do interior do concelho, como o Parque Urbano do Bom Retiro, Parque da Quinta da Regateira, Parque Verde da Charneca e Parque Urbano da Charneca.

Referência também ao Parque da Paz, espaço verde de grande dimensão inserido na malha urbana, que o Plano Parcial de Almada (anterior ao PDM-A) consagrou como “pulmão verde da cidade”, invertendo o processo de urbanização de grande densidade anterior ao 25 de Abril, e depois o PDM-A integrou. Também no âmbito dos Planos e Estudos Estratégicos em desenvolvimento, alguns deles já aprovados e concretizados, como por exemplo o Plano de Pormenor do Jardim Urbano da Costa no âmbito do Programa Polis, estão previstos investimentos na construção de espaços verdes destinados ao recreio e lazer da população, que irão integrar a Estrutura Ecológica Urbana.

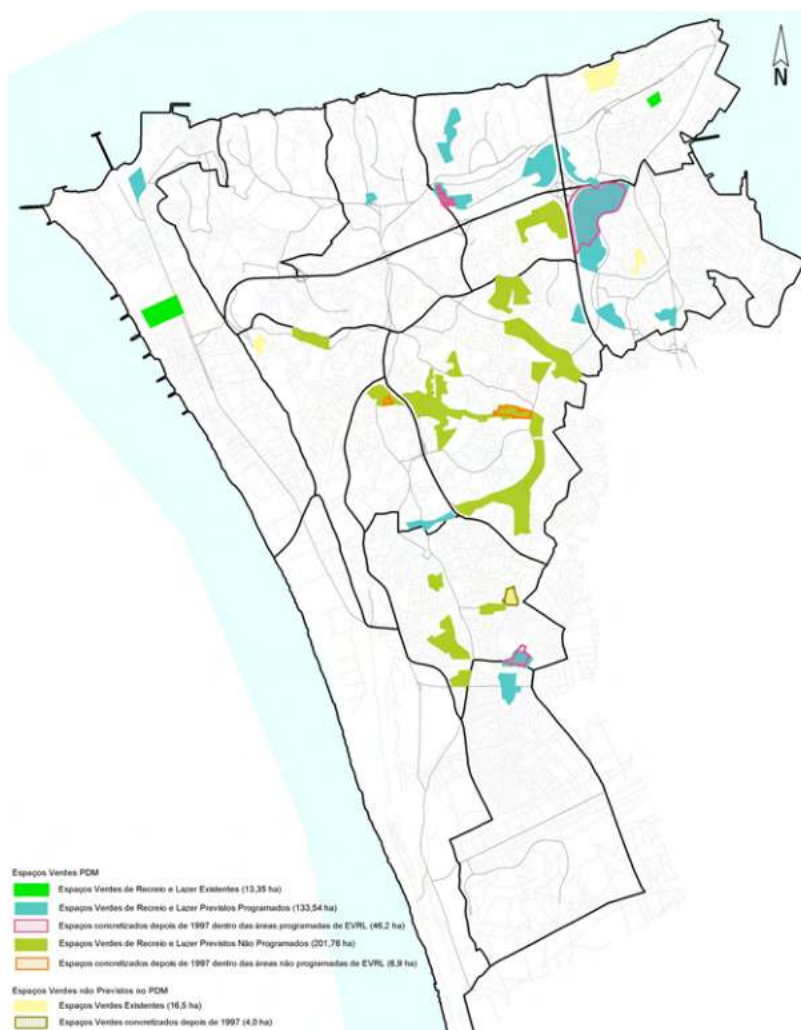
Quadro 2 – Evolução da Estrutura Verde Principal

			1998	2001	2005
			Área (m ²)		
Espaços Verdes Tratados da EVP	Espaços verdes recreio e lazer - PDM	Qta. Sto. António	114.504,50	114.504,50	114.503,00
		Parque C. Júlio Ferraz	19.074,50	19.074,50	19.074,50
		Viveiro Alto do Índio	39.098,18	39.098,18	39.098,18
		Parque da Paz	7.000,00	532.000,00	532.000,00
		Jardins Filipa de Água	não existe	15.584,7	15.584,7
		Parque Urbano da Charneca	não existe	18.444,70	53.679,30
		Quinta Crastos	82.501,52	82.501,52	82.501,52
		Parque Urbano Bom Retiro	não existe	58.324,70	129.717,45
		Parque da Quinta da Regateira	não existe	não existe	9.873,71
	Espaços Verdes (carta espaços verdes)	Seminário S.Paulo	135.248,74	135.480,60	135.248,74
		Capuchos	30.001,20	30.001,20	30.013,20
		Jardim Público Pavilhão Feijó	25.480,00	25.480,00	25.480,00
		Parque Verde Charneca	não existe	não existe	40.286,90
	Área Total (m ²)		452.908,64	938.494,59	1.227.061,20
	População (hab.) ¹		153.100	160.826	165.363

Fonte: DSEVT/CMA e DEP/CMA

¹ População de 2005: Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa, Estimativas Provisórias da População Residente para 2004, INE

Figura 8 – Estrutura Verde Principal – espaços concretizados no período PDM



Fonte: DEP/CMA

Estrutura Verde Secundária (EVS)

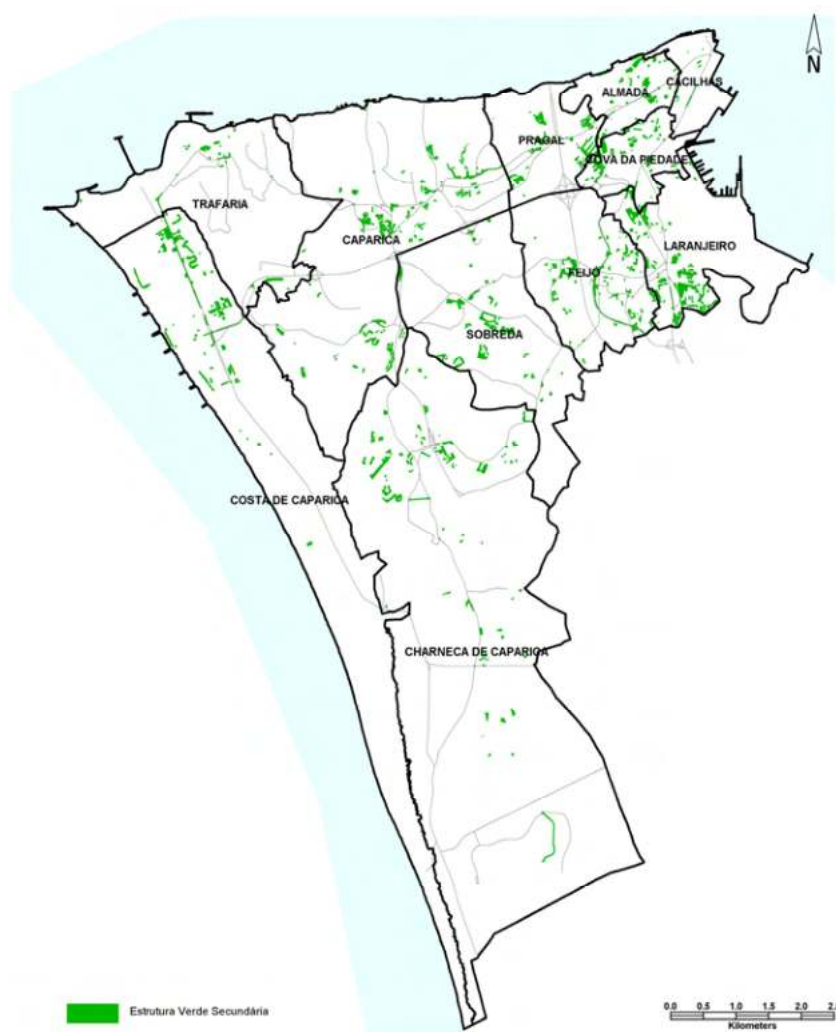
A evolução dos espaços verdes que integram a Estrutura Verde Secundária do concelho tem sido positiva, verificando-se um aumento bastante significativo entre 1991 e 2005. Verificou-se igualmente uma melhoria na qualidade dos espaços verdes oferecidos à população através da criação e qualificação deste tipo de equipamento.

Quadro 3 - Estrutura Verde Secundária (EVS)

	Ano		
	1991	2001	2005
Estrutura Verde Secundária (m ²)	423.000	459.464,6	937.325,62
População (hab.)	151.800 ²	160.826 ³	165.363 ⁴

Fonte: DEP/CMA e DJEV/CMA

Figura 9 – Estrutura Verde Secundária – espaços concretizados no período PDM



Fonte: DJEV/CMA e DEP/CMA

² Fonte: Censos 1991

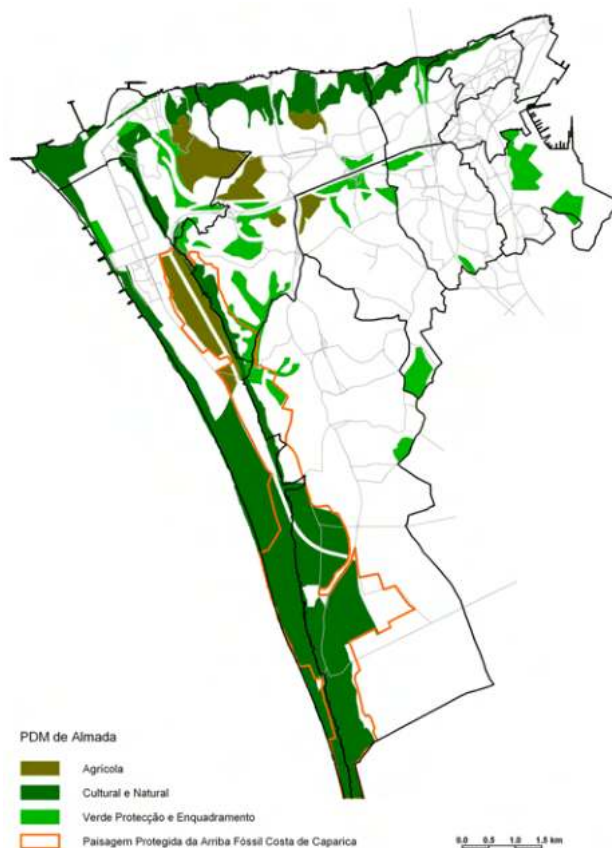
³ Fonte: Censos 2001

⁴ Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005, população estimada para 2005

ESPAÇOS NATURAIS E SEMINATURAIS

Dentro dos espaços não urbanos do PDM-A, são incluídos os Espaços Culturais e Naturais, os Espaços Agrícolas e os Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento. Estas áreas constituem importantes reservas de protecção dos recursos naturais e dos valores e funções dos sistemas naturais e semi-naturais do território.

Figura 10 – Áreas Naturais e semi-naturais não urbanas do PDM-A



Fonte: DEGAS/CMA e DEP/CMA

A evolução da ocupação do solo nos espaços não urbanos (PDM), foi analisada a partir da alteração dos usos do solo (com base nas cartas de usos do solo) contidos nas classes de Espaços Culturais e Naturais, Agrícolas e Verdes de Protecção e Enquadramento.

A integração da Estrutura Ecológica Municipal no processo de revisão do PDM-A procurará aprofundar a adequação dos usos do solo às características e potencial biofísico e cultural do território, contribuindo para consolidar uma matriz biofísica que potencie a continuidade e integração territorial necessárias para o desenvolvimento harmonioso do território.

Espaços Culturais e Naturais

Na classe Espaços Culturais e Naturais verificou-se uma redução das áreas de uso agrícola em cerca de 3 ha, convertida principalmente em áreas de uso florestal. Há um aumento de aproximadamente 5 ha de áreas com uso do solo 'urbano consolidado' ou 'em formação', resultante de ajustamentos entre limites ou da transformação de áreas de uso do solo 'florestal'.

A este crescimento não corresponde uma incompatibilidade de usos, havendo, no entanto, necessidade de se proceder a uma análise mais fina da evolução observada. Verifica-se, de facto, a existência de loteamentos e alvarás em espaços classificados como Culturais e Naturais. Porém, o que numa primeira leitura aponta para um crescimento de espaços urbanos em áreas classificadas como Espaços Culturais e Naturais, após uma análise mais detalhada, conclui-se que as áreas que se encontram enquadradas nesta classe não correspondem a espaços urbanos mas sim a áreas naturais, associadas, muitas vezes, a áreas de cedência dos loteamentos e alvarás e destinadas a zonas de protecção e enquadramento.

Quadro 4 – Evolução dos usos do solo em Espaços Culturais e Naturais

Tipo de Ocupação		Área (ha)		Diferença	
		1998	2005	(ha)	%
Espaço Não Urbano	Agrícola	26,55	23,56	-2,99	-11,3
	Florestal	758,4	756,74	-1,68	-0,2
	Praias	166,91	167,60	0,68	0,4
Espaço Urbano	Consolidado	9,75	12,27	2,52	25,9
	Em Formação	18,12	20,39	2,27	12,5
	Precário	28,85	28,05	-0,81	-2,8
	Equipamento	4,52	4,64	0,13	2,8
	Espaços Verdes	2,95	2,97	0,02	0,8
	Industrial	2,53	2,77	0,24	9,3
	Militar	1,45	1,45	0,00	0,2
	Turístico	2,04	2,04	0,01	0,3
TOTAL		1.022,07	1.022,48		

Fonte: DEGAS/CMA e DEP/CMA

A área da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, pertencente à rede nacional de áreas protegidas, integra maioritariamente a classe Espaços Culturais e Naturais. Esta área, que resultou de proposta da CMA, foi constituída através do Decreto-Lei 168/84 e ocupa uma área de 1.570 ha ao longo da frente Atlântica. Nela se incluem diversos habitats com um importante estatuto de conservação e algumas espécies vegetais e animais, abrangidas pela Directiva Habitats (Directiva 92/43/CEE), para além de uma área de reserva botânica com cerca de 350 ha. Para esta área protegida foi recentemente aprovado o respectivo Plano de Ordenamento (Resolução do Conselho de Ministros N.º 179/2008, de 24 de Novembro).

Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento

Na classe Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento verificou-se um incremento em 20,4% das áreas de uso agrícola, uma redução em 4,1% das áreas de uso florestal e uma redução em 18,1% das áreas de uso indefinido. Globalmente, a área de espaços não urbanos que passaram a urbanos, totalizou cerca de 20 ha, dos quais 17,93 ha se transformaram em espaço urbano em formação e 2,64 ha em espaço urbano industrial. Tal como acontece nos espaços culturais e naturais, é possível constatar, após uma análise mais fina, que são as áreas de cedência para espaços de protecção e enquadramento dos loteamentos e alvarás que se encontram localizadas nas áreas classificadas como Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento, e não as áreas de crescimento urbano, nas quais se verifica a passagem de espaços não urbanos para espaços urbanos.

Quadro 5 – Evolução dos usos do solo em Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento

Tipo de Ocupação		Área (ha)		Diferença	
		1998	2005	(ha)	%
Espaço Não Urbano	Agrícola	34,42	41,44	7,02	20,00
	Florestal	132,20	126,83	-5,37	-4,10
	Praias	0	0	0	0
Espaço Urbano	Consolidado	4,09	4,45	0,36	8,80
	Em Formação	16,80	34,73	17,93	106,70
	Precário	4,55	4,49	-0,06	-1,30
	Equipamento	0,1934	0,4034	0,21	108,60
	Espaços Verdes	0,08	0,56	0,48	600,00
	Industrial	1,15	3,79	2,64	229,60
	Militar	13,91	13,88	-0,03	-0,20
	Turístico	0,21	0,21	0	0
TOTAL		207,60	230,78		

Fonte: DEGAS/CMA e DEP/CMA

Espaços Agrícolas

Estes espaços não registaram nenhuma alteração significativa de uso ao longo do período de vigência do actual PDM-A.

Quadro 6 – Evolução dos usos do solo em Espaços Agrícolas

Tipo de Ocupação		Área (ha)		Diferença	
		1998	2005	ha	%
Espaço Não Urbano	Agrícola	221,24	219,11	-2,13	-1,0
	Florestal	7,72	8,23	0,51	6,6
	Praias	0	0	0	0
Espaço Urbano	Consolidado	0,50	0,77	0,27	54,0
	Em Formação	3,94	3,58	-0,36	-9,1
	Precário	1,97	2,32	0,35	17,8
	Equipamento	2,29	2,26	-0,03	-1,3
	Espaços Verdes	0	0	0	0
	Industrial + comercial	0,02	1,56	1,54	7.700,0
	Militar	0	0	0	0
	Turístico	0	0	0	0
TOTAL		237,68	237,83		

Fonte: DEGAS/CMA e DEP/CMA

REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA

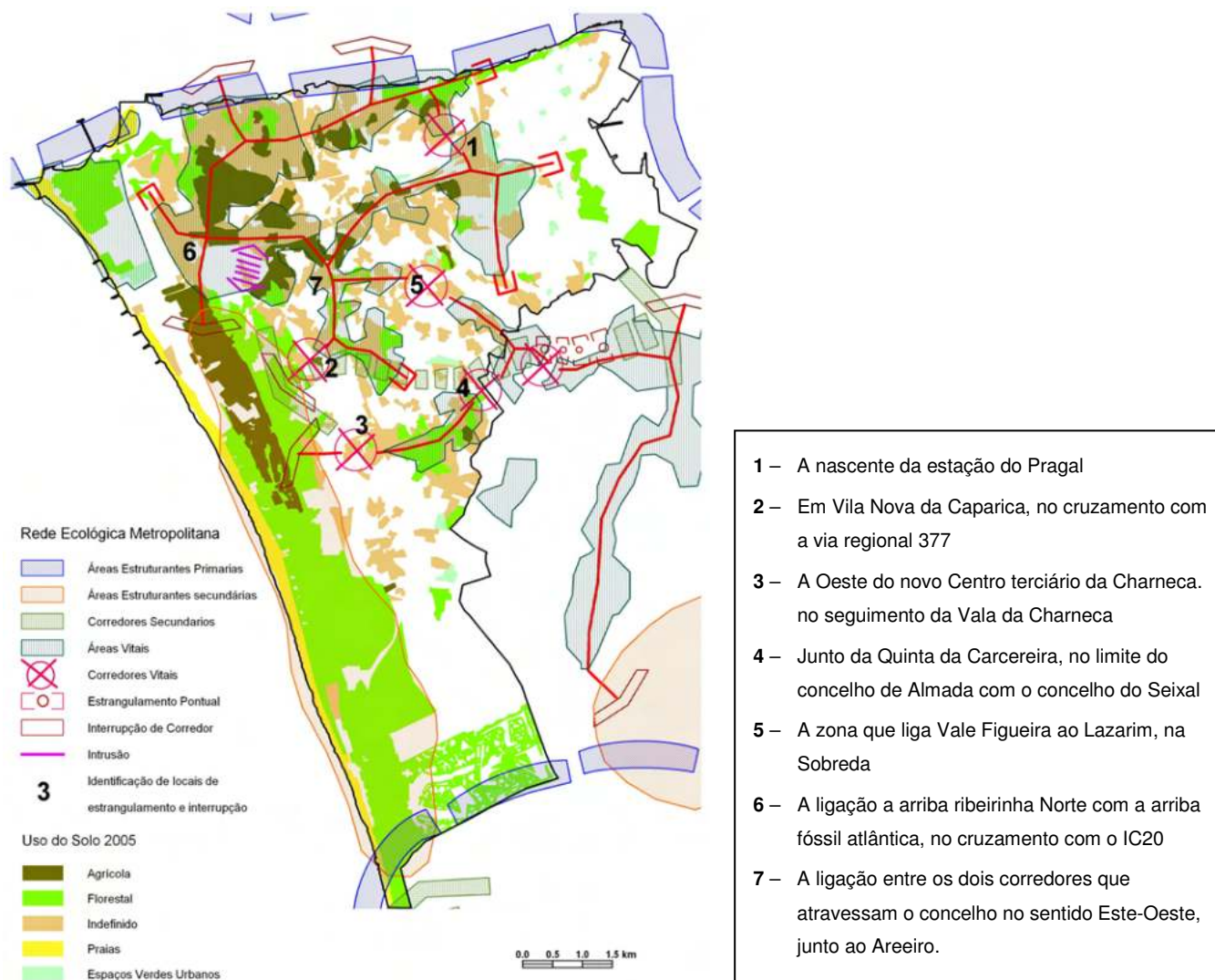
A análise da Rede Ecológica Metropolitana (REM) no território de Almada, revela um grande potencial de manutenção dos principais corredores que a integram, pela sua localização em áreas agrícolas, florestais ou não edificadas.

De facto, o concelho de Almada representa o limite de distribuição norte de algumas espécies mediterrânicas de grande valor natural e biodiversidade. A proximidade do mar e do rio Tejo, que constitui uma zona de charneira entre os climas Subtropical e Atlântico, permite que aqui coexistam comunidades vegetais com diferentes exigências em termos de temperatura e humidade, por exemplo, as Pascoinhas, de um clima húmido, e o carrasco e o tojo, que são espécies de clima mediterrânico.

Esta Rede Ecológica Metropolitana do PROT-AML, publicado posteriormente ao PDM-A, apresenta todavia estrangulamentos e interrupções em alguns corredores vitais e no corredor secundário que atravessa o concelho.

A figura 11 apresenta a sobreposição dos corredores e ligações previstas no PROT-AML com a carta de usos do solo de 2005.

Figura 11 – Uso do solo de 2005 e Rede Ecológica Metropolitana, com principais pontos de interrupção dos corredores ecológicos metropolitanos



Fonte: DEGAS/CMA, DEP/CMA e CCDR-LVT

Foram identificados sete pontos de interrupção ou estrangulamento das ligações e corredores ecológicos vitais previstos no PROT-AML, que deverão ser considerados no processo de revisão do PDM-A, assim como na redelimitação dos corredores do PROT-AML, também em fase de alteração.

A existência de zonas que possam garantir uma continuidade natural e integrar uma rede ecológica funcional na proximidade dos corredores que apresentam interrupções, poderá ser uma solução possível.

Quanto à continuidade do corredor secundário, que a nascente se sobrepõe ao corredor vital e que a oeste acompanha, de um modo geral, o percurso da vala da Regateira, encontra-se interrompido na zona do Pinhal do Vidal junto ao cruzamento com a A2, no limite com o concelho do Seixal.

Este corredor localiza-se parcialmente em Vale Figueira, onde a criação do Parque da Quinta do Bom Retiro poderá fazer parte de uma solução de continuidade natural para a Quinta dos Medronheiros, contornando as áreas urbanizáveis por alvarás e/ou loteamentos.

A oeste da Quinta dos Medronheiros o corredor é cruzado pela via L3, passando também por uma zona urbanizada na zona de Monserrate. Neste troço volta a acompanhar o corredor vital, pelo que a manutenção da continuidade natural passará por equacionar medidas de compatibilização com a ex Estrada Regional 377.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL – AUGI

A dimensão do fenómeno dos loteamentos “clandestinos” no final da década de 70, princípios de 80, tem ainda hoje fortes consequências no processo de desenvolvimento urbano do território municipal, especialmente no seu interior.

A intervenção da Câmara, dinamizando e apoiando as comissões de proprietários, iniciada ainda antes da legislação específica (Lei 91/95 de 2 de Setembro, com as posteriores alterações) e beneficiando posteriormente dos seus mecanismos de agilização, permitiu a reconversão de áreas significativas, através da sua infraestruturação e da regularização do estatuto da propriedade e a consequente qualificação destes territórios.

Entre 1997 e 2007, é elevada a percentagem dos processos urbanísticos de legalização aprovados, em confronto com a urbanização de novos fogos (52% do total dos alvarás aprovados). A maioria destes processos situa-se nas UNOPs 14 (Aroeira), 11 (Sobreda/Vales) e 12 (Quintinhas/Vale Cavala).

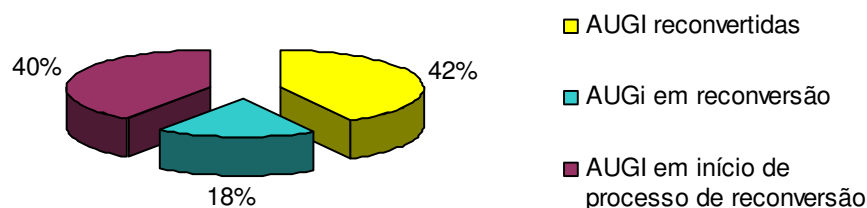
Em 1996, as áreas urbanas de génese ilegal, correspondiam a cerca de 1398 ha. Até 2007 foram reconvertidos cerca de 585,2 ha (42%) e encontram-se em processo de reconversão 248,2 ha (18%).

Apesar de ainda persistirem 565 ha de AUGIs (cerca de 40%), é muito relevante o facto de, numa década se ter consolidado a intervenção em mais de metade das situações.

É sintomático constatar que é nas áreas da 1ª geração de “clandestinos” que se situam as maiores extensões por reconverter. Este facto condiz com o carácter mais problemático da morfologia urbana, associado às maiores dificuldades do respectivo tecido social.

Há pois que dar continuada atenção a esta questão no contexto de uma qualificação continuada, reconvertendo estas bolsas de descontinuidade, de forma a conferir maior coesão e dinamismo ao desenvolvimento territorial.

Figura 12 – Áreas Urbanas de Génese Ilegal reconvertidas, em reconversão e em início de processo



Fonte DEP/CMA

NÚCLEOS DE REALOJAMENTO

No período compreendido entre o início da elaboração do PDM-A e a sua conclusão, foram identificadas necessidades de realojamento para situações de habitação precária situadas em terrenos do património do estado (77%), terrenos privados (20%) e em terreno municipal (3%), localizados nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, da Caparica e Pragal, da Trafaria e da Costa da Caparica, num total de 2.730 fogos recenseados.

Na vigência do PDM-A, foram construídos 1.514 fogos de realojamento nas freguesias do Laranjeiro, Feijó e Caparica e foram assegurados, através de protocolos e acordos de colaboração, os terrenos e a forma de os concretizar – com recurso à promoção cooperativa e também privada – sobretudo nas freguesias da Trafaria e Costa da Caparica, cujos Planos de Pormenor se encontram em elaboração.

Relativamente à localização dos realojamentos, a CMA prosseguiu duas importantes orientações: proceder ao realojamento, sempre que possível, na mesma área residencial e evitar a concentração das operações no mesmo território.

SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS

As intervenções na Salvaguarda e Valorização dos Núcleos Históricos são igualmente acções requalificadoras do espaço urbano. O PDM-A consagra os onze Núcleos Históricos do Concelho aprovados em Reunião de Câmara realizada em 11 de Julho de 1986, reconhecendo-os como áreas diferenciadas do restante tecido construído atendendo ao seu interesse patrimonial: Almada, Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade, Sobreira, Monte de Caparica, Murfacém, Trafaria e as zonas ribeirinhas entre: Pontal de Cacilhas e Fonte da Pipa; Arealva e Arrábida e Porto Brandão e Portinho da Costa.

As intervenções de recuperação de Almada Velha, que pelas características arquitectónicas e urbanas do núcleo foram estrategicamente importantes, decorreram entre finais de 1991 e 1995. Foram intervencionados oito quarteirões, envolvendo um número considerável de fogos. O balanço desta operação foi muito positivo, facto que se deve ao esforço do Município, com o apoio do 2º Quadro Comunitário, tendo esta iniciativa, em muitos casos, sido secundarizada por investimentos dos próprios proprietários nas partes de obra não cobertas pelo programa.

Desde 1988 o Município aderiu, para edifícios localizados em Núcleos Históricos, aos programas de apoio à reabilitação RECRIA⁵ e RECRIPH⁶, que são destinados respectivamente, aos imóveis de

⁵ Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados. DL nº 197/92, de 22 Setembro e DL nº 104/96, de 31 de Julho.

⁶ Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade

arrendamento e aos imóveis de propriedade horizontal, tendo sido um dos municípios do país com maior número de candidaturas aprovadas e concretizadas.

Entre 1997 e 2007, no âmbito do RECRIA, verificaram-se intervenções em 23 edifícios, o que corresponde a 98 fracções (habitação e comércio). Estas intervenções tiveram lugar nos Núcleos Históricos de: Almada, Pragal, Cova da Piedade, Cacilhas, Murfacém, Monte de Caparica e Trafaria. Os núcleos com maior número de intervenções neste período foram: Trafaria, Monte de Caparica e Almada, respectivamente com 5, 4 e 4 edifícios e 29, 19 e 17 fracções intervencionadas. Na última década, os primeiros anos (1997, 1998 e 1999) foram os que registaram mais intervenções. Estes anos corresponderam ao prolongamento do período anterior onde se verificou a maior adesão.

Entre 2001 e 2004, surgiu um conjunto de alterações legislativas pouco consolidadas, correspondendo este período a uma grande instabilidade no que respeita a metodologias, critérios e definições, que levaram a dificuldades de implementação generalizadas.

Entretanto, foi possível retomar os programas de incentivo tendo-se então estabelecido dois núcleos prioritários: Trafaria e Cacilhas, com o objectivo de concentrar as intervenções, coleccionando-as com os investimentos municipais realizados e previstos para o espaço público e áreas envolventes.

Entretanto, feitos que foram os diagnósticos e balanço dos anos anteriores, avançou-se com o RECRIA e o RECRIPH para a generalidade dos Núcleos Históricos, agregando aos programas outro tipo de incentivos, como sejam os que dizem respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Paralelamente foi lançada a Campanha “Habitar é Conservar”.

Ultimamente, tem-se registado um incremento do número de pedidos de adesão que, não obstante a situação económica desfavorável, a curto prazo permitirão alcançar rácios de concretização significativos.

No âmbito do RECRIPH registaram-se quatro intervenções. No total foram intervencionados 33 fogos e uma unidade de serviços, 17 dos quais em Almada (mais a unidade de serviços), 8 na Trafaria e 8 em Cacilhas.

No âmbito da salvaguarda e valorização dos centros históricos assumem também uma especial relevância as intervenções no espaço público levadas a cabo em diversos núcleos, cabendo aqui uma especial referência às intervenções levadas a cabo no contexto do Programa de Reabilitação Urbana (PRU). A implementação do referido programa decorreu entre 1997 e 2001. Este programa assume em simultâneo uma componente social e física procurando assumir a reabilitação em lato senso.

No contexto das intervenções físicas foi possível a construção de diversos equipamentos e intervenções no espaço público permitindo uma importante qualificação de uma vasta área desde o Ginjal a Almada Velha. Destacam-se o Passeio Ribeirinho, o Jardim Urbano, a recuperação da Fonte da Pipa, a consolidação da escarpa, o Elevador Panorâmico da Boca do Vento e unidade de

Horizontal. DL nº 106/96, de 31 de Julho

³ Período de vigência do PDM

restauração, a reconversão de arruamentos, escadarias e espaços de estadia, o Museu do Sítio, e o Núcleo Empresarial e restaurante, o Centro de Dia de Idosos, a recuperação do Jardim do Castelo, o Jardim Botânico Chão das Artes.

Os equipamentos então realizados, impulsionados pela Agência de Desenvolvimento Local NOVALMADAVELHA, posteriormente criada por iniciativa do Município, têm contribuído para novas dinâmicas sociais e económicas, cujos reflexos vão para além da área de intervenção.

INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DO SOLO URBANIZÁVEL

O processo de desenvolvimento urbano, enquadrado por instrumentos de gestão territorial, tem sido no essencial, canalizado pela produção de solo urbanizável a partir das iniciativas dos proprietários particulares, tendo por base a legislação sobre operações urbanísticas, pese embora a existência no concelho de extensas áreas de terreno e património edificado devoluto, propriedade do Estado.

Apesar da intenção de definir o processo de planeamento através da iniciativa pública, constata-se o limitado alcance desta resposta, pela disparidade de exigências entre uma e outra formas de produção. Por paradoxal que pareça, tem sido a própria administração pública, através de legislação específica, a coarctar o controlo público mais efectivo da forma de produzir solo urbanizável, pelo desmesurado peso dos processos de planeamento comparativamente aos processos de loteamento dos particulares.

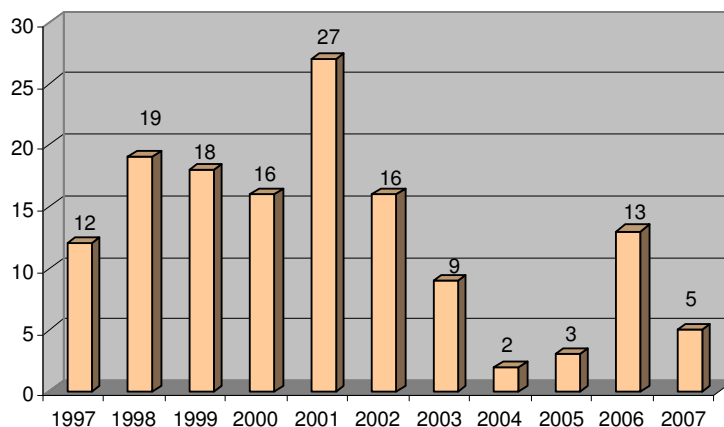
A recente alteração da legislação, através da introdução do DL nº 316/07, de 19 de Setembro, que altera o DL nº 380/99, de 22 de Setembro, tem como objectivo principal a simplificação dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial e o reforço da sua eficiência e operacionalidade, o que será avaliado com a prática.

LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

A gestão do PDM-A, num contexto económico favorável associado à dinamização de processos de reconversão de AUGI pelos proprietários, encontra assinalável expressão na emissão de alvarás de loteamento, conforme se pode observar na figura seguinte.

Verifica-se assim uma constância na emissão de alvarás entre 1997 e 2002, destacando-se neste período um elevado número de processos de reconversão de AUGI, com alvarás emitidos, seguindo-se nos últimos anos uma diminuição do ritmo de crescimento.

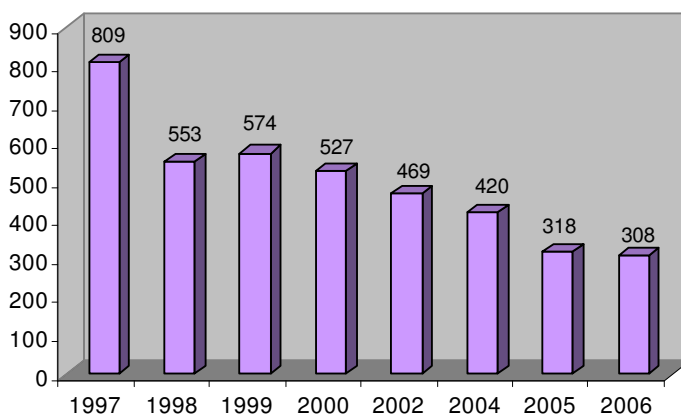
Figura 13 – Número de Alvarás de Loteamento emitidos entre 1997 e 2007



Fonte: DEP/CMA

Quanto ao número de licenças concedidas pela CMA para construção, verifica-se uma diminuição progressiva de 1997 para 2006, contrariamente ao observado com os alvarás, o que põe em evidência a predominância de AUGI geradoras de lotes expectantes.

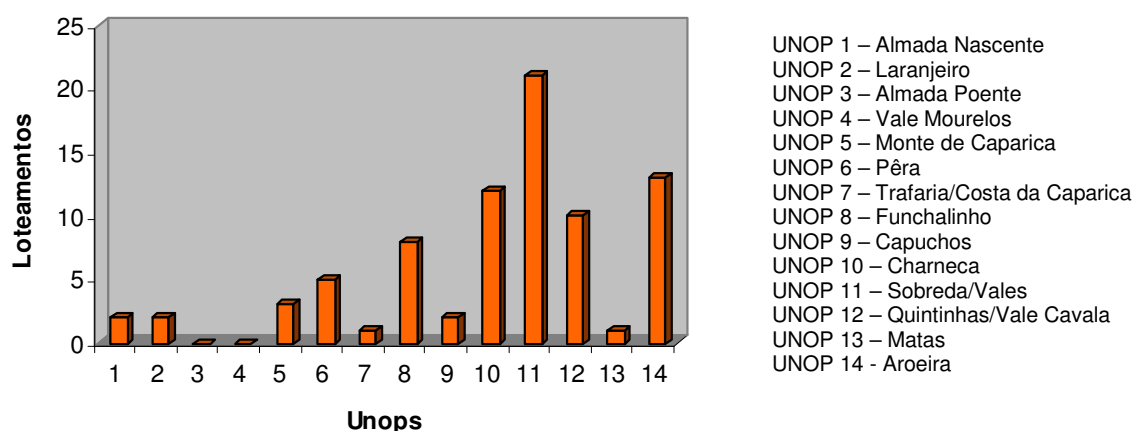
Figura 14 – Licenças concedidas pela CMA para construção (concelho), 1997 a 2006



Fonte: INE e DEP/CMA

Também a distribuição territorial dos novos pedidos de loteamento, com maior expressão nas áreas mais a sul do concelho, evidencia sobretudo o prosseguimento, pelos particulares, de processos de reconversão de AUGI.

Figura 15 – Dinâmica urbanística (novos pedidos de loteamento) por UNOP, 1997 a 2007



Fonte: DEP/CMA

PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS

Com a ratificação do PDM-A, deu-se início à elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território. Contudo, estes processos encontraram dificuldades múltiplas, decorrentes sobretudo da legislação aplicável e do inerente acompanhamento das entidades competentes da Administração Central, que se revelou extremamente complexo e pesado. Paralelamente, desenvolveram-se estudos urbanísticos para espaços devolutos em áreas consolidadas da cidade.

Quadro 7 – Planos e Estudos Urbanísticos período PDM (1997 a 2007)

	Nº	Em vigor		Área (ha)	Concluídos		Área (ha)	Em curso		Área (ha)
		Nº	%		Nº	%		Nº	%	
PU	1	-	-	-	-	-	-	1	100	113,5
PP	17	4	23,5	177,4	3	17,6	470,4	10	58,8	428,5
Estudos	16	6	37,5	13,7	10	62,5	38,2	-	-	-

Fonte: DEP/CMA

Nos últimos anos, por iniciativa do Município, foi introduzida uma metodologia inovadora quanto à forma de abordar o planeamento urbanístico. Com os Estudos de Enquadramento Estratégico, prévios à elaboração dos instrumentos de gestão territorial, pretendeu-se garantir uma visão estratégica mais alargada e integradora, subordinada aos princípios da participação, cidadania e da sustentabilidade, capaz de definir cenários da estruturação urbana e orientar, à partida, de forma concertada, o desenvolvimento dos instrumentos de planeamento.

Foi desencadeado, sobretudo a partir de 2000, um conjunto de processos de grande dimensão e importância estratégica para o desenvolvimento do concelho, no quadro dos Objectivos Estratégicos do PDM-A e considerando quer o PROTAML, quer o POOC Sintra-Sado. Foram igualmente informados de orientações nacionais e internacionais em matéria de sustentabilidade, ordenamento do território, energia e alterações climáticas.

Operação POLIS Costa da Caparica – Requalificação Urbana e Ambiental de parte significativa da Frente Atlântica de Almada, valorização turística e melhoria da qualidade de vida da população, requalificação de espaços públicos, realojamentos, melhoria dos transportes e acessibilidades. Sete Planos de Pormenor, encontrando-se quatro aprovados e publicados e três em fase avançada de elaboração.

Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria – Valorização ambiental e renovação urbana da zona a norte da área de intervenção do Polis, até à Trafaria. O estudo encontra-se aprovado. Estão em elaboração 5 Planos de Pormenor.

Estudo Estratégico de Almada Poente – Abrange a área correspondente ao Plano Integrado de Almada. É uma área de propriedade pública do Estado, predominantemente habitacional, que se pretende qualificar e diversificar ao nível dos usos e funções urbanas, enquanto Cidade Aberta, parte integrante da cidade de Almada. As fases de diagnóstico, visão e cenarização, encontram-se concluídas. O Estudo encontra-se em fase final de conclusão.

Plano de Urbanização Almada Nascente – 115 ha, dos quais 50 ha correspondem aos antigos estaleiros da Lisnave. É uma área de centralidade metropolitana onde se pretende criar uma cidade sustentável, privilegiando a arquitectura bioclimática, a utilização racional da energia e da água, o uso dos transportes públicos, a fruição dos espaços públicos e das zonas verdes. A proposta de Plano encontra-se em fase de concertação final. Esta área faz parte do projecto “Arco Ribeirinho Sul”, a par da Siderurgia e Quimiparque.

Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário do Cristo Rei/Fonte da Pipa – Abrange uma área de 64,7 ha tendo por objectivo a sua valorização e qualificação, na perspectiva do turismo em geral e de motivação religiosa em particular, bem como a reconversão da frente ribeirinha, garantindo uma melhor articulação com a cidade e a renovação do conjunto urbano, mantendo o seu carácter patrimonial de memória. A fase de diagnóstico encontra-se terminada e as fases da visão estratégica e cenarização em conclusão.

Estudo de Enquadramento Estratégico da Quinta do Almaraz / Ginjal e Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz – Requalificação da frente ribeirinha da cidade, promoção das potencialidades e salvaguarda das identidades histórica e social do lugar. O estudo encontra-se aprovado. Encontra-se em elaboração o plano de pormenor.

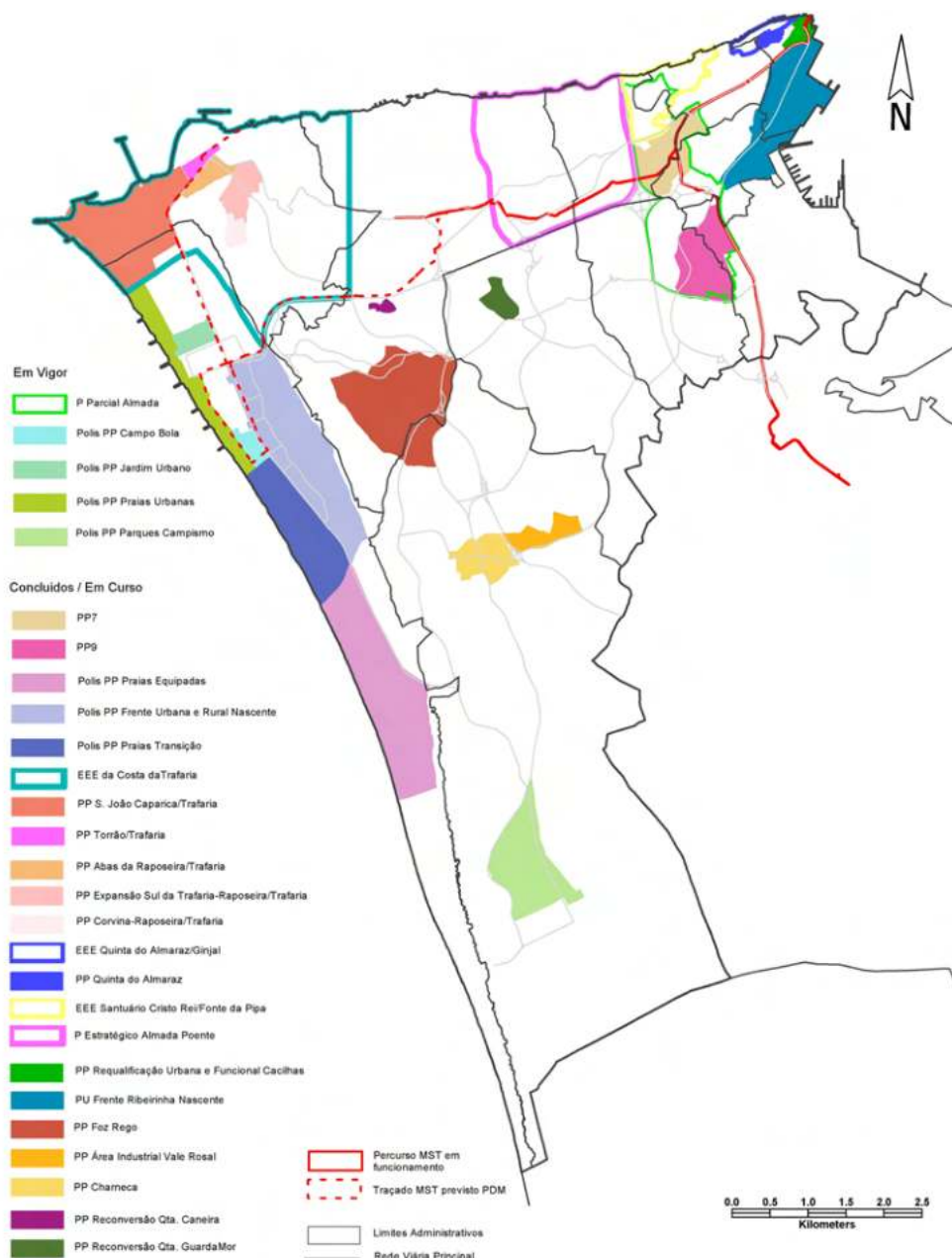
Encontram-se também em desenvolvimento outros processos, tais como o Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca, em elaboração, que promove uma nova centralidade no interior

do concelho; o Plano de Pormenor da Foz do Rego, em elaboração, de reconversão da ocupação de génese ilegal e com especificidades fisiográficas e paisagísticas; o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vale Rosal, em elaboração, para o desenvolvimento de actividade industrial e da articulação com a ocupação urbana existente; e ainda o Plano de Pormenor de Cacilhas, em elaboração, para a renovação urbana e funcional da zona de intervenção.

Todos estes processos encontram-se directamente relacionados com o modelo territorial do PDM-A e vão no sentido de se concretizar as respectivas linhas de orientação, nomeadamente o desenvolvimento da Costa da Caparica e da Charneca como centros urbanos secundários; o desenvolvimento de um eixo de actividades turísticas e de recreio e lazer, desde o Monte de Caparica à Aroeira, passando pela Trafaria e Costa da Caparica; a consolidação da zona Almada/Cacilhas/Cova da Piedade como centro administrativo e cultural do concelho; a consolidação do eixo industrial Vale Rosal - Vale Figueira e a promoção do eixo de Investigação e Desenvolvimento Pragal – Monte de Caparica.

Uma última nota para sublinhar a necessidade em acomodar os crescentes desafios decorrentes dos possíveis impactos das alterações climáticas, nomeadamente as questões relacionadas com a erosão costeira, perda de habitats e vulnerabilidade à inundação marinha, no desenvolvimento de planos abrangendo áreas litorais.

Figura 16 – Principais Planos e Estudos aprovados ou em curso



Fonte: DEP/CMA

RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO E URBANIZÁVEL

O território do concelho de Almada corresponde a uma área de cerca de 7200 ha, dos quais, cerca de 2467,83 ha constituem a REN. O PDM-A consagrou, por um lado, os usos já existentes, associados ao solo urbano, e por outro lado, definiu novas classes de uso do solo e as correspondentes áreas urbanizáveis. O conjunto das áreas urbanas e urbanizáveis, à data da aprovação do PDM-A correspondia a 3486,23 ha, ou seja, 48,4% do território. Observa-se no entanto, (Figura 3) que no período entre 1998 e 2005, a evolução da área ocupada no território correspondeu a um acréscimo de 515,52 ha, ou seja 17,6%.

O PDM-A considera duas categorias de espaços urbanizáveis: os definidos como programados, ou seja, espaços que se encontram servidos pelas infraestruturas gerais do concelho ou cuja urbanização se considera prioritária e os espaços não programados, ou seja, espaços em que o uso definido no PDM-A só é concretizável, asseguradas que estejam todas as infra-estruturas pelos interessados na promoção urbanística dessa mesma área.

A aplicação do conceito de espaços programados e não programados, constituiu um aspecto inovador ao nível da elaboração dos PDM, que se tem traduzido em resultados muito positivos na gestão do território.

Nas áreas urbanizáveis programadas, a ocupação é naturalmente mais expressiva e ocorreu de forma contínua, em função do quadro legal e das dinâmicas próprias do licenciamento das operações urbanísticas respectivas.

Nas áreas urbanizáveis não programadas, para além das situações de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que já ocupavam o território à data da elaboração do PDM-A, a restante ocupação resultou da instalação do Almada Fórum e de outras unidades comerciais âncora em Vale Mourelos, o que mudou a relação espacial do termo da cidade, atenuando a barreira física Nascente-Poente do concelho, com a construção de novas ligações, em especial os eixos viários sob a auto-estrada A2 e a reformulação do Centro-Sul.

No quadro seguinte reflectem-se, por um lado, os valores da ocupação actual dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis do PDM-A, que constitui o somatório da ocupação existente à data da sua elaboração mais as áreas ocupadas na sua vigência, e, por outro, a «folga» por ocupar, que o actual modelo territorial apresenta.

Quadro 8 – Solo Urbano e Urbanizável

	Áreas de Terreno (ha)			Folga Urbanizável (%)
	Total Urbanizado e Urbanizável	Ocupação actual	Folga Urbanizável	
Áreas Consolidadas	765,66	695,84	69,82	9,1%
Áreas Urbanizáveis de Alta Densidade	133,50	128,63	4,87	3,6%
Áreas Urbanizáveis de Média Densidade	312,02	262,51	49,51	15,9%
Áreas Urbanizáveis de Baixa Densidade	1.442,71	1.295,93	146,78	10,2%
Total Habitação e Outros	2.653,89	2.382,91	270,98	
Áreas Urbanizáveis Terciário	88,16	70,05	18,11	20,5%
Áreas Urbanizáveis Vocação Turística	559,82	368,62	191,20	34,2%
Áreas Urbanizáveis Indústria	144,40	122,53	21,87	15,1%
Áreas Urbanizáveis Investigação/Desenvolvimento	39,97	14,67	25,30	63,3%
TOTAIS	3.486,23	2.958,77	527,46	

Fonte: DEP/CMA

Observa-se que, nas áreas habitacionais, a «folga» em termos de solo por ocupar é de 270,98 ha, variando entre 3,6% em áreas de alta densidade e 15,9% em áreas de média densidade.

De uma análise mais fina a esta realidade e tendo por termo de comparação o uso habitacional de 150m²/fogo, efectuada à folga de terreno urbanizável e à folga disponível em lotes constituídos / infraestruturados, incluídos na sua maioria em processos AUGI, apuraram-se os seguintes valores aproximados, a ter em consideração:

Terreno Urbanizável – capacidade disponível para 7.630 fogos equivalentes

Lotes constituídos / infraestruturados – capacidade disponível para 21.212 fogos equivalentes

Nas áreas urbanizáveis não habitacionais observa-se que a «folga» disponível corresponde, no conjunto de Terciário mais Vocação Turística, a 32,3% e no que respeita à Indústria mais Investigação e Desenvolvimento, a 25,6%, o que representa um significativo potencial de crescimento equivalente a 256,48 ha.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

O PDM-A fixou um modelo de constituição de espaços para equipamentos colectivos e espaços verdes de recreio e lazer, que consubstancia um mecanismo de perequação compensatório.

Com este mecanismo ficou garantido o princípio da transparência e da equidade ao nível da gestão do território, bem como a salvaguarda do interesse público.

Este modelo assenta na definição de parâmetros urbanísticos, como o parâmetro de cedência e o parâmetro de edificabilidade equivalente. Fixa o parâmetro de cedência para equipamento de nível local, a realizar na operação de loteamento; o parâmetro de cedência para equipamento de nível PDM, a materializar, preferencialmente na UNOP respectiva e fixa igualmente o Parâmetro de Edificabilidade Equivalente, que confere direitos aos proprietários de terrenos afectos a estes usos, flexibilizando os procedimentos de gestão da bolsa de terrenos de uso colectivo.

As cedências fora das respectivas UNOP, são concretizadas em situações excepcionais, em processos de AUGI, e irresolúveis de outro modo, e na base de uma estratégia de criação de bolsas concentradas de equipamentos.

Importa referir que, em resultado da aplicação deste mecanismo, todos os terrenos necessários à construção de equipamentos têm decorrido de cedências provenientes da gestão urbanística do território, promovidos nomeadamente:

- Pela Administração Central - escolas; centros de saúde; palácio da justiça; forças de segurança...;
- Por IPSS, Colectividades e Associações - equipamentos de infância, idosos e deficientes; equipamentos de culto; escuteiros; equipamentos desportivos; quartéis de bombeiros; residências; sedes de colectividades...;
- Pela Autarquia - escolas de 1º ciclo e jardins de infância; equipamentos desportivos, culturais e museológicos; equipamentos sociais; parques e jardins; rede viária; mercados, entre outros.

Equipamentos Desportivos

Os equipamentos desportivos de base – grandes e pequenos campos de jogos, pavilhões e planos de água, existentes no concelho, cobrem grande parte das necessidades da população, com níveis significativos de oferta pública e privada.

No período em análise foram construídas instalações desportivas essenciais e diversificadas, de que são exemplo o Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada (Pavilhão, Piscinas e Courts de Ténis), a Pista Municipal de Atletismo, o Estádio Municipal José Martins Vieira, os Pavilhões Desportivos nas Escolas Secundárias António Gedeão, Anselmo de Andrade, Daniel

Sampaio, Charneca, Miratejo e Costa da Caparica), que permitem uma generalização da prática desportiva, cujos índices se encontram acima dos níveis médios nacionais. Encontram-se em construção as novas piscinas municipais na Sobreda e na Charneca e está iniciado o processo para a construção de uma outra piscina no Monte da Caparica.

Mas tão importante como a área construída, foram os resultados obtidos pela gestão municipal, apoiada num modelo de administração municipal directa, que constitui uma referência nacional na última década.

Equipamentos de Ensino

Ao nível de equipamentos escolares, realizou-se um importante programa de ampliação, renovação, manutenção e beneficiação do parque escolar, com resultados nos níveis de educação e ensino.

Foram construídas oito novas escolas (EB1 das Barrocas, EB1/JI Maria Rosa Colaço, EBI/JI da Charneca de Caparica, EB1/JI de Vila Nova de Caparica, EB1/JI de Vale Flores, EB1/JI da Charneca de Caparica, EB1/JI do Chegadoinho, EBI de Vale Rosal) e foi iniciada a construção de mais cinco (EB1/JI da Vale Figueira, EB1 /JI de S. João, EB1/JI do Pragal, Eb1/JI da Trafaria e EB1/JI de Almada). Foi também construída a Escola Básica Integrada 2/3 da Costa da Caparica e foram reconstruídas as escolas Romeu Correia, Básica Integrada da Sobreda e Cacilhas-Tejo.

Foram construídos outros jardins de infância (JI do Monte de Caparica nº 1, JI da Cova da Piedade, JI de Marco Cabaço (ampliação), JI do Laranjeiro nº1, JI de Vale Rosal, JI do Pragal, JI da Costa da Caparica e JI da EB1 do Monte da Caparica). Requalificaram-se e dotaram-se os edifícios escolares de condições ajustadas ao actual quadro programático (intervenções nas escolas do *Plano dos Centenários*), efectuaram-se obras de manutenção (pinturas, electricidade, reabilitação das coberturas, sistemas de segurança) nos edifícios escolares e registou-se a criação e melhoria de serviços/equipamentos (refeitórios escolares, bibliotecas, pavilhões gimnodesportivos, apetrechamento de equipamento informático e Internet no âmbito do Projecto Almada Cidade Digital – Rede Cidade Educadora, acesso à educação a crianças portadoras de deficiência), que globalmente oferecem uma qualidade adicional ao parque e comunidade escolar.

Ainda neste âmbito, foi elaborada e aprovada a Carta Educativa. A Carta Educativa é um instrumento de planeamento que complementa e aprofunda os estudos realizados para a elaboração do PDM-A e tem como objectivo central o redimensionamento da rede escolar – que integra os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário – quer pela qualificação, ampliação e/ou reconversão do parque escolar existente, quer pela construção de novos equipamentos, em função da previsão dos acréscimos de procura de ensino por territórios educativos/localidades. Permite articular as necessidades de equipamentos educativos, decorrente das tendências de evolução das populações escolares

identificadas, com o intuito de se reservarem os terrenos, cuja localização e dimensão, melhor se adequem a cada situação.

No que respeita ao ensino superior, tem vindo a ser feita uma aproximação aos diferentes recursos universitários existentes no concelho, procurando verter para a realidade local as dinâmicas de conhecimento e inovação próprias destas instituições (protocolos com a FCT no âmbito da rede de bibliotecas municipais, elaboração da Carta Geológica de Almada, desenvolvimento da estratégia local para as alterações climáticas e qualidade do ar, e com o Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz no âmbito da monitorização da qualidade das refeições servidas nos refeitórios escolares). A este nível, do ensino superior e politécnico, o concelho tem um protagonismo relevante no contexto da Península de Setúbal. De entre os alunos que frequentam estes estabelecimentos, 85% (mais de 7.000) residem fora do concelho dando bem nota do nível de atractividade da rede urbana neste domínio face à região.

Equipamentos Culturais, Sociais e Outros

Ao nível cultural, o concelho apresenta uma oferta pública muito relevante, com a realização de eventos que mobilizam grupos e artistas a nível nacional e internacional. A rede de equipamentos criada, é muito ampla e diversificada, oferecendo condições para uma ampla actividade cultural, tais como o Centro de Arte Contemporânea, a Oficina da Cultura, a Galeria Municipal de Arte, o Solar dos Zagallos, o Convento dos Capuchos, o Teatrinho Municipal, as Casas da Juventude, o Museu de Sítio, o Fórum Municipal Romeu Correia, com as valências de Auditório e Biblioteca, o Museu da Cidade, o Teatro Municipal de Almada e a nova Biblioteca José Saramago (em construção).

A linha de actuação estratégica de conferir usos colectivos a edifícios reabilitados foi amplamente concretizada, tendo-se intervindo em edifícios considerados marcantes do ponto de vista da história local, de que são exemplo o Convento dos Capuchos, o Núcleo Museológico Naval do Ginjal, a reabilitação da Quinta dos Frades para a instalação do Museu da Cidade, da Quinta de Stº Amaro para o Centro de Cultura Juvenil no Laranjeiro, da Casa Pargana para instalação do Arquivo, da construção do Museu de Sítio em Almada Velha e ainda das aquisições da Quinta do Almaraz, Fábrica da Moagem no Caramujo e Forte da Trafaria.

A rede de infra-estruturas construídas pelo Município teve um grande impacto ao nível da criação de novas formas de acesso aos bens culturais e, mesmo, ao nível do reforço das dinâmicas culturais endógenas que neste período de tempo foram muito reforçadas pela sustentabilidade que foi possível oferecer na rede de equipamentos municipais.

Paralelamente, asseguraram-se importantes apoios financeiros para a qualificação e construção de instalações e no suporte às actividades de associações e clubes, de cultura, desporto e recreio, e das Instituições Privadas de Solidariedade Social. A rede de equipamentos do movimento associativo cresceu e qualificou-se consideravelmente em todo o concelho, destacando-se as

novas sedes de colectividades e clubes, os equipamentos desportivos cobertos e descobertos (piscinas, pavilhões, ginásios, campos de futebol, polidesportivos), os equipamentos de infância, de apoio a deficientes, de idosos (lares e centros de dia), os quartéis de bombeiros e a Casa da Bombeiro, a Casa e a Residência dos Professores, as Casas Regionais, entre outros.

O concelho foi-se dotando com um conjunto de equipamentos de saúde (Centros de Saúde da Trafaria, Sobreda, Charneca, Pragal, Feijó, Caparica), de justiça e segurança (Palácio da Justiça, Divisão da PSP, Esquadra da PSP no Laranjeiro, quartel da GNR na Charneca) e outros de nível supra local que em muito contribuíram para o reforço do papel do concelho na região e, consequentemente, dos seus mais importantes centros urbanos. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES⁷) elaborado em 2004, assinalava Almada, à escala da Península, como detentora de Equipamentos de 1º nível, Hospital Garcia de Orta, pólos de Investigação e Desenvolvimento de primeira importância (Universidade Nova no Monte da Caparica, Escola Egas Moniz e Instituto de Ciências da Saúde, Instituto Piaget - Escola Superior de Educação e Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares e a Escola Naval - Escola Naval de Ensino Superior e Escola Superior de Tecnologias Navais) e Estruturas de Turismo, Recreio e Lazer também de 1º nível (Costa da Caparica, golfe da Aroeira). Também num nível de hierarquia superior, estão os equipamentos culturais existentes no concelho como o Teatro Municipal de Almada, a Casa da Cerca e o Convento dos Capuchos. O concelho alberga cerca de 34% (10/29) dos equipamentos de nível regional face aos existentes na AML-Sul o que é muito significativo.

Podem ser ainda considerados equipamentos que tiveram os respectivos projectos desenvolvidos neste período e serão em breve uma realidade, como a Biblioteca e Centro Cívico do Feijó. Encontra-se também assegurada a construção de uma nova Biblioteca no Monte de Caparica.

Ainda neste contexto, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho destaca-se como um instrumento orientador, com linhas estratégicas consideradas prioritárias para a intervenção social nas áreas da Família, Infância, Jovens, Imigrantes, Empregabilidade e Comunidade Educativa.

⁷ “Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal” (2004), ISEG-CIRIUS

TRANSPORTES, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS

No que respeita às acessibilidades rodoviárias, o PDM-A consolidou a proposta de uma rede viária principal no concelho, consignando as propostas do PIOC (Plano Interconcelhio de Ordenamento da Circulação) – Alternativa à EN10, L3, Via V1/Via V8, V5 e V6 e introduziu o prolongamento da Via Rápida da Costa. Foi assim um instrumento determinante por ter garantido os espaços canais estruturantes, já antes acautelados nos planos de ordenamento do território elaborados, ao nível da rede rodoviária principal, em estreita articulação com a estrutura de usos proposta. No PDM-A foi também consagrado um novo modo de transporte colectivo, o Metro Ligeiro de Superfície, que constitui a génese do MST.

Analisando a evolução das acessibilidades rodoviárias intra-concelhias, é possível constatar que estas tiveram um incremento assinalável. São exemplos destas intervenções, a primeira fase da L3; a Via industrial V1/V8; a alternativa à EN10, constituindo esta um eixo fundamental em termos de circulação rodoviária na medida em que possibilita o rebatimento dos fluxos que solicitam a EN10 (situação reforçada com a entrada em funcionamento do MST); a nova variante ao Monte de Caparica e vias envolventes à Estação do Pragal; a variante Capuchos-Lazarim (alternativa à EN10-1); a Via V6, junto ao nó do Plano Estratégico Almada Poente, estabelecendo a articulação entre a estação do Pragal e os núcleos da Sobreira e Charneca. Foi ainda reperfilado o Caminho Municipal (CM) 1011 e construída a Av. Atlântica na Costa da Caparica. A circular em torno da “rótula” materializou-se na sequência da construção da Estação do Pragal e do Almada-Fórum, no âmbito do qual foi desnivelado o nó do Centro Sul, reconfigurada toda a avenida até à rotunda do Brejo, construída a via paralela à via rápida, em Vale Mourelas, e as vias de Ligação entre Almada Nascente e Poente, sob a A2. Por concluir encontra-se ainda a via V6, muito importante para a estruturação do interior do concelho. Contudo, o seu projecto já foi elaborado, podendo esta também vir a ser concretizada a curto prazo. As antigas EN377 e EN10-1 também sofreram algumas intervenções, após o processo de desclassificação promovido pelo município junto da antiga JAE.

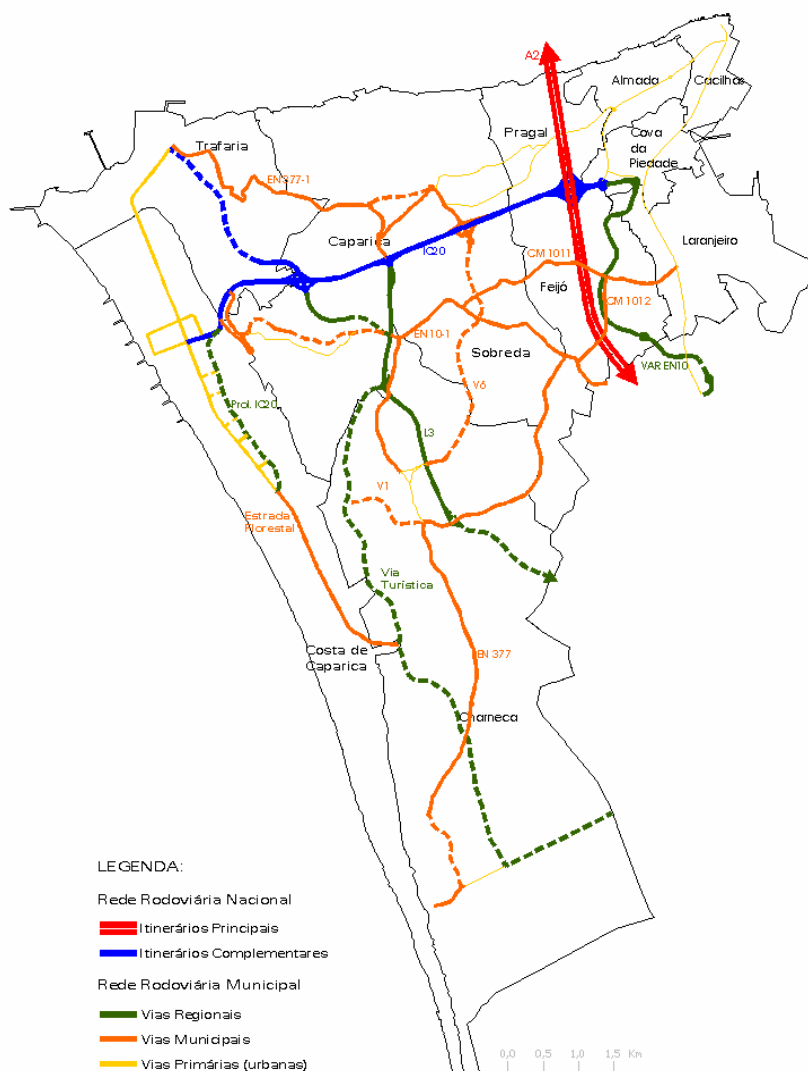
Ainda no domínio das acessibilidades rodoviárias intra-concelhias, há que referir o “Estudo da Rede Viária Secundária do Concelho de Almada”, que garante a articulação entre a rede principal e a rede de acesso local.

Relativamente à evolução das acessibilidades rodoviárias inter-concelhias, estão por construir, com processos actualmente em curso pelas Estradas de Portugal, EP, a L3 da Trafaria a Coina (IC32) e o prolongamento do IC20 para sul (ER 377-2), até à Avenida do Mar, faltando assegurar a ligação a norte no Lazarim.

A L3, com a primeira fase construída pelo Município, até à Charneca de Caparica (com um perfil transversal de 1+1 vias mas com reserva de corredor para 2+2), é uma via estruturante a nível da AML Sul na medida em que sobre ela se irá materializar o IC32 (CRIPS), formando um anel em torno da coroa ribeirinha. A continuidade do IC32 (CRIPS) até à Trafaria é fundamental não apenas para resolver o problema do atravessamento de pesados em direcção à SILOPOR, mas também para garantir à Trafaria a acessibilidade à rede viária principal.

Importa ainda realçar que a não concretização destas vias, essenciais para a melhoria das acessibilidades inter-municipais, reflectiu-se no agravamento das condições de circulação em algumas zonas do concelho e atrasou o desenvolvimento de algumas propostas do PDM-A, nomeadamente as zonas de ocupação turística de baixa densidade e elevada qualidade, previstas para a parte poente do concelho.

Figura 17 – Hierarquia da Rede Viária – Vias Existentes e Propostas PDM



Fonte: DEP/CMA, *Estudo para a Caracterização e Definição da Rede Viária Secundária do concelho de Almada*, CESUR-CMA

REDE CICLÁVEL

A promoção dos modos de deslocação suaves, em particular da bicicleta, em articulação com os transportes públicos, foi uma das estratégias adoptadas no Plano Almada Ciclável, para inverter a tendência de utilização excessiva do automóvel nas deslocações quotidianas de curta distância e melhorar a mobilidade no concelho.

Para o efeito, foi desenvolvida e aprovada a Rede Ciclável Hierarquizada do Concelho de Almada, que visa dotar o concelho de uma rede de percursos cicláveis e de infra-estruturas associadas, respeitando critérios fundamentais de continuidade, funcionalidade, segurança, conforto e qualidade ambiental.

O plano prevê a implantação progressiva e faseada de 223 km de percursos cicláveis abrangendo a totalidade geográfica do Concelho de Almada, que assegurarão a ligação entre a rede de transportes colectivos e respectivos interfaces e os principais equipamentos colectivos, nomeadamente escolas, equipamentos desportivos, de saúde, património cultural e natural e as praias.

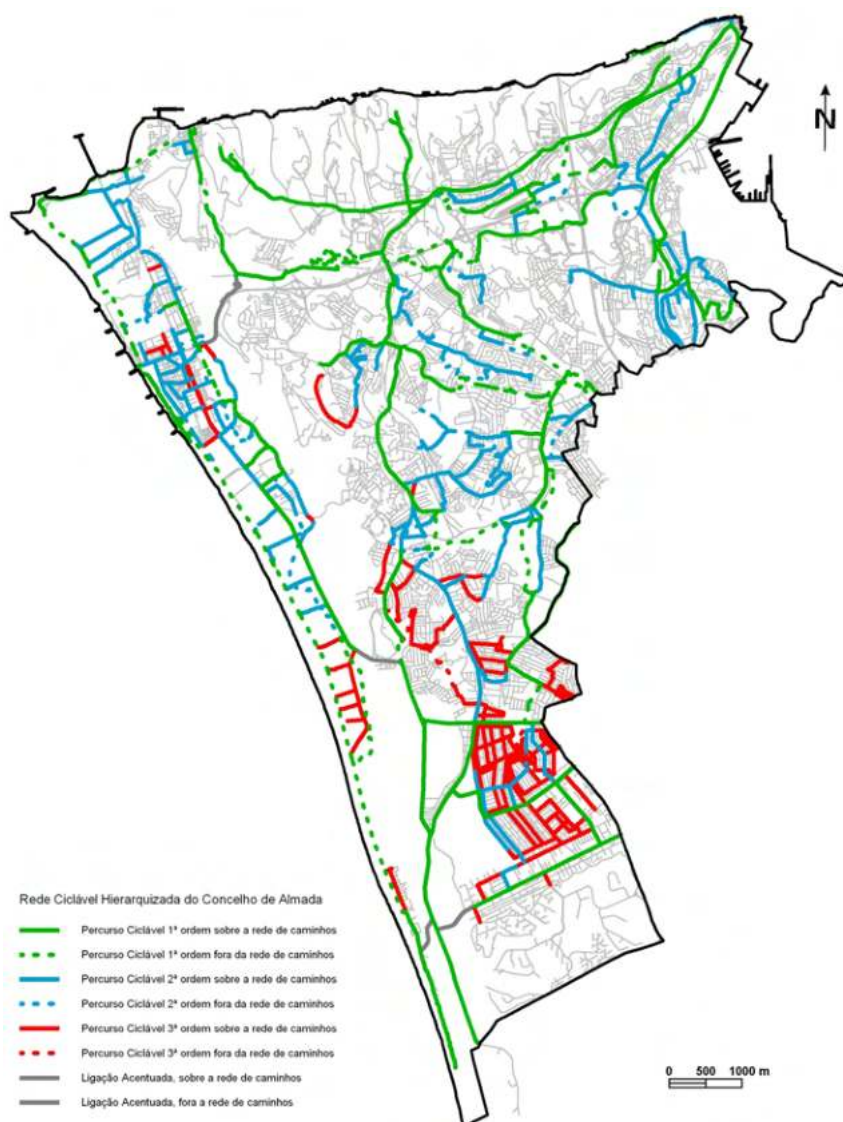
A hierarquização dos percursos que integram a rede foi feita de acordo com o seu tipo de uso (quotidiano ou lazer) e a densidade de equipamentos que servem. O potencial para o aumento da utilização da bicicleta nas deslocações casa-trabalho e casa-escola é relevante, já que 35,9% da população do concelho de Almada possui pelo menos uma bicicleta no seu agregado familiar e 88,6% está receptiva à utilização da bicicleta como modo de transporte, desde que sejam criadas condições de segurança para o efeito⁸.

Foram já concretizados percursos nas freguesias da Laranjeiro, Pragal, Sobreda, Caparica, Costa da Caparica, parte dos quais associadas à implantação do MST e ao Programa Polis da Costa da Caparica, estando em fase de projecto e/ou obra percursos na Sobreda/Vale Figueira, Aroeira, Monte de Caparica e Trafaria. A obra da ciclovia Trafaria-Costa da Caparica com uma extensão de 5,9 km, encontra-se em fase de conclusão, tendo sido objecto de co-financiamento pelo QREN, numa candidatura recentemente aprovada pelo programa POR Lisboa. Este percurso, que irá ligar o Terminal Fluvial de Cacilhas às Praias Urbanas da Costa da Caparica, vem criar uma excelente oferta para utilização da bicicleta combinada com o transporte fluvial em detrimento do automóvel individual.

Os Planos e Estudos de planeamento do território e projectos da rede viária em elaboração estão já informados da Rede Ciclável Hierarquizada, contemplando os respectivos percursos e critérios fundamentais associados.

⁸ Inquérito à Mobilidade e Ambiente do Concelho de Almada. CMA/DEGAS e AGENEAL, 2006.

Figura 18 – Rede Ciclável hierarquizada em Almada



Fonte: DEGAS/CMA

ESTRUTURA DE DESLOCAÇÕES E MOBILIDADE

As acessibilidades inter-concelhias estão fortemente relacionadas com a dinâmica das deslocações da população face ao emprego e à escola. Segundo os dados do último Recenseamento Geral da População, realizado em 2001, cerca de 100 mil activos empregados e estudantes com 15 ou mais anos de idade, utilizavam o espaço do município de Almada nos seus movimentos quotidianos entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Deste total, apenas cerca de 40%

residiam e trabalhavam ou estudavam no próprio concelho. Dos restantes 60%, cerca de 37 mil (37%) residiam em Almada e movimentavam-se para fora do concelho para estudar ou trabalhar. Apenas cerca de 23 mil (23%) residiam fora de Almada e dirigiam-se a este concelho para nele exercerem a sua actividade.

Quadro 9 – Movimentos pendulares em 1991 e 2001 no concelho de Almada (n.º de indivíduos)

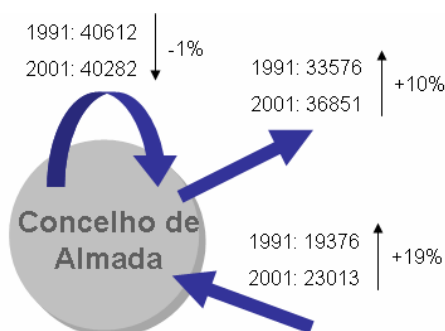
Movimentos Pendulares	1991		Total 1991		2001		Total 2001	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Mov. Intra-concelhios – empregados	32.331	35%	40.612	43%	33.871	34%	40.282	40%
Mov. Intra-concelhios – estudantes	8.281	9%			6.411	6%		
Entradas no concelho – empregados	16.716	18%	19.376	21%	17.766	18%	23.013	23%
Entradas no concelho – estudantes	2.660	3%			5.247	5%		
Saídas do concelho – empregados	31.161	33%	33.576	36%	33.667	34%	36.851	37%
Saídas do concelho – estudantes	2.415	3%			3.184	3%		
Total	93.564	100%	93.564	100%	100.146	100%	100.146	100%

Fonte: INE, Censos 2001 Movimentos pendulares na AML, 1991 e 2001

A comparação entre os dados de 1991 e 2001 revela uma muito ligeira perda do nível de autonomia do concelho (menos 1% de residentes que trabalham ou estudam no concelho) e um aumento da sua interdependência com o exterior. Sublinha-se todavia que este ligeiro decréscimo decorre no quadro de encerramento de grandes pólos industriais do concelho, designadamente os estaleiros navais da Lisnave no final da década de 90 e de todas as indústrias associadas.

Todavia, não deixa de ser significativo o aumento verificado na atractividade de Almada em relação à restante AML, a que certamente não será alheio o crescimento da sua oferta universitária de 21% para 23%).

Figura 19 - Variação dos movimentos pendulares entre 1991 e 2001 no concelho de Almada



Fonte: INE, Censos 2001 Movimentos pendulares na AML, 1991 e 2001

Analisando os dados disponíveis para 2006, é possível concluir que estas tendências sofreram algumas alterações relativamente às deslocações da população activa. Com efeito, a percentagem

de população activa que reside em Almada e trabalha noutro concelho diminuiu de 2001 para 2006, enquanto a percentagem de população que reside e trabalha em Almada aumentou de 51% para 54,5%. Esta evolução demonstra que a atractividade de Almada tem vindo a consolidar-se, aumentando o nível de autonomia do concelho face aos outros concelhos da AML.

Quadro 10 – Local de Trabalho da população activa residente em Almada, em 2001 e 2006

	2001		2006	
	Dentro Concelho	Fora Concelho	Dentro Concelho	Fora Concelho
População Activa (%)	51,0	49,0	54,5	45,5

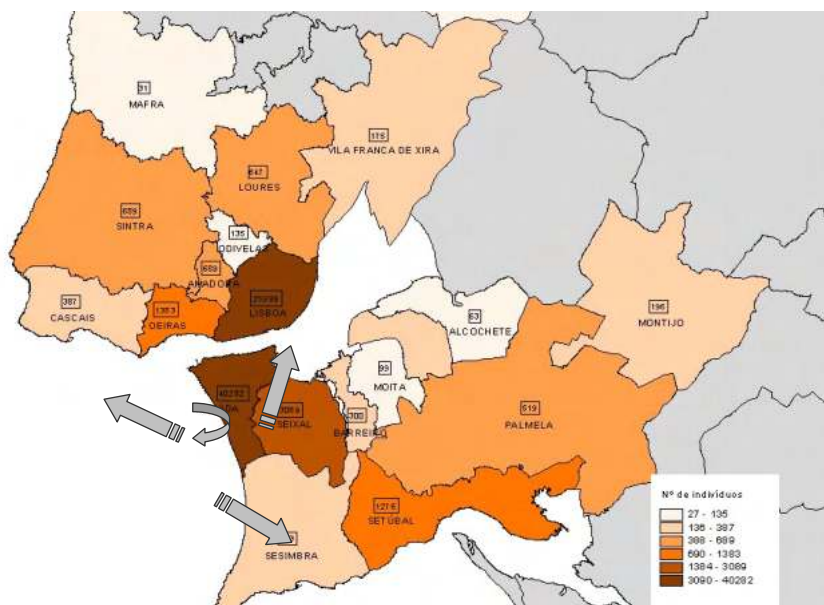
Fonte: INE, Censos 2001; CMA, AGENEAL, Inquérito à Mobilidade em Almada, 2006

Dentro do concelho, os dados do Inquérito à Mobilidade em Almada, realizado em 2006, demonstram que Almada é a freguesia mais atractiva para trabalhar (onde se localizam grande parte dos serviços), sendo a freguesia de destino de 34,9% da população que trabalha no concelho, seguida da Caparica, que é a segunda freguesia mais atractiva, com 10,6%.

A análise da informação referente aos movimentos pendulares dos activos permite ainda a identificação das relações preferenciais que se estabelecem entre Almada e o conjunto dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Assim, é possível constatar que, em 2001, Almada atraía principalmente população empregada ou estudante dos concelhos do Seixal e Lisboa, sendo a proximidade física o principal factor de atracção. Neste contexto, quer o pólo universitário e o Hospital, quer a própria cidade de Almada constituíam os principais elementos polarizadores do concelho. Analisando, por sua vez, os movimentos de saída, é possível concluir que os residentes empregados ou estudantes que exerciam a sua actividade fora do concelho de Almada, faziam-no maioritariamente em Lisboa. De facto, 72% da população residente que trabalhava ou estudava fora de Almada exercia a sua actividade na cidade capital, sendo evidente o papel dominante de Lisboa enquanto pólo de emprego ou estudo. Dos restantes concelhos da AML, apenas o Seixal se destaca como destino da população residente em Almada, apresentando no entanto valores que rondam somente os 9% da população de Almada que trabalha ou estuda fora do concelho, percentagem muito inferior, portanto, à que se registava para Lisboa.

[illegible]

Figura 21 - **Movimentos de saída do concelho de Almada em 2001 (nº indivíduos)**

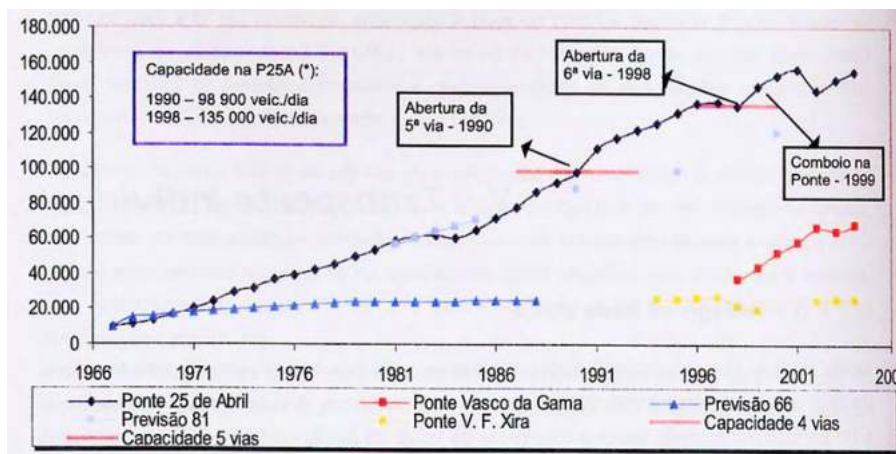


A crescente interdependência com a primeira coroa de Lisboa não surpreende. Para isso terá também contribuído a melhoria das ligações em comboio, com o eixo ferroviário Norte-Sul concluído em 1998.

Em termos de atravessamento do Tejo, durante este período de implementação do PDM-A, vale a pena observar a Figura 22. Percebe-se aí a forma como os sucessivos aumentos de capacidade na

travessia do Tejo foram quase sempre seguidos de aumentos de procura. Os dados apresentados na mesma figura são também bem reveladores do fraco impacto da nova Ponte Vasco da Gama sobre a diminuição do Tráfego Médio Diário (TMD) na Ponte sobre o Tejo.

Figura 22 – Evolução do Tráfego Médio Diário na Ponte 25 de Abril



Fonte: “Dinâmica de Transformação Urbanística da AML Sul – a influência dos atravessamentos no Rio Tejo”, IST 2005

Apesar da construção do eixo ferroviário Norte-Sul ter representado um volume de investimento muito importante na promoção do atravessamento do Tejo em Transporte Colectivo (TC), a tendência para a inversão da repartição modal a favor do Transporte Individual (TI), desde o início da elaboração do actual PDM-A, foi muito forte e pesada, seguindo a tendência verificada na AML. Em 2007, a percentagem de passageiros que atravessou o rio Tejo em transporte individual foi de 73%, enquanto o transporte colectivo representou apenas 27%, sendo que destes, 11% corresponderam ao transporte fluvial, 5% ao transporte colectivo rodoviário e 11% ao transporte ferroviário. Pode assim concluir-se que, excluindo alguma transferência do TI para o TC, o transporte ferroviário foi sobretudo buscar a sua procura ao transporte fluvial, o qual continuou a perder passageiros.

Quadro 11 – Passageiros que atravessam diariamente as Pontes sobre o Tejo em Transporte Colectivo e em Transporte individual (em milhares)

	MIL PESSOAS/DIA				%		
	2007	2000	1996	1991	2007	2000	1996
Tráfego Rodoviário Individual	330	307	198	167	72,8%	71,6%	66,6%
Ponte 25 de Abril	231	230	198	167	50,9%	53,4%	66,6%
Ponte Vasco da Gama	99	78	0	0	21,8%	18,1%	0,0%
Tráfego Colectivo	123	122	99	ND	27,2%	28,4%	33,4%
Caminho-de-Ferro	49	29	0	0	10,9%	6,6%	0,0%
Ponte 25 de Abril	49	29	0	0	10,9%	6,6%	0,0%
Barco	49	71	79	ND	10,9%	16,5%	26,6%
Autocarro	25	23	20	ND	5,4%	5,3%	6,8%
TOTAL	453	430	297	NA	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: RAVE, Steer Davies Gleeve, VTM Consultores

Notas:

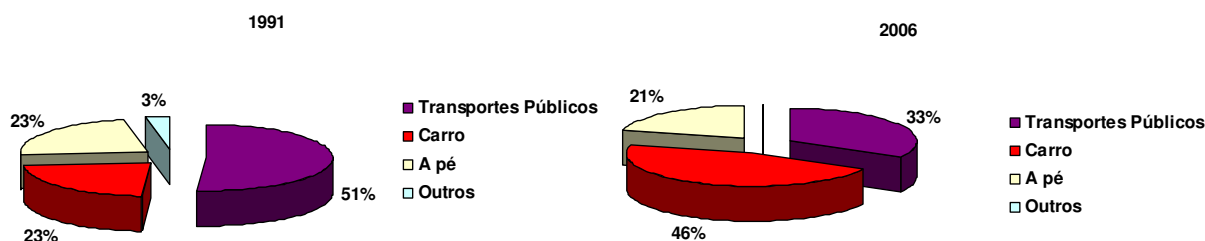
ND: Não disponível

NA: Não aplicável

Fonte – RAVE, Steer Davies Gleeve, VTM Consultores

Relativamente aos movimentos intra-concelhios, verifica-se que nos últimos 15 anos, o peso relativo do automóvel individual nas deslocações quotidianas aumentou 100%.

Figura 23 - Distribuição modal em Almada, em 1991 e 2006



Fonte: CMA/DEGAS e AGENEAL, Inquérito à Mobilidade em Almada, 2006

A Taxa de Motorização no concelho de Almada aumentou 27% de 1998 a 2006, atingindo valores cada vez mais próximos das médias europeias. Estes valores são mais elevados nas freguesias da Sobreda e Charneca, indiciando aí uma maior dependência face ao transporte individual e uma menor atractividade do transporte colectivo. As freguesias mais consolidadas da cidade de Almada apresentam por sua vez as taxas de motorização mais baixas, a que tem correspondido também uma maior utilização do Transporte Colectivo.

Quadro 12 - Taxas de Motorização

	EU25	Portugal		AML	Almada	
Ano	2004	2000	2004	2002	1998	2006
Tx. Motorização (nº veículos/1000 hab.)	465	335	400	471	350	443

Fonte: CMA, AGENEAL, Inquérito à Mobilidade em Almada, 2006

Também a percentagem de famílias que possui automóvel ou mota no concelho (73,2%), constitui um bom indicador dos padrões de mobilidade quotidiana. Das famílias motorizadas, 48% possui dois ou mais automóveis.

Quadro 13 – Agregados com carro ou mota por freguesia

Freguesias	% agregados com automóvel ou mota
Charneca da Caparica	86,8
Sobreda	84,1
Feijó	77,3
Pragal	76,4
Caparica	74,7
Média Almada Concelho	73,2
Cacilhas	69,6
Costa da Caparica	68,2
Cova da Piedade	68,0
Almada	67,6
Laranjeiro	66,7
Trafaria	64,7

Fonte: CMA, AGENEAL, Inquérito à Mobilidade em Almada, 2006

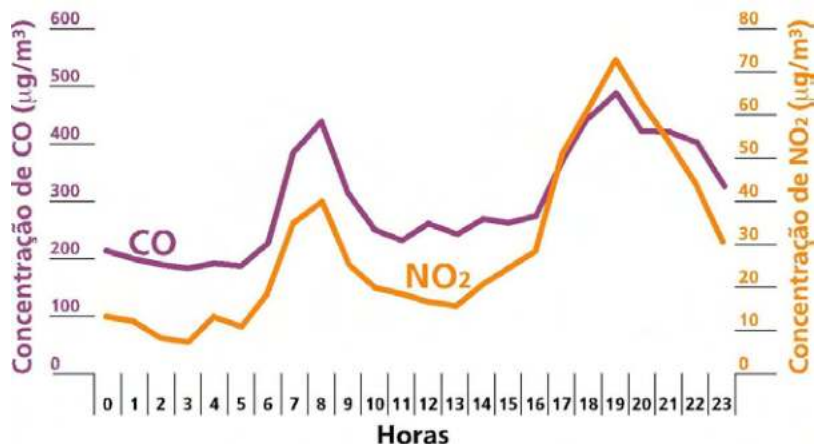
Estes padrões de mobilidade quotidiana têm associados impactos na qualidade ambiental e qualidade de vida concelhios.

No âmbito do processo da Agenda Local 21 de Almada, têm vindo a ser monitorizados, de forma sistemática, indicadores ambientais, entre os quais a qualidade do ar, o ruído ambiente e as emissões de gases com efeito de estufa, fortemente relacionados com a mobilidade e modos de transporte associados.

Na estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Laranjeiro, que integra a Rede de Estações de Monitorização da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo, são, desde 2001, avaliados os poluentes atmosféricos Monóxido de Azoto, Dióxido de Azoto, Ozono, Dióxido de Enxofre, Benzeno, Partículas < 10 µm e Partículas < 2.5 µm. Esta monitorização em contínuo tem vindo a ser complementada com campanhas pontuais de grande abrangência territorial com tubos de difusão.

Os dados recolhidos demonstram que a principal fonte de poluição atmosférica no concelho de Almada é o tráfego rodoviário, coincidindo os picos de tráfego da manhã e de tarde, com as concentrações mais elevadas de monóxido de Carbono (CO) e óxidos de azoto (NO_x), dois poluentes que resultam da combustão de veículos rodoviários.

Figura 24 - Variação da concentração média de alguns poluentes atmosféricos ao longo do dia



Fonte: DEGAS/CMA

Embora as concentrações registadas para estes dois poluentes atmosféricos referidos estejam abaixo dos valores limite estipulados na legislação nacional, verificam-se pontualmente excedências para os parâmetros partículas em suspensão (PM10) e ozono (O₃), estando estas situações associadas a dias com temperaturas muito elevadas e tráfego rodoviário.

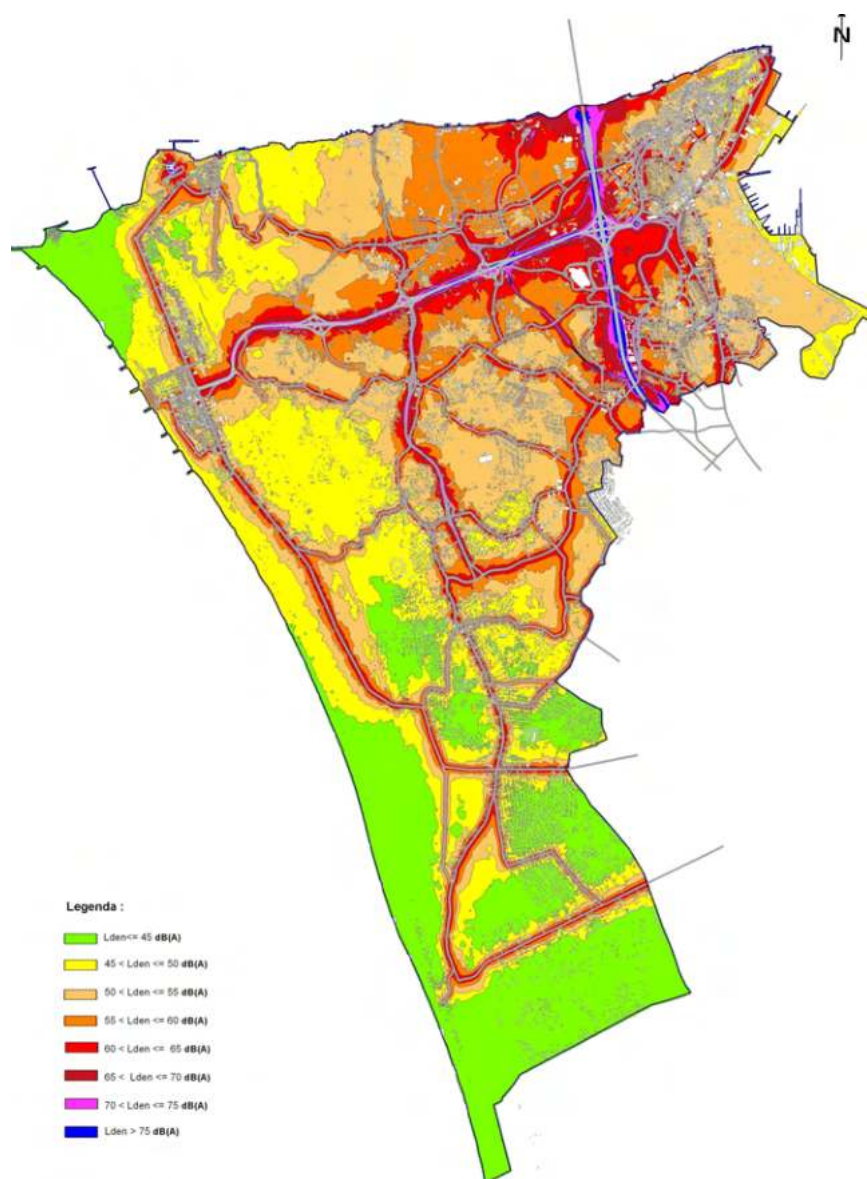
De igual modo, a paisagem sonora do concelho de Almada é profundamente marcada pela existência de eixos de circulação rodoviária, alguns dos quais de importância metropolitana, e pelo crescente aumento dos volumes de tráfego rodoviário.

O mapa de ruído de Almada de 2004 e, mais recentemente, a sua actualização para 2007, comprovam a influência do tráfego rodoviário como fonte sonora linear e contínua, observável nas curvas isofónicas do indicador de ruído compósito diurno-entardecer-nocturno (Lden) e indicador de ruído nocturno (Ln).

Sendo o ruído um factor que contribui de forma relevante para a qualidade de vida, especialmente em zonas urbanas, deverá perspectivar-se, na revisão do actual PDM-A, a definição de um zonamento acústico e a integração de planos de redução de ruído que garantam um adequado conforto acústico.

Figura 25 – Carta de Ruído do Concelho de Almada para o indicador Lden (2007)

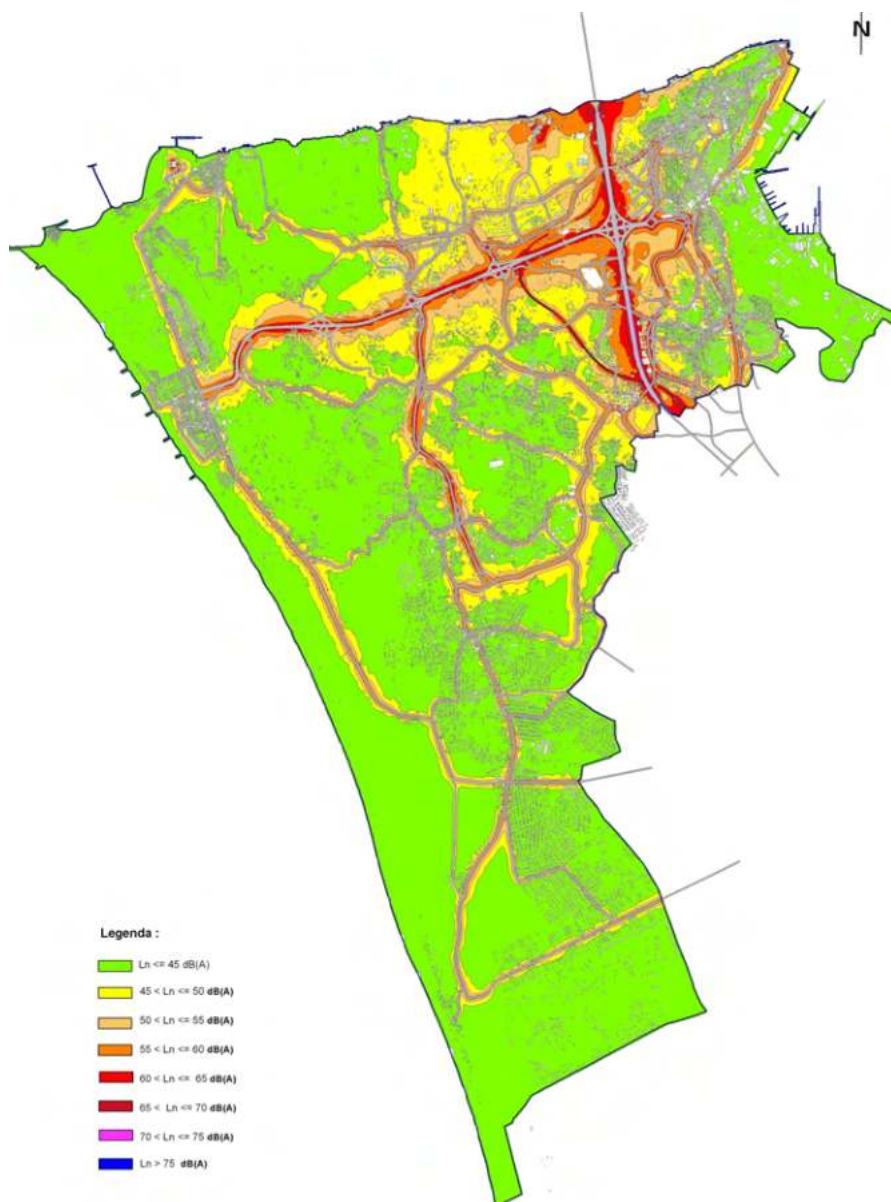
Lden - indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno



Fonte: DEGAS/CMA

Figura 26 – Carta de Ruído do Concelho de Almada para o indicador Ln (2007)

Ln - indicador de ruído nocturno

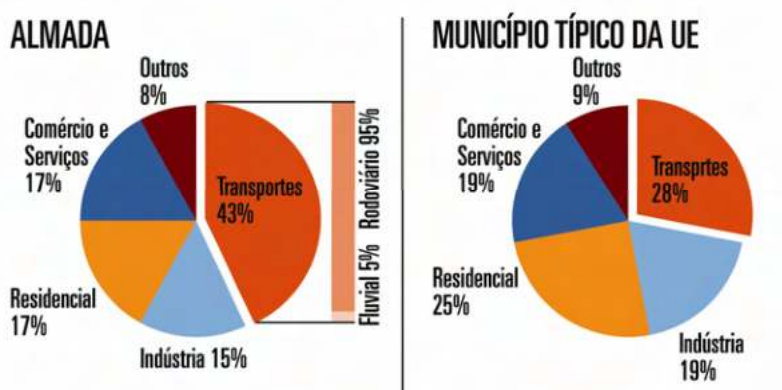


Fonte: DEGAS/CMA

Quanto aos consumos de energia e emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associadas, os Inventários das emissões de gases com efeito de estufa realizados em 2001 e 2007, enquadrados pela Estratégia Local para as Alterações Climáticas, mostram a preponderância dos transportes na matriz carbónica do concelho de Almada face aos outros sectores, designadamente o sector dos edifícios.

O sector dos transportes é responsável pela emissão de 43% do total dos gases com efeito de estufa, sendo o modo rodoviário preponderante, com cerca de 90% da energia consumida nos transportes, que se traduz em 95% do total das emissões do Sector dos Transportes.

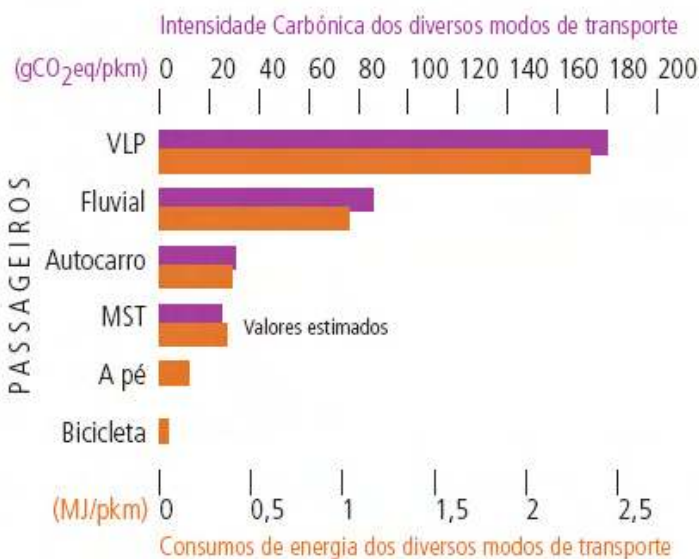
Figura 27 – Matriz carbónica do concelho de Almada



Fonte: DEGAS/CMA e Climate Alliance

Dentro do modo rodoviário, a intensidade carbónica dos veículos ligeiros de passageiros (VLP), que engloba o transporte individual, ultrapassa largamente a dos restantes modos de transporte de passageiros. O autocarro apresenta uma intensidade carbónica 5 vezes inferior à do automóvel, emitindo em média 30 g CO₂eq por km percorrido e passageiro transportado, contra 180 g CO₂eq por km percorrido e passageiro transportado de automóvel.

Figura 28 – Intensidade carbónica dos diversos modos de transporte em Almada



Fonte: DEGAS/CMA

A aposta na promoção do transporte colectivo e na sua intermodalidade, consagrada nos objectivos estratégicos do PDM-A, que permitiu, entre outras medidas, a introdução de um modo de transporte energeticamente e ambientalmente eficiente, como o MST, irá a curto-médio prazo inverter esta tendência e mitigar alguns dos impactos identificados.

A título de exemplo, sublinha-se o potencial de redução das emissões de GEE do MST, estimado em 16,182 kton CO₂eq/ano, resultante de uma transferência modal do transporte individual para este novo modo de transporte.

Será ainda importante realçar a percepção da população de Almada relativamente aos problemas ambientais do concelho. Num estudo de opinião realizado em 2006 (Barómetro Ambiental de Almada) de âmbito muito alargado, a poluição atmosférica, o ruído e o congestionamento de tráfego foram (por esta ordem) hierarquizados como os problemas ambientais com evolução mais negativa. Esta percepção é muito relevante como diagnóstico da situação actual e revelador da consciência social em relação aos impactos dos transportes.

TRANSPORTES COLECTIVOS

Conforme atrás referido, a utilização dos transportes colectivos nas deslocações casa-trabalho e casa-escola da população de Almada tem vindo a perder importância relativamente ao transporte individual. O centro de Almada é ainda fustigado por tráfego de atravessamento em direcção a Lisboa ou ao Seixal. No centro de Almada circulam diariamente 140.000 automóveis de residentes e de pessoas que aqui trabalham, assistindo-se a um tráfego de atravessamento em direcção a Lisboa ou ao Seixal de 35.000 mil veículos diários.

Para fazer face aos problemas gerados pelo aumento da utilização do automóvel, tem vindo a ser concretizada uma estratégia local para a mobilidade sustentável, consubstanciada em diferentes eixos de intervenção:

1. Planeamento e desenvolvimento de um sistema de transportes multimodal

- Plano Director Municipal, PDM-A
- Plano de Mobilidade, Acessibilidades 21
- Plano Almada Ciclável, PACICLA
- Estratégia Local para as Alterações Climáticas, ELAC

2. Criação de infra-estruturas para o Transporte Público e para os Modos Suaves

- Metro Sul do Tejo
- Rede Ciclável do Concelho de Almada
- Medidas de Acalmia de Tráfego
- Pedonalização de áreas urbanas

3. Promoção de novas tecnologias e utilização de energias alternativas

- Inovação e melhores tecnologias disponíveis (frota municipal e Transportes Públicos)
- Utilização de combustíveis alternativos (frota municipal e Transportes Públicos)
- Renovação da frota municipal com critérios de eficiência energética e ambiental
- Optimização de circuitos de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

4. Informação, sensibilização e participação dos cidadãos

- Campanhas de educação e sensibilização para a mobilidade sustentável
- Dinamização da Semana Europeia da Mobilidade
- Promoção de sessões públicas e fóruns de participação associados aos projectos de mobilidade
- Realização de Estudos de opinião e Inquéritos à população

Dois dos objectivos preconizados por esta estratégia visam:

- A diversificação da oferta do actual sistema de transportes com o maior número de opções possível, devidamente interligadas e adequadas às necessidades das pessoas;
- A redução da dependência do automóvel individual nas deslocações quotidianas (casa-trabalho e casa-escola), através da transferência de viagens para o transporte público e modos suaves.

Para a sua concretização, merecem especial destaque o Plano de Mobilidade – Acessibilidades 21, o projecto do Metro Sul do Tejo e o Plano Almada Ciclável, no que respeita à articulação da bicicleta com os transportes colectivos.

O Metro Sul do Tejo, a funcionar em pleno no final de 2008, é sem dúvida um dos projectos mais importantes em termos de acessibilidade intra-concelhia. Dos traçados estudados com a elaboração do PDM-A até à conclusão e entrada em funcionamento da 1ª fase da rede, decorreram sensivelmente 20 anos. Em articulação directa com a rede ferroviária (Pragal), com o transporte fluvial (Cacilhas) e com o rebatimento do autocarro, o MST será nos próximos anos, o projecto mais estruturante para a cidade de Almada e para a coesão urbana do arco ribeirinho da Península de Setúbal, cujas repercussões sobre a dinâmica de transformação do território e da cidade haverá que potenciar no processo de revisão do PDM.

A par da construção do MST, fundamental na reordenação da mobilidade em Almada, está o Plano de Mobilidade – Acessibilidades 21. Elaborado pela Câmara Municipal de Almada em 2002, teve por objectivo o diagnóstico dos problemas de mobilidade e a apresentação de propostas para uma circulação mais fácil e segura, privilegiando a utilização dos transportes públicos e os modos suaves (bicicleta e a pé).

As propostas apresentadas estão a ser concretizadas em diferentes pontos do concelho ao nível da acessibilidade, da oferta de estacionamento, da qualificação do espaço público, da melhoria do ambiente e da segurança rodoviária.

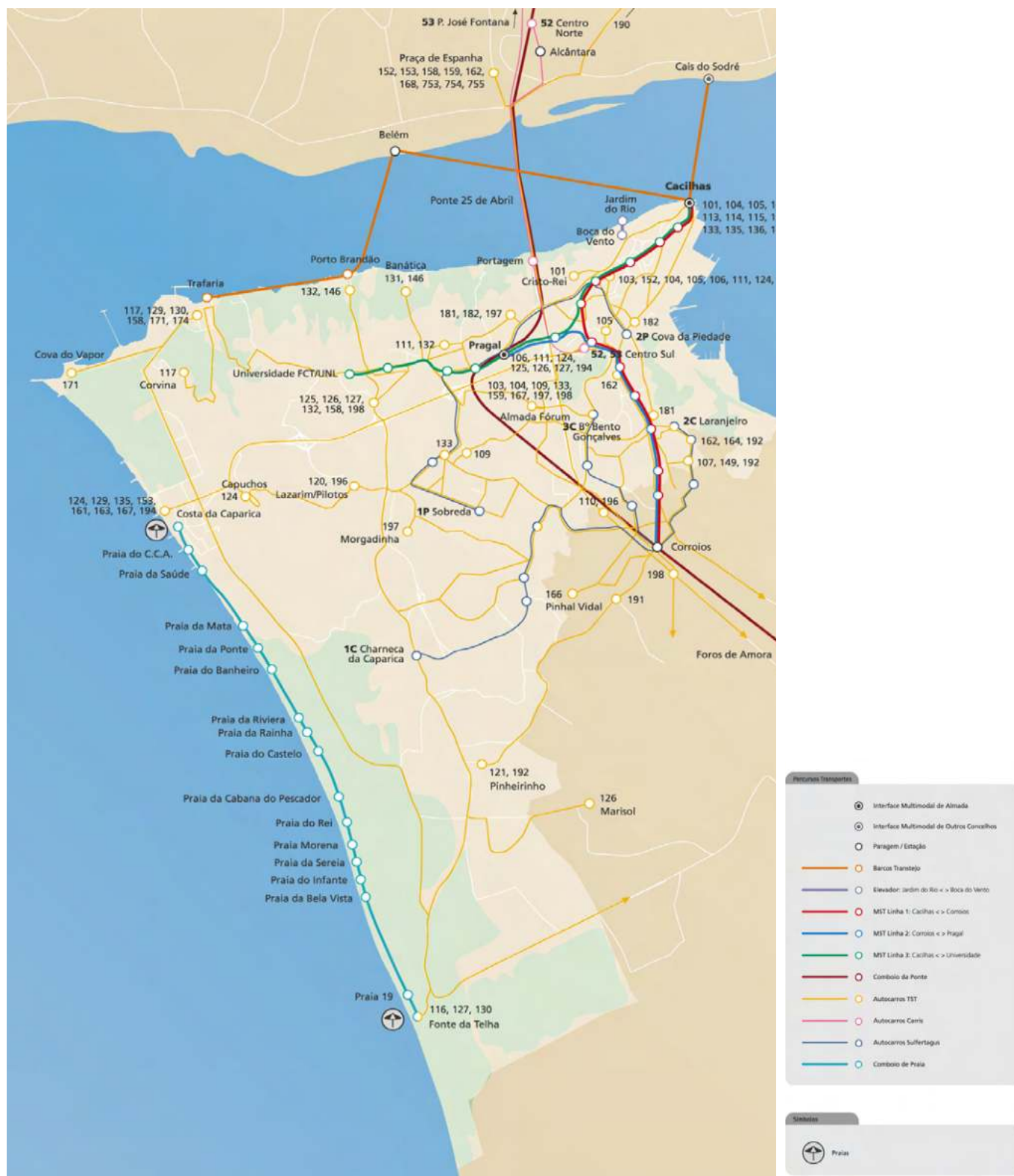
Destacam-se igualmente as intervenções de carácter permanente associadas à Semana Europeia da Mobilidade, operacionalizada em Almada desde 2001 até à data, que percorreu diversas freguesias do concelho e resultou em operações integradas de renovação urbana, que contemplaram, entre outras, a introdução de medidas de acalmia de tráfego.

Foi também possível associar a concretização de algumas destas medidas de carácter permanente, às necessidades de melhoria do percurso casa-escola, identificadas por crianças no âmbito do projecto Agenda 21 da Criança.

A rede de transportes colectivos rodoviários, cobrindo o interior do concelho, conforme se observa na figura 29, revela-se insuficiente, relativamente ao serviço prestado, sobretudo ao nível da frequência de carreiras e tempos de percurso.

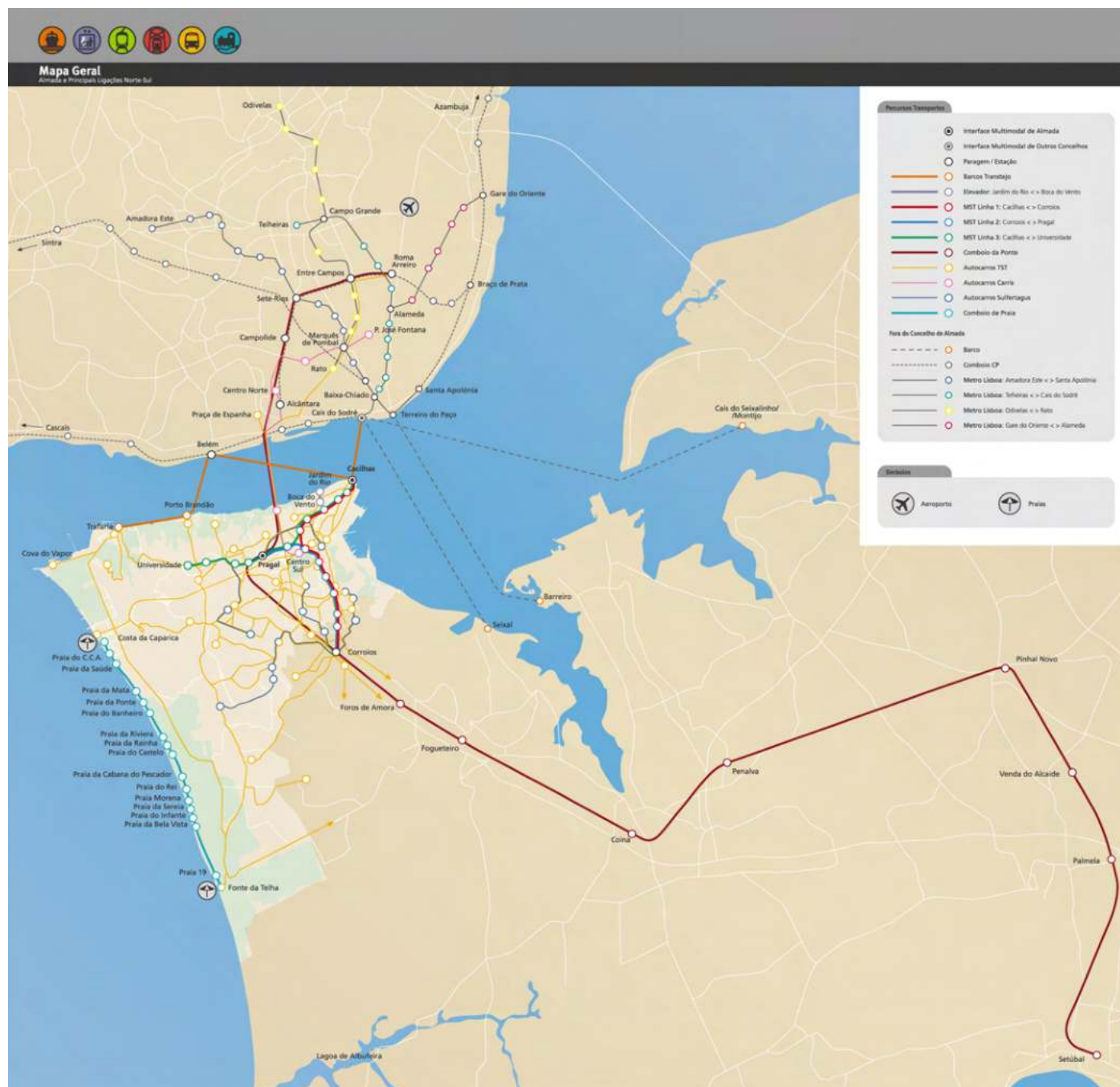
De acordo com os estudos realizados pelo Município em paralelo com o projecto MST, torna-se necessário no processo de revisão do PDM, aprofundar o estudo sobre a rede de transportes rodoviários e a sua articulação com os restantes modos de transporte, por forma a promover políticas de mobilidade em favor do TC e da sua intermodalidade. Será também conveniente que estas políticas de mobilidade se coadunem com uma ocupação do solo que favoreça a exploração de linhas de transporte colectivo rodoviário e a sua articulação com uma rede de MST alargada, em especial ao interior do concelho.

Figura 29 – Mapa Geral dos Transportes Públicos em Almada



Fonte: DEGAS/CMA, AGENEAL e Operadores de Transportes Colectivos, 2008

Figura 30 – Mapa Geral dos Transportes Públicos em Almada e sua articulação com os concelhos vizinhos



Fonte: DEGAS/CMA, AGENEAL e Operadores de Transportes Colectivos, 2008

DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água em Almada era já, antes do início do período de vigência, efectuado a 100% da população. O quadro 14 reflecte a evolução do País e de Almada, bem como os objectivos nacionais definidos no âmbito dos diversos Quadros Comunitários de Apoio no que respeita ao abastecimento de água.

O nível de atendimento em abastecimento de água à totalidade da população, que em 1994 já era uma realidade em Almada, não constitui ainda hoje um objectivo nacional definido no QREN 2013 (95%).

Quadro 14 - **Abastecimento de água**

Anos	Objectivos Comunitários (%)	País (%)	Almada (%)
1994		84	100
2000	95 (II QCA 2000)	88	100
2006	95 (III QCA 2006)	93	100
2008	95 (QREN 2013)		100

Fonte: **APDA e SMAS de Almada**

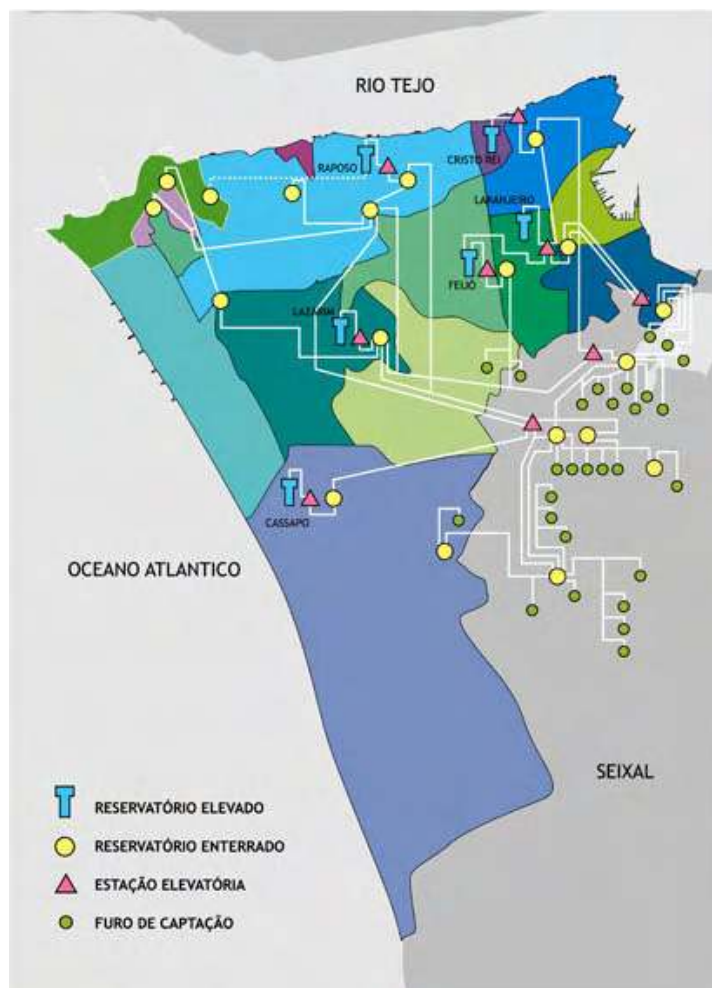
Em 2007 existiam 32 furos de captação, com profundidades variáveis entre 90 e 550 m, distribuídos pelos três centros de produção (17 em Vale Milhaços, 11 em Corroios (incluindo 4 no Feijó) e 4 na Quinta da Bomba), que permitem uma capacidade de extracção diária de 75.120 m³/dia, tendo sido 14 furos de captação executados no período de vigência do PDM-A.

O aumento do número de furos de captação disponíveis nos últimos anos permitiu reduzir o caudal de exploração de cada furo para valores entre 15 a 20% abaixo do valor de caudal recomendado.

Actualmente a capacidade de armazenamento de água atinge 85.420 m³, estando localizadas as maiores capacidades de reserva no Pragal (subsistema de Corroios com 21.000 m³) e no Raposo (subsistema de Vale Milhaços com 20.000 m³).

Neste período foi reforçada a capacidade de armazenamento com a construção de uma célula de 8.000 m³ no Feijó.

Figura 31 – Mapa Geral do Sistema de Abastecimento de Água do concelho de Almada



Fonte: SMAS de Almada

As necessidades do concelho de Almada em água para consumo humano, dependem assim directamente dos recursos hídricos de origem subterrânea e portanto da manutenção da capacidade de recarga dos aquíferos.

As formações geológicas mais permeáveis que ocorrem no território de Almada, são depósitos arenosos localizados em toda a zona Sul do concelho. Estes depósitos têm uma espessura média inferior a 130m, variando a sua permeabilidade com a profundidade. São também importantes os depósitos sedimentares que ocorrem na zona da Trafaria - Cova do Vapor até à Fonte da Telha, cujas características detríticas potenciam e favorecem a infiltração em profundidade, apresentando elevados valores de produtividade.

Esta informação, integrada na Estrutura Ecológica Municipal, constitui um contributo crucial para os processos de planeamento e de revisão do PDM-A, designadamente na manutenção das áreas de maior permeabilidade e, assim, não condicionando a resposta do aquífero às solicitações e necessidades futuras do concelho.

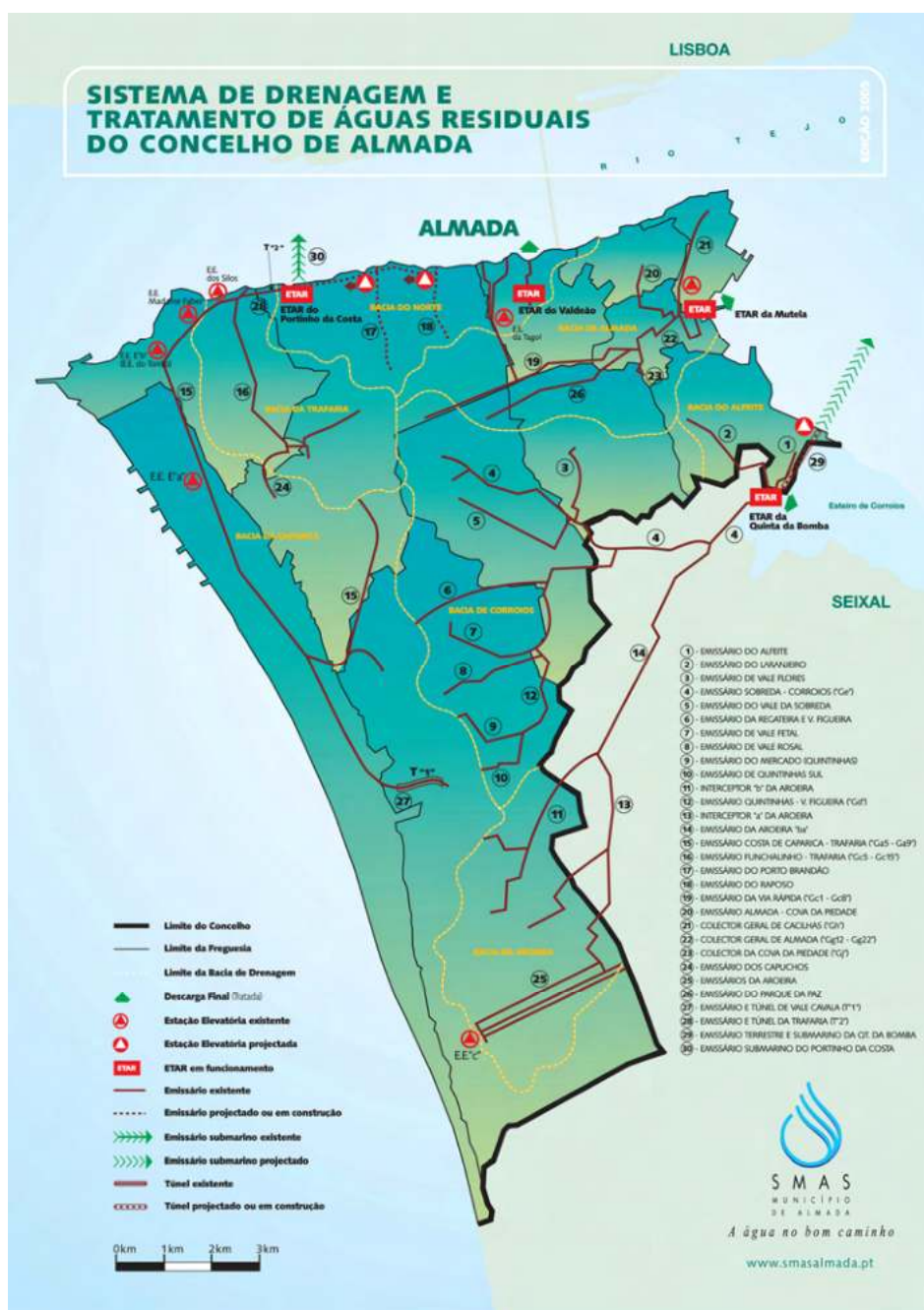
DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A evolução positiva da percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais, foi notável no período de vigência do actual PDM-A, tendo-se alcançado uma taxa de cobertura de 100% no ano de 2005, com a conclusão do sistema de tratamento de águas residuais do concelho de Almada.

Este nível de atendimento resulta de opções estratégicas municipais nas décadas de 80 (Década do Planeamento e Infra estruturação) e de 90 (Década do Desenvolvimento Integrado), durante as quais foram afectos avultados investimentos municipais no sistema de saneamento básico, que permitiram completar o ciclo urbano da água. Destacam-se, a construção e entrada em funcionamento da ETAR da Mutela, que serve cerca de 147.900 habitante equivalente, e da ETAR do Portinho da Costa, com 140.000 habitante equivalente, que, a par da ETAR da Quinta da Bomba e da ETAR de Valdeão completam o sistema. Uma referência também para o investimento na reabilitação parcial da ETAR da Quinta da Bomba, ao nível da cobertura e desodorização dos decantadores primários e da remodelação da gradagem, que resultou numa melhoria das condições de exploração.

A capacidade de tratamento instalada do sistema que integra as quatro estações atrás referidas é de 488.800 habitante equivalente e de 88.712 m³/dia.

Figura 32 – Mapa Geral do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do concelho de Almada

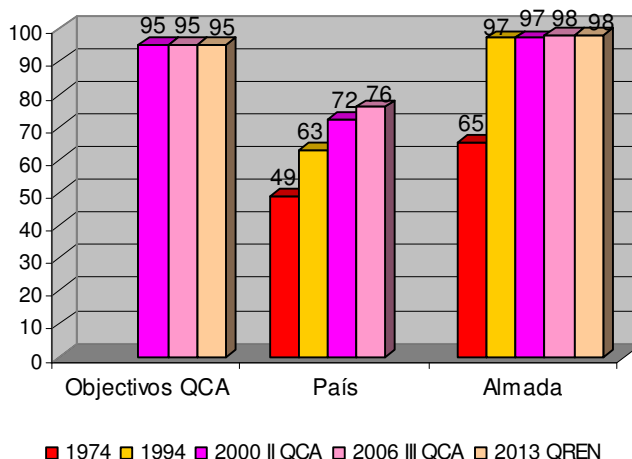


Fonte: DT/SMAS de Almada

A evolução dos indicadores “Recolha de Águas Residuais”, “Tratamento de Águas Residuais” (que traduz a capacidade instalada das ETAR construídas em termos de percentagem de população a servir) e “Atendimento das ETAR” (que traduz a percentagem de população efectivamente ligada à ETAR na respectiva bacia de drenagem), apresentados nos gráficos seguintes, reflectem a melhoria significativa neste campo, atingindo-se mesmo a excelência.

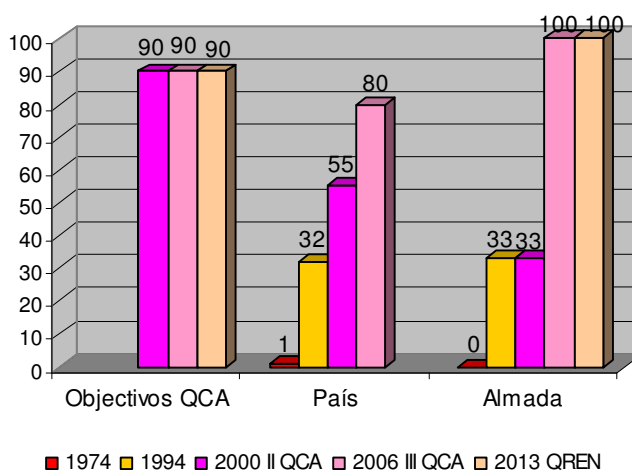
Comparativamente a outros concelhos e à média nacional, Almada, em 2003, já apresentava taxas de cobertura de drenagem e tratamento de águas residuais muito superiores. O próprio QREN 2007-2013 traça como objectivo nacional atingir os 95% de recolha de águas residuais, 90% de tratamento de águas residuais e 70% de atendimento das ETAR, quando em Almada, em 2008, os valores são respectivamente de 98%, 100% e 98%.

Figura 33 – Percentagem de Recolha de Águas Residuais (valores dos Objectivos dos Quadros Comunitários de Apoio, País e Almada)



Fonte: SMAS de Almada e APDA

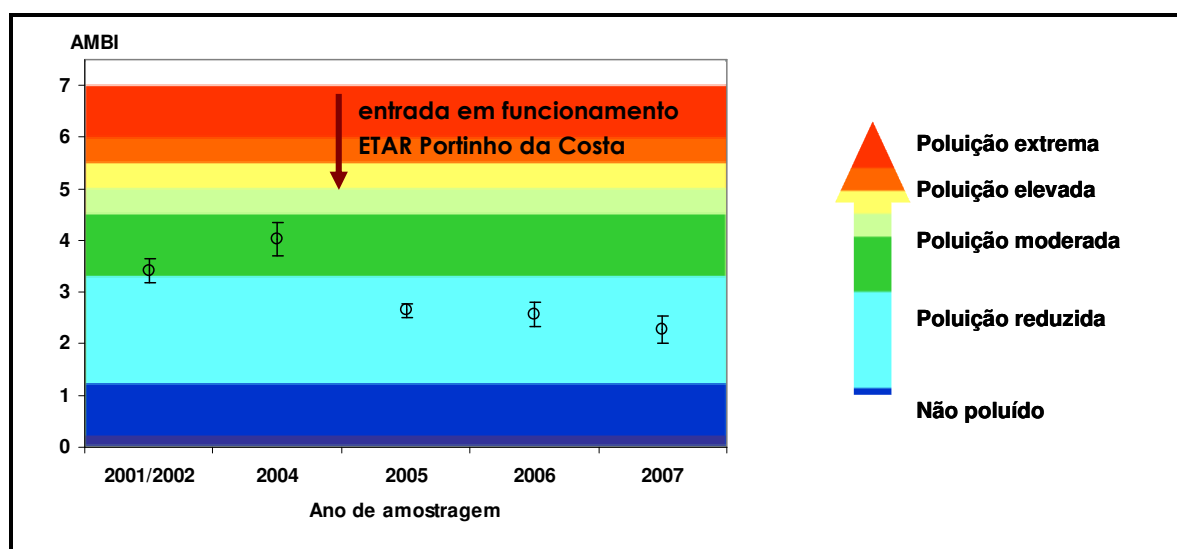
Figura 34 – Percentagem de Tratamento de Águas Residuais (valores dos Objectivos dos Quadros Comunitários de Apoio, País e Almada)



Fonte: SMAS de Almada e APDA

A entrada em funcionamento das novas ETAR foi acompanhada da realização de campanhas de biomonitorização da qualidade ambiental do meio receptor, que demonstram uma significativa redução da carga orgânica no meio estuarino, evidenciando assim a eficiência do tratamento e os impactos positivo destas infra-estruturas.

Figura 35 – Monitorização do Índice biótico marinho da zona subtidal do Porto do Buxo (ETAR Portinho da Costa)



Fonte: DEGAS/CMA

Uma última referência a uma opção estratégica do Plano Geral de Saneamento de Almada em não contemplar descargas de águas residuais na faixa Atlântica, que garantiu a boa qualidade das águas balneares e areias das praias da Costa da Caparica nas últimas décadas, factor de qualidade ambiental de discriminação positiva à escala regional.

REDE DE DRENAGEM PLUVIAL

A drenagem de águas pluviais no concelho de Almada, decorre do relevo existente, que vai desde o muito plano à ravina acentuada, sendo os dois principais locais de descarga a frente ribeirinha Norte/Nascente, confinante com o Tejo, e a frente Atlântica Poente/Sul, que confina com a costa litoral atlântica. A frente ribeirinha do Tejo é a que recebe a maior parte dos caudais.

As águas pluviais inserem-se em quatro bacias principais: Bacia da Caparica; Bacia do Norte; Bacia de Almada; e Bacia de Corroios.

Ao longo do período de vigência do actual PDM-A, foram adoptadas soluções de regularização de caudais de cheia, designadamente com a execução de bacias de retenção, redes de colectores e

valas de escoamento pluvial, que minimizam impactos negativos associados a regimes pluviais de grande intensidade, que durante longos anos se verificaram em algumas áreas.

Das diversas intervenções que foram executadas neste período, salientam-se aquelas que, pela sua importância, possibilitaram evitar impactos mais graves, que teriam tido consequências nas populações abrangidas nessas bacias:

- Emissário, túnel e bacia de retenção de Vale Cavala;
- Emissário Torcatas – Mutela – Rio;
- Emissário Almada – Cova da Piedade;
- Emissário e túnel do Brejo;
- Bacia de retenção do Parque da Paz;
- Bacia de retenção do Brejo;
- Bacia de retenção de Vale Mourellos;
- Bacia de retenção do Botequim.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O nível de atendimento em matéria de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) era, à data de início do período de vigência do actual PDM-A, de 100%, valor substancialmente superior à média nacional.

Os RSU indiferenciados são recolhidos pela Divisão de Salubridade da CMA em diferentes sistemas de contentorização (individual e colectiva) e encaminhados para tratamento para o Aterro Sanitário Intermunicipal do Seixal, explorado pela empresa multimunicipal AMARSUL.

De 1997 a 2007, apostou-se sobretudo na recolha selectiva de resíduos valorizáveis, reforçando o número de ecopontos, que actualmente totalizam as 515 unidades, e assegurando a sua maior cobertura geográfica. Em Almada, é também a AMARSUL a entidade responsável pela recolha selectiva de resíduos valorizáveis depositados na rede de ecopontos e no ecocentro municipal, localizado nas Casas Velhas (Monte da Caparica). Este tipo de resíduos são encaminhados para a Estação de Triagem da AMARSUL e posteriormente encaminhados para reciclagem.

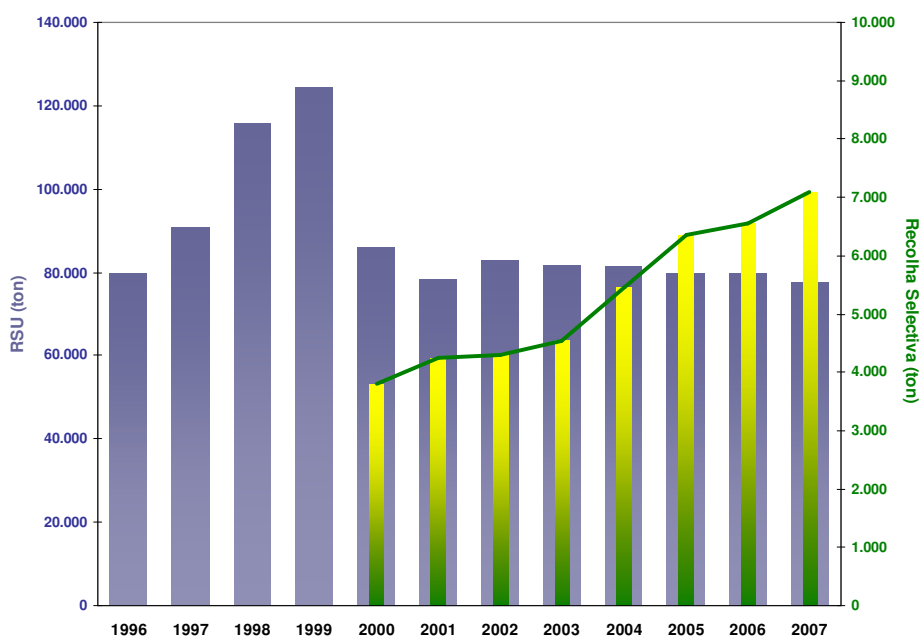
Desde a introdução da rede municipal de ecopontos, em 1999, tem-se verificado um decréscimo na produção de resíduos indiferenciados, que é acompanhada por um aumento da deposição selectiva das 3 fileiras (papel/cartão; vidro e embalagens).

Quadro 15 - Recolha e Destino Final dos RSU

	1998		2000		2005		2007	
	aterro	reciclagem	aterro	reciclagem	aterro	reciclagem	aterro	reciclagem
RSU tratados em estações de tratamento (toneladas)	86.555	1.763	86.264	3.555	79.753	6.258	77.570	7.097
RSU recolhidos pelos serviços de recolha (toneladas)	92.373		89.819		86.011		84.667	
Resíduos Tratados (%)	93.7	1.9	96.0	4.0	92.7	7.3	91.6	8.4

Fonte: O País em Números (1991-1999) INE; Anuário Estatístico RLVT – 2001 INE, DSEVT/CMA

Figura 36 – Evolução da produção de RSU indiferenciados e Recolha Selectiva



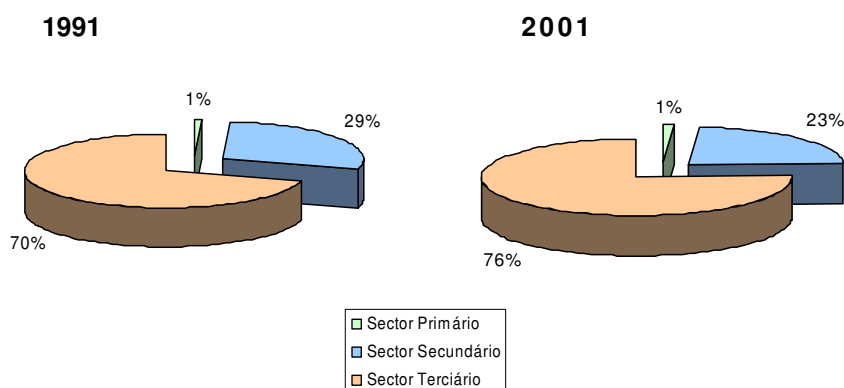
Fonte: DSEVT/CMA e DEGAS/CMA

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA

A análise da população residente empregada por sector revela que o sector primário no concelho é quase inexpressivo e que o sector terciário tem vindo a reforçar-se, constituindo-se como o sector de actividade dominante (figura 37). Assim, a desindustrialização, que já se vinha a verificar, acentuou-se com o encerramento definitivo da Lisnave em 2000 e actividades dependentes, verificando-se um reforço do número de efectivos na maior parte dos sectores de actividades ligados ao terciário.

A presente análise parece estar prejudicada pelo facto de alguns dos dados disponíveis revelarem a não consideração do emprego na função pública, sector que tem uma forte expressão no concelho, de que são exemplos, os sectores ligados à saúde, à educação, à Administração Local, aos serviços desconcentrados da Administração Central, empresas públicas, etc. Este indicador deverá ser melhor apurado na fase seguinte dos trabalhos, na medida em que influencia de forma muito significativa o retrato da base económica do concelho.

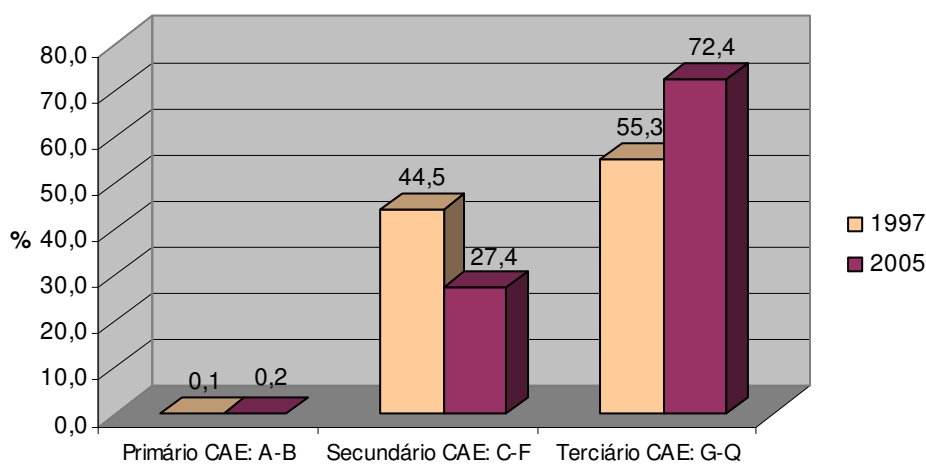
Figura 37 – População Residente Empregada, por Sector de Actividade, no Concelho de Almada



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Os dados da percentagem de pessoal ao serviço nas sociedades no concelho de Almada em 1997 e 2005 são demonstrativos da evolução da estrutura económica. (figura 38).

Figura 38 – Percentagem de pessoal ao serviço nas sociedades no Concelho de Almada, segundo CAE-Ver.2, 1997 e 2005



Fonte: INE, Anuário Estatístico 1997 e 2006

A percentagem de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em Almada (INE) reforça a dominância do sector terciário já que, em 2005, a distribuição por sector de actividade era de 0,2% no sector primário, 20,5% no sector secundário e 79,3% no sector terciário.

A percentagem de população activa que reside em Almada e trabalha noutro concelho (da AML) é sensivelmente igual, ainda que inferior (49%), à percentagem de pessoas que residem e trabalham em Almada (51%).

Almada tem uma maior dependência do que atracção de emprego, pois os fluxos de saída ultrapassam os fluxos de entrada. Isto é, 34% da população que trabalha em Almada reside noutros concelhos (da AML) e 49% da população residente em Almada trabalha noutro concelho (da AML).

Quadro 16 - População activa segundo o concelho de residência e o concelho de trabalho, AML, 2001

População activa residente em Almada, por Concelho de trabalho, na AML		População activa que trabalha em Almada, por Concelho de residência, na AML	
Alcochete	55	Alcochete	46
Almada	36.501	Almada	36.501
Amadora	732	Amadora	662
Barreiro	320	Barreiro	672
Cascais	401	Cascais	405
Lisboa	25332	Lisboa	2.019
Loures	695	Loures	509
Mafra	38	Mafra	56
Moita	107	Moita	607
Montijo	219	Montijo	138
Odivelas	143	Odivelas	396
Oeiras	1.446	Oeiras	584
Palmela	576	Palmela	318
Seixal	3.163	Seixal	9.593
Sesimbra	249	Sesimbra	699
Setúbal	1.155	Setúbal	599
Sintra	757	Sintra	999
Vila Franca Xira	191	Vila Franca Xira	267
Total	72.080	Total	55.070

Fonte: INE, Censos 2001

Dados das estatísticas do IEF⁹ revelam que, de 1997 para 2007, no Centro de Emprego de Almada se registou uma diminuição de 26,5% no número de pedidos de emprego. Em relação à taxa de actividade verificou-se um aumento de 1991 (47,2%) para 2001 (51%), valores que se encontravam acima da média nacional (48,4%) mas abaixo da Região de Lisboa e Vale do Tejo (59,9%)¹⁰.

A iniciativa empresarial regrediu, pois em 1997 verificou-se uma taxa de constituição de sociedades de 10,5%, enquanto em 2006 passou para 7,1%, valor, no entanto, acima da média nacional (6,3%) e da Região de Lisboa (6,5%). Já a taxa de dissolução de sociedades passou de 1%, em 1997, para 2,1% em 2006, valor muito idêntico à média nacional (2,2%) e ao da Região de Lisboa (2%)¹¹. Estes valores expressam a dinâmica empresarial, que está muito associada à conjuntura económica a nível nacional. Se nos anos noventa do último milénio se enfrentava um período de solidez económica, nestes últimos anos tem-se verificado um abrandamento económico, que reduz a propensão para a criação de novas iniciativas empresariais. Ainda assim, o número de estabelecimentos criados supera o número dos encerrados.

A maioria dos estabelecimentos no Município é de pequenas dimensões, já que, em 2005, 87% tinha menos de 10 pessoas ao serviço (em 1997 eram 86% - figura 39), o que revela um tecido

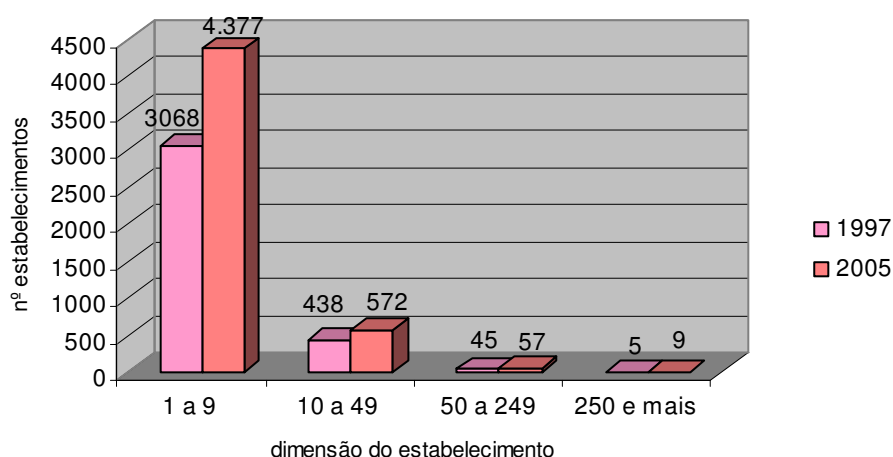
⁹ Estatísticas Mensais – Centros de Emprego (IEFP)

¹⁰ Censos 1991 e 2001, INE

¹¹ Anuário Estatístico (INE) 1997 e 2006

empresarial muito atomizado (Mateus & Associados, 2008). Outros dados caracterizadores¹² são que, em 2005, 81% das pessoas se encontravam ao serviço em estabelecimentos cuja sede se situa no Município; a densidade de estabelecimentos no concelho (n°/Km^2), que em 2005 era de 100,2, é muito superior à média nacional (5) e ao valor da Região de Lisboa (53); e o emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras, em 2005, era muito diminuto (0,8%) em comparação com a média nacional (6,6%) e com a média da região de Lisboa (12,2%).

Figura 39 – N° de estabelecimentos por dimensão do estabelecimento, 1997 e 2005



Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Nos últimos anos, fruto de uma estratégia na qual o Município se empenhou fortemente, tem-se verificado a implantação de empresas ligadas às indústrias do conhecimento e de média e alta tecnologia. Dados de 2005¹³ são reveladores disso mesmo, já que 46% do emprego dos serviços são em serviços intensivos em conhecimento, 3,2% do emprego total é em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação) e 15% do emprego da indústria transformadora é em indústrias de média e alta tecnologia. Entidades como o Instituto Português de Qualidade, as unidades de investigação ligadas ao Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e à Universidade Nova de Lisboa, as infra-estruturas de acolhimento empresarial Madan Parque e Parque Tecnológico da Mutela, entre outros, têm um relevante contributo para a criação de valor.

¹² Anuário Estatístico (INE) 2006

¹³ Anuário Estatístico (INE) 2006

ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SUA LOCALIZAÇÃO

AGRICULTURA E PESCAS

As áreas de cultivo diminuíram de forma significativa desde há várias décadas. No entanto, o concelho sobressai ainda pelo abastecimento de frescos, na sua totalidade produtos hortícolas, dadas as boas condições do solo e a proximidade de um grande mercado metropolitano. Destaca-se a este nível, tanto pela sua apreciável dimensão como pela grande capacidade produtiva, a área das Terras da Costa, na freguesia da Costa da Caparica.

O PDM-A ao delimitar Áreas de Uso Agrícola revelou-se um instrumento essencial de preservação desta actividade. Importa agora equacionar a agricultura fora do seu contexto rural tradicional e implementar uma agricultura que corresponda às novas exigências ambientais e de qualidade, recorrendo nomeadamente a soluções de agricultura biológica. Associada à componente Estrutura Ecológica Rural da Estrutura Ecológica Municipal, foi elaborado um estudo para criação de um sistema de parques agrícolas que poderá potenciar este objectivo.

Apesar da pouca expressão do sector Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura no concelho, verificou-se, segundo estatísticas do GEP/MTSS¹⁴, de 1997 para 2005, um aumento tanto no volume de emprego, que passou de 39 para 76 pessoas, como no número de estabelecimentos, que registou um aumento de 9 para 16.

No sector das Pescas, o concelho apresenta três pólos, Trafaria, Costa da Caparica e Fonte da Telha. A tendência verificada é da redução da pesca artesanal, traduzindo-se numa diminuição de embarcações e pescadores em actividade e, consequentemente, numa quebra da tonelagem de capturas.

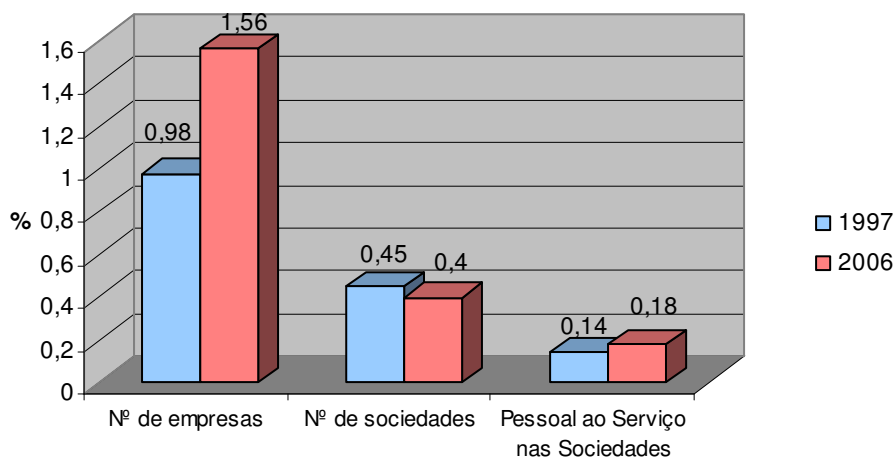
As estatísticas do GEP/MTSS atestam esta conjuntura, já que os activos no sector das pescas passaram, entre 1997 e 2005, de 24 para 15 e o número de estabelecimentos passou, dentro do mesmo período, de 4 para 3.

A população residente empregada no sector primário em 2001¹⁵ correspondia a 711 empregados, o que representa 0,95% dos empregados. As freguesias que tinham mais empregados neste sector eram a Costa da Caparica (227 indivíduos) e a Trafaria (116 indivíduos).

¹⁴ GEP/MTSS (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social), Quadros de Pessoal

¹⁵ Censos 2001, INE

Figura 40 – Percentagem do nº de empresas, nº de sociedades e de pessoal ao serviço nas sociedades no Concelho de Almada, segundo a secção A e B (sector primário) da CAE-Ver.2, 1997 e 2005



Fonte: INE, Anuário Estatístico 1997 e 2006

INDÚSTRIA

Até à década de noventa do século passado, o concelho apresentava um tecido industrial fortemente especializado nas indústrias de construção e reparação naval e, secundariamente, na fabricação de vestuário. Com o encerramento das maiores empresas, CPP, Companhia Portuguesa de Pescas, SRN, Sociedade de Reparação de Navios, Parry & Son, a que se seguiu a Lisnave no ano 2000, o sector industrial em Almada viu-se radicalmente alterado.

Entretanto, verificou-se que o equilíbrio da base económica do concelho, foi alcançado sobretudo com o crescimento do sector terciário.

De 1997 para 2005, segundo estatísticas do GEP/MTSS, o sector secundário (secções C a F da CAE) passou de 9.392 para 8.843 empregados nos estabelecimentos, um decréscimo de 5,8%. Quanto ao número de estabelecimentos, verificou-se um aumento 9,9%, que passou de 2.673 para 2.938. Dados do INE¹⁶ revelam um aumento de 1,1%, entre 1997 e 2006, do número de empresas no sector secundário. Assim como, no mesmo período, se registou um acréscimo de 40,3% no número de sociedades no sector secundário.

Apesar do aumento do número absoluto dos indicadores (com excepção do número de empregados nos estabelecimentos), no contexto global da actividade económica, o sector secundário perdeu peso. Revelador disso é que a proporção de empresas do sector secundário no concelho de Almada, segundos dados do INE¹⁷, baixou ligeiramente de 1997 para 2006, pois passou de 26,2% para

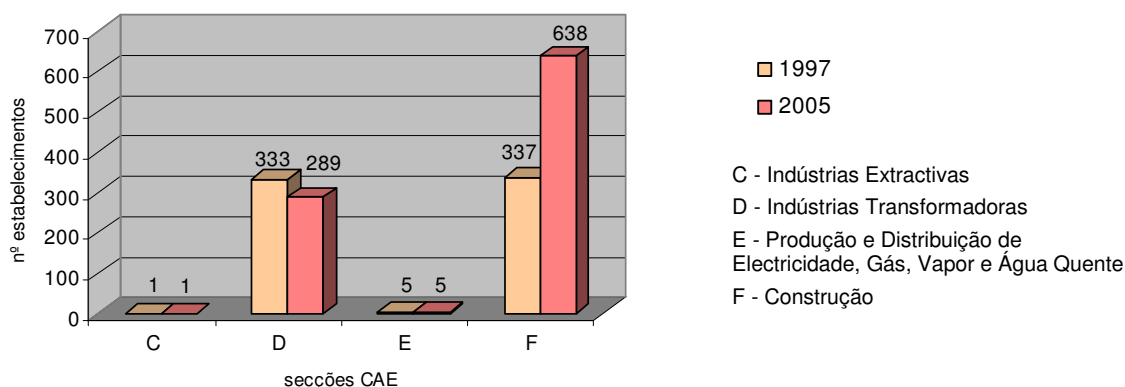
¹⁶ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

¹⁷ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

25,5%. A proporção do número de sociedades do sector secundário registou também, de 1997 para 2006, um decréscimo ligeiro, de 23,5% para 22,3%. Já a proporção do número de pessoal ao serviço nas sociedades do sector secundário diminuiu de forma mais expressiva, pois, de 1997 para 2005, passou de 44,5% para 27,4%. Este decréscimo está associado ao encerramento de empresas de médias e grandes empresas, que têm mais consequências no aumento do desemprego.

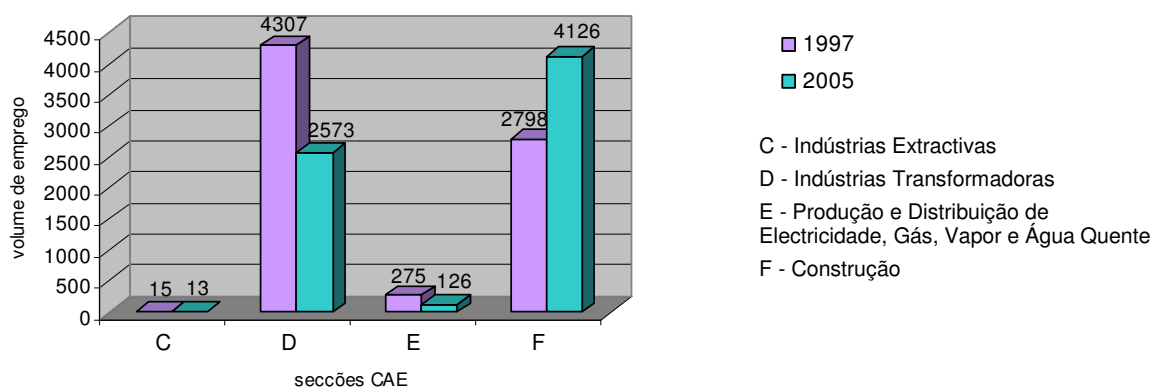
Analisando de forma desagregada dentro do sector secundário percebem-se diferentes expressões e comportamentos. Se por um lado, a secção F, que corresponde ao sector da construção, tem um grande peso dentro do sector secundário, nas várias dimensões (pessoal ao serviço, nº de empresas, nº sociedades), seguido da secção D (indústria transformadora), a secção C (indústria extractiva) e a secção E (produção e distribuição de electricidade, gás e água) praticamente não têm expressão. Quanto à evolução de 1997 para 2006, a secção C e E mantiveram, em termos gerais, as características. Já a secção D sofreu um decréscimo significativo, tanto no volume de emprego nos estabelecimentos (-40,3%), como no número de estabelecimentos (-13,2%), no número de empresas (-26,8%) e no número de sociedades (-3,5%). Pelo contrário a secção F registou um comportamento positivo. Teve um crescimento de 47,5% no volume de emprego nos estabelecimentos, 89,3% nos estabelecimentos, 15,8% no número de empresas e 73,7% no número de sociedades.

Figura 41 – Nº de estabelecimentos no sector secundário, segundo CAE-Ver.2, 1997 e 2005



Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Figura 42 – Volume de emprego nos estabelecimentos no sector secundário, segundo CAE-Ver.2, 1997 e 2005



Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Segundo dados de 2002 (Base Belém, INE), a indústria de papel/gráfica e a indústria metalúrgica são as que têm mais expressão, sobretudo nas freguesias da Charneca de Caparica e Cova da Piedade, que são, igualmente, as freguesias com maior número de sociedades sedeadas do sector industrial. As actividades ligadas à construção concentram-se, maioritariamente, na Charneca de Caparica.

No PDM-A foram previstas novas áreas de implantação industrial, servidas por futuras infra-estruturas viárias de importância regional, ao mesmo tempo que se criou outra classe de espaço, os espaços de Investigação e Desenvolvimento, na envolvente do Campus Universitário da Caparica e servidos pela futura rede do Metro Ligeiro de Superfície. A ocupação do solo nos eixos industriais não registou uma evolução significativa, havendo muitos terrenos expectantes, a par de algumas áreas industriais infra-estruturadas com alguns lotes por ocupar, em pequena quantidade, de que é exemplo o loteamento municipal da Quinta Conde Mascarenhas, embora todos estes lotes tenham sido vendidos.

Por outro lado, o Parque de Ciência e Tecnologia MADAN PARQUE, já esgotou o espaço inicialmente disponível.

A decisão municipal de isentar de taxa de urbanização em 100% a instalação de industriais de base tecnológica e em 80% as restantes indústrias, constitui um forte incentivo que, conjugado com a anunciada construção da L3 (IC32), a entrada em funcionamento da primeira fase da rede do MST e a entrada em serviço das novas instalações do MADAN PARQUE e do seu Parque Tecnológico, contribuirá para o desenvolvimento deste sector estratégico.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O sector terciário tem vindo a registar, nos últimos anos, um aumento significativo. No que respeita à população residente empregada no sector terciário, verificou-se um aumento de 70,5%, em 1991, para 75,9% em 2001.

De 1997 para 2005, segundo estatísticas do GEP/MTSS, o sector terciário (secções G a O da CAE) passou de 17.205 para 27.128 empregados nos estabelecimentos, o que corresponde a um aumento de 57,7%. Há, no entanto que ter em consideração que as estatísticas não contemplam a função pública, a qual detém no concelho de Almada um número muito considerável de empregados. A título de exemplo, veja-se a figura 43 onde a Secção L apresenta 641 empregados quando, se considerarmos apenas a Autarquia (CMA + SMAS) temos mais de dois mil empregados.

Quanto ao número de estabelecimentos, verificou-se um aumento 41,7%, isto é, passou de 2.867 para 4.063. Dados do INE¹⁸ revelam um aumento de 5,4%, entre 1997 e 2006, do número de empresas no sector terciário. Assim como, no mesmo período, se registou um acréscimo de 46,8% no número de sociedades no sector terciário.

No contexto global da actividade económica, o sector terciário ganhou expressão. Segundo dados do INE¹⁹, a proporção de empresas do sector terciário no concelho de Almada subiu de 1997 para 2006, tendo passado de 71,7% para 72,9%. A proporção do número de sociedades do sector terciário registou também, no mesmo período, um acréscimo de 75,4% para 77,3%. Já a proporção do número de pessoal ao serviço nas sociedades do sector terciário cresceu de forma mais expressiva, pois, de 1997 para 2005, passou de 55,3% para 72,4%.

Dentro do sector terciário a secção G é a que tem maior expressão. De 1997 a 2005 verificou-se, no entanto, uma taxa de variação negativa (-10,4%) no número de empresas dentro desta secção, já quanto ao número de sociedades, número de estabelecimentos e volume de emprego nos estabelecimentos registou-se um crescimento positivo, respectivamente de 23,4%, 22,3% e 32,4%.

¹⁸ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

¹⁹ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

Figura 43 – Volume de emprego nos estabelecimentos no sector terciário, segundo CAE-Ver.2, 1997 e 2005

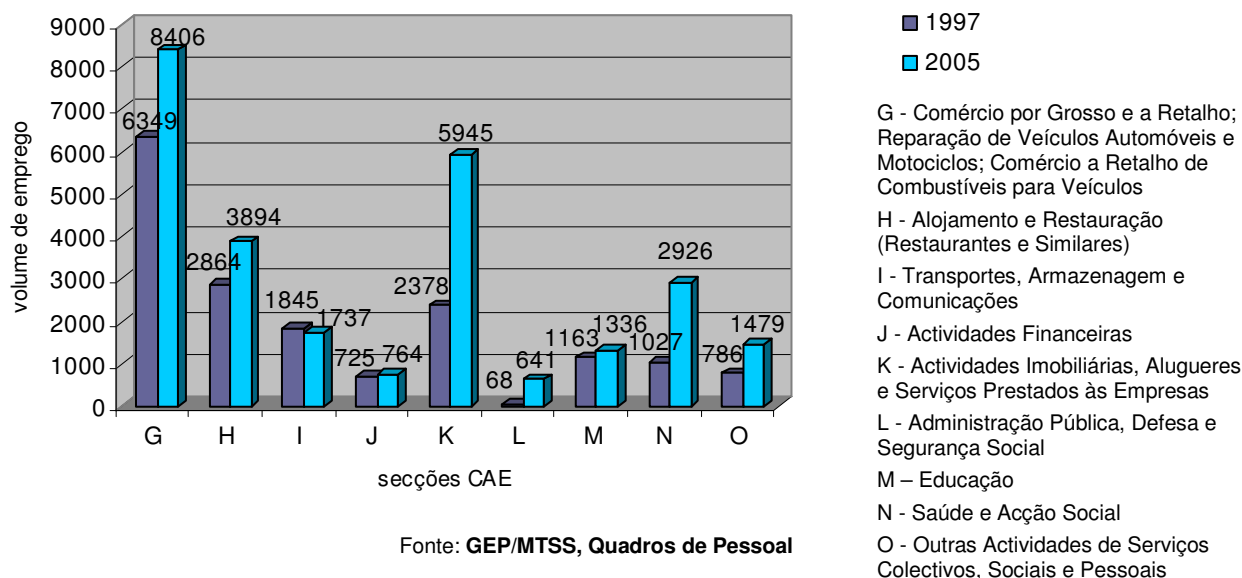
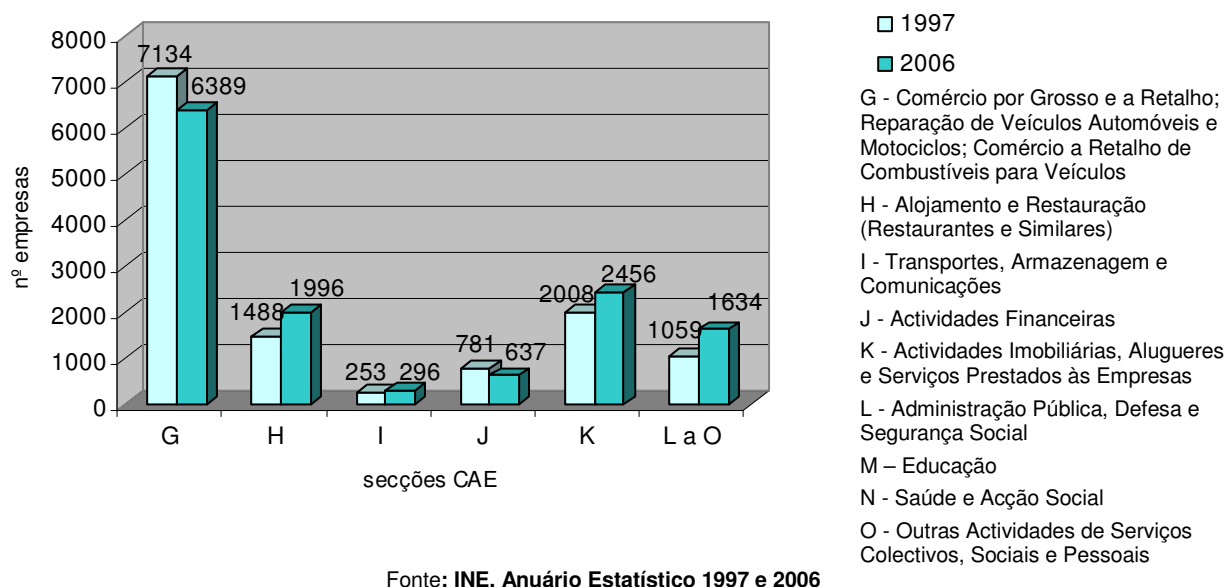


Figura 44 – Nº de empresas no sector terciário, segundo CAE-Ver.2, 1997 e 2006



Dentro do sector terciário no concelho destacam-se ainda as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (secção K) e a secção H (alojamento e restauração). Estas duas actividades, entre 1997 e 2005, registaram um dos maiores crescimentos, tanto no número de empresas, sociedades e estabelecimentos, como no volume de emprego.

Das sociedades constituídas em 2006, 30% foram na secção comércio por grosso e a retalho (G) e 26,5% em actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (secção K)²⁰.

As actividades relacionadas com o imobiliário e com os serviços prestados às empresas concentram-se sobretudo em Almada e Cova da Piedade, as freguesias mais urbanas. Em relação às actividades ligadas ao sector Alojamento e Restauração localizam-se, essencialmente, na Costa da Caparica e em Almada.

A construção e a entrada em funcionamento em 2005 do Tribunal de Almada, constituiu um importante motor de dinamismo económico, de actividades associadas ao seu funcionamento, localizando-se numa nova centralidade do concelho, o Centro Cívico do Pragal, onde estão hoje em construção os restantes edifícios de suporte às actividades económicas a instalar ao nível do sector terciário e do turismo.

TURISMO

As estatísticas do GEP/MTSS revelam um crescimento de 36%, de 1997 para 2005, do volume de emprego nos estabelecimentos na secção H (alojamento e restauração) do código da CAE. Por seu turno, também se registou um crescimento no número de estabelecimentos na mesma secção, na ordem dos 35% entre 1997 e 2005.

Dados do INE²¹ revelam que o número de empresas na mesma secção teve, entre 1997 e 2006, uma taxa de crescimento de 11,9%, o número de sociedades aumentou 12,8% e o pessoal ao serviço nas sociedades teve um acréscimo de 9,3%.

Quadro 17 – Indicadores do Turismo no concelho de Almada, Península de Setúbal e Grande Lisboa (1997-2006)

Indicadores do Turismo	Almada		Península Setúbal		Grande Lisboa	
	1997	2006	1997	2006	1997	2006
Estada média de hóspedes estrangeiros (nº noites)	–	4,2	–	3,2	–	2,6
Estada média de hóspedes (nº noites)	–	3	–	2,3	–	2,3
Capacidade de Alojamento por 1000 habitantes	8,5	6,8	6,8	5,9	18,1	21,5
Hóspedes por habitante	0,2	0,4	0,3	0,4	1,2	1,6
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	54,8	50,5	43,3	39,9	–	63,8
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes	93,5	111,9	73,6	84,3	282,3	371,8
Taxa de ocupação-cama (líquida)	–	45,2	–	39,5	–	47,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Lisboa 1997 e 2006

²⁰ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

²¹ Anuário estatístico (INE) 1997 e 2006

No que respeita aos valores do pessoal ao serviço na actividade turística, verifica-se uma evolução contínua e positiva, porém mais do que o reforço da oferta nas diversas tipologias de estabelecimentos, verificou-se, na última década, um crescendo da procura turística. O quadro 18 traduz que entre 1997 e 2006, o número de camas aumentou em 19% mas o número de dormidas aumentou 31% e o número de hóspedes 62%. Estes quantitativos expressam o potencial turístico de Almada, que apresenta uma margem de progressão assinalável e a potenciar.

Quadro 18 – Número de camas, Dormidas, Hóspedes no concelho de Almada (1997-2006)

Nº de camas		Dormidas		Hóspedes	
1997	2006	1997	2006	1997	2006
947	1.129	141.929	185.697	38.364	62.160

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo 1997, Anuário Estatístico da Região Lisboa 2006

Importa referir que tem vindo a ser feito um importante investimento na promoção do desenvolvimento turístico do concelho. São disso exemplo o Hotel Meliã, integrado no projecto “Aldeia dos Capuchos” e inaugurado em Junho de 2007 com 169 unidades de alojamento (111 apartamentos T0 e 58 quartos), o Hotel Business Center, em fase final de construção no Centro Cívico do Pragal (96 quartos), o futuro Hotel de entrada na cidade, junto à paragem do MST/ Cova da Piedade, o futuro Hotel no Golfe da Aroeira e os quatro novos Hotéis na Costa da Caparica (um de 5 estrelas e três de 4 estrelas, com um total de 1.000 camas).

O Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, elaborado por iniciativa do município e que contou com a participação de todos os actores relevantes, públicos e privados, está já concluído e com o plano de intervenção aprovado. Este Plano constitui-se como instrumento para uma intervenção conjugada e concertada de todos os agentes de mudança, tendo em vista a promoção dos produtos turísticos já consolidados - Sol & Mar, Golfe, Meeting Industries (MICE), Turismo Religioso e dos produtos com forte potencial - Turismo Cultural, Gastronómico, Desportivo e de Natureza. Acresce ainda a decisão municipal de isentar em 80% da taxa de urbanização os empreendimentos turísticos, enquanto incentivo municipal ao crescimento deste sector económico estratégico para o concelho.

PARTE II – IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO

Nas quase duas décadas que decorreram desde o início de elaboração do PDM-A com a definição dos respectivos objectivos estratégicos, muitas foram as transformações que ocorreram, tanto no concelho como na Área Metropolitana de Lisboa.

De facto, não só se assistiu a uma profunda alteração na base económica do concelho e da Península – onde as grandes indústrias pesadas, que marcaram a sua identidade desde os anos 50 aos 70, cederam lugar a novas implantações industriais modernas e tecnologicamente mais avançadas e ao desenvolvimento acelerado do sector dos serviços – como se concretizaram muitos projectos, nomeadamente nos domínios da infra-estruturação do território, da sua dotação em equipamentos colectivos e serviços públicos, de valorização ambiental, do seu sistema de acessibilidades e transportes. Ao mesmo tempo foram-se consolidando espaços urbanos e periurbanos e urbanizaram-se novas áreas que beneficiaram das melhorias em acessibilidade e equipamentos entretanto concretizados. Do desenvolvimento de uma nova área industrial e logística potenciada pelo complexo da Auto-Europa, à consolidação e reforço da vocação turística e de lazer de partes significativas da Península de Setúbal – como Sesimbra, Aroeira e Arrábida –, passando pela construção da ponte Vasco da Gama, da travessia ferroviária do Tejo e do Metro do Sul do Tejo, ou pela emergência de novas centralidades secundárias associadas aos principais centros urbanos da Península, muitas foram as alterações verificadas neste território da margem sul da AML.

Se em relação ao passado recente não é difícil identificar e caracterizar as mudanças ocorridas e quais os impactes que tiveram na transformação e uso do território e nas gentes que o ocupam, já o exercício de prospectiva associado à própria prática do planeamento urbanístico exige uma maior reflexão e enquadramento em relação aos principais factores – endógenos e, sobretudo, exógenos – que influenciam a evolução dos sistemas sociais, económicos, ambientais e urbanísticos, que condicionam e explicam a ocupação do território e também as opções estratégicas.

Neste contexto, importa sobretudo explicitar quais as principais alterações ocorridas e quais as evoluções que se perspectivam ao nível da AML e da Península de Setúbal, que poderão ter impactes decisivos no concelho de Almada, tanto no que se refere aos condicionantes exógenos da sua própria mudança, como do seu posicionamento e peso relativo no seio deste sistema metropolitano.

Ao nível das alterações estruturais, importa realçar as que se verificaram nos sectores económicos que passaram a deter o papel de motores da economia da Península - com a consequente alteração de localizações, de mercado de trabalho e das interdependências com o exterior -, como

sejam as que resultaram das melhorias de acessibilidade que entretanto se verificaram em certas partes deste território peninsular.

Assim, enquanto as antigas localizações industriais de beira-rio acabariam por desaparecer, lançando no desemprego dezenas de milhares de trabalhadores e afectando o comércio e serviços locais, bem como uma miríade de pequenas e médias empresas subsidiárias – assistiu-se ao reforço do sector logístico, do grande comércio de retalho e à implantação de novas indústrias, de base tecnológica mais avançada, adoptando os conceitos produtivos do “just in time” e viradas essencialmente para a exportação. Tal situação transferiu desde logo para o exterior da AML uma boa parte dos fornecimentos e dos produtos manufacturados – exigindo por isso mais e melhores acessibilidades regionais e internacionais –, como induziu à localização próxima de parte da produção das suas componentes nacionais. Daí a alteração rápida e acentuada que se verificou nas principais actividades industriais da Península, que agora ocupam sobretudo a zona de Coina, Paio Pires e a Mitrena.

Mais recentemente, com a construção duma nova travessia rodoviária do Tejo entre o Beato e o Montijo, aí se abriram novos espaços de expansão urbana, beneficiando das novas condições de acessibilidade às centralidades emergentes em Lisboa, de que é exemplo o Parque das Nações.

Do mesmo modo, se a abertura do serviço ferroviário na ponte 25 de Abril potenciou a captação de novos habitantes para as áreas de influência directa das estações – ainda que muitas vezes necessitando da complementaridade do automóvel –, a sua extensão ao Pinhal Novo e a Setúbal, abriu aí novas possibilidades de localização residencial para quem trabalha nos novos centros de emprego terciário da cidade de Lisboa, como sejam as Avenidas Novas e o eixo servido pelas estações mais centrais da linha de cintura ferroviária.

Em resultado da combinação e sobreposição destes factores de mudança, o concelho de Almada deixa de ser o único a assumir o papel de “testa-de-ponte” nas relações da Península de Setúbal com Lisboa, beneficiando de algum abrandamento da pressão sobre o seu território. Ao mesmo tempo, Almada vê reforçadas as suas funções de centralidade de nível superior no contexto da AML, mercê do desenvolvimento da sua oferta de equipamentos e serviços, da consolidação e expansão dos núcleos de formação universitária e de inovação tecnológica que se implantaram na faixa norte do concelho, entre o Pragal e o Monte da Caparica.

Por outro lado, beneficiando da extensa frente de praias Atlânticas, de grande qualidade ambiental e paisagística, o concelho reforçou igualmente o seu papel de área de lazer da AML, ao mesmo tempo que se qualificou e apetrechou de equipamentos e infraestruturas, bem como de instrumentos de suporte e promoção do seu potencial turístico.

A localização do novo aeroporto de Lisboa na zona sudoeste do Campo de Tiro de Alcochete, o desenvolvimento da grande plataforma logística da AML no Poceirão e a extensão ao Barreiro do MST e do serviço ferroviário suburbano entre Lisboa e a margem sul do Tejo, são factores que acentuarão o peso económico da Península de Setúbal e potenciarão o projecto do Arco Ribeirinho

Sul, com a renovação de espaços urbanos e industriais desactivados – Quimiparque, Siderurgia Nacional e Margueira – e a captação de população e emprego. Constituem por isso verdadeiras oportunidades também para Almada e para o reforço do seu papel enquanto centralidade da AML.

Neste âmbito, assume particular pertinência a estratégia aprovada no PROTAML de recentrar a AML em torno do estuário do Tejo e de promover uma verdadeira cidade de duas margens, polinucleada e diversificada nas suas vocações e ofertas urbanas. Com efeito, se as novas infra-estruturas de transporte e logísticas, bem como a localização das actividades económicas mais dinâmicas e do emprego mais qualificado, apontam para o reforço do papel da Península no seio da AML, a visão territorial consignada no PROTAML reafirma a necessidade de não se descurarem as relações entre as duas margens do Tejo.

Ao contrário do que ocorreu aquando da elaboração do actual PDM-A, existe agora um conjunto de instrumentos de gestão territorial e de documentos de orientação estratégica de âmbito nacional, que balizam e devem orientar a revisão do Plano. Com efeito, para além do já citado PROTAML – que assume particular importância pelo modelo territorial que propõe para a AML, nomeadamente no que se refere à cidade de duas margens centrada no estuário do Tejo, de que Almada é uma importante centralidade – o próprio PNPOP é igualmente um documento de referência obrigatória, sobretudo pelas orientações que fornece no tocante ao evitar da dispersão urbana e ao reforço do papel que as duas áreas metropolitanas devem desempenhar no país. Neste contexto, o concelho de Almada deverá, não só consolidar a sua centralidade metropolitana, assumindo claramente o seu papel no contexto de uma AML polinucleada e de complementaridade com Lisboa, mas também afirmar a sua especificidade ao nível do turismo e do lazer, da investigação, inovação e tecnologia e enquanto segundo centro universitário da região.

Por sua vez, as questões ambientais e energéticas encontram na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), um suporte importante para o desenvolvimento de políticas e projectos locais que permitam contribuir para a concretização nacional de objectivos e metas aí consagrados. Também documentos orientadores no domínio das alterações climáticas e ambiente urbano, emanados do Conselho Europeu e de diversas organizações internacionais, deverão conformar o processo de revisão. Significa isto que o futuro PDM-A terá de equacionar de forma mais evidente quais as estratégias, políticas e acções que, no âmbito desses documentos de política nacional e internacional, se insiram nesse esforço local de tornar o país mais sustentável e de salvaguardar a integridade do Planeta.

Pelo desafio que colocam actualmente a toda a humanidade, enquanto co-responsável pelas acções causadoras de efeitos e promotora de meios de acção para os obviar, as alterações climáticas constituem um factor exógeno de grande relevância. Os cenários elaborados com base em modelos climáticos previsionais, mostram que as regiões mediterrâneas europeias, e em particular as zonas costeiras, são mais vulneráveis às alterações climáticas. O cariz litoral do território do concelho de Almada, com uma relação de contacto com a água de mais de 35 km de

extensão, torna imperioso acomodar estudos de vulnerabilidade no planeamento da intervenção nos seus territórios costeiros e ribeirinhos. Estes deverão ser corporizados em cartas de risco de erosão costeira que formulem medidas de gestão sobre as fontes de perturbação actuais e medidas de adaptação a cenários futuros. Será igualmente importante que o desenho urbano promova a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e responda aos aspectos básicos que afectam a qualidade de vida dos cidadãos no contexto urbano numa lógica de crescimento sustentável.

Uma última referência a um factor exógeno que decorre da utilização do aquífero da península de Setúbal para satisfazer as necessidades do concelho de Almada em água para consumo humano, que dependem assim directamente dos recursos hídricos de origem subterrânea e portanto da manutenção da capacidade de recarga dos aquíferos. As actuações futuras, sobretudo as conducentes à impermeabilização de áreas com maior potencial de infiltração, não deverão condicionar a disponibilidade hídrica no concelho.

Ao nível dos factores de mudança há aqueles que se consideram claramente endógenos, isto é, aqueles que têm a ver com as próprias condições existentes no concelho ou que resultam directamente da sua tendência de evolução nos domínios social e económico.

Neste âmbito assumem particular importância os que se relacionam com a mudança da base económica do concelho – consolidação do sector terciário e maior integração funcional na AML, alteração das actividades para sectores emergentes como a micro-logística, os serviços personalizados, os serviços de apoio às empresas e os serviços associados ao desenvolvimento da tecnologia e inovação, as indústrias criativas e de base tecnológica – e os factores que derivam dos problemas de coesão social.

Também a emergência do turismo e do lazer entendido em sentido lato, em que se destacam os produtos já consolidados ou em vias de consolidação, de que são exemplo, o Golfe, o Sol&Mar, as Meeting Industries (MICE) e o Turismo Religioso e ainda os produtos com forte potencial, como o Turismo Cultural, Turismo Desportivo e Turismo de(na) Natureza, constituem importantes oportunidades a potenciar.

A melhoria da acessibilidade interna na parte mais densamente povoada do concelho, que a rede do MST e as novas vias vão introduzir, a promoção da intermodalidade num sistema de transportes diversificado, a aposta nos modos suaves, suportada na existência de uma rede de percursos cicláveis e na qualificação do espaço público, constituirão também um importante factor de mudança, quer no que se refere aos hábitos de deslocação quotidiana da população, quer para o seu acesso às áreas de concentração de comércio, serviços e equipamentos colectivos. Esta profunda transformação na mobilidade concelhia é igualmente uma oportunidade para a consolidação dessas áreas e o alargamento da sua área de influência a parte significativa da população do concelho.

Considerando ainda que o conhecimento também se pode constituir como um factor de mudança, a aquisição de um melhor entendimento sobre os valores e as funções ecológicas do território, possibilita que estes sejam atendidos na transformação do uso do solo e que seja explorado o seu potencial na contribuição para a qualificação do espaço.

PARTE III – DEFINIÇÃO DE NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

METODOLOGIA

A elaboração do primeiro PDM-A, no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, um dos primeiros cinco iniciados a nível nacional, introduziu alguns aspectos inovadores na construção deste tipo de instrumento de gestão territorial (IGT). Desde logo, porque o concelho já estava coberto em mais de 90% do seu território com planos de ordenamento (PMOT) elaborados após o 25 de Abril. Por outro lado, porque o trabalho conducente à formulação do PDM-A começou por se centrar na construção de um diagnóstico da situação existente no concelho, a partir do levantamento e análise da informação já disponível e entretanto recolhida, mas também através de um processo alargado de participação dos diferentes serviços da CMA, bem como da auscultação dos vários agentes e actores sócio-culturais, económicos e políticos do concelho – o qual permitiu, não só, consensualizar uma visão do estado do concelho e das suas tendências de evolução, como, mais importante ainda, conduziu à formulação e aprovação de um conjunto de cinco objectivos estratégicos para a transformação do concelho. Esses objectivos, abrangendo tanto os aspectos biofísicos e urbanísticos, como os socio-económicos e o próprio funcionamento dos serviços do município e da sua relação com a população, serviram desse modo para orientar o desenvolvimento das propostas do PDM-A, enquanto normativo administrativo que condensa, em termos espaciais, o que se pretende para o futuro do concelho.

Deste processo, cumpre destacar, como elementos caracterizadores, os seguintes:

- Processo formal de elaboração do Plano, contando com um vasto trabalho de planeamento que o precedeu, os já referidos PMOT e um diagnóstico multi-sectorial, onde colaboraram os diferentes serviços da CMA e onde participaram os principais actores da vida colectiva do concelho.
- Definição de um conjunto de objectivos estratégicos para o concelho - abrangendo tanto os aspectos físicos e ambientais, como os sócio-económicos e os relacionados com a gestão – que, após aprovação pelos órgãos municipais, funcionaram como um verdadeiro programa para a elaboração do PDM-A.

É pois com evidente agrado que se regista o facto da nova legislação que enquadra a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as

alterações introduzidas pelo DL nº 316/07, de 19 de Setembro e de entre eles o mais importante, o PDM, vir agora consagrar como obrigatória a metodologia seguida em Almada aquando da elaboração do seu PDM. Naturalmente, verificam-se adaptações decorrentes da publicação de outros diplomas legais, nomeadamente os que se referem à maior importância conferida à articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) da responsabilidade do Estado (entretanto elaborados tanto ao nível nacional como regional) - o PNPOT e o PROTAML, entre outros - e à relevância que presentemente se confere às questões ambientais e de sustentabilidade, de que se destaca o relativo à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), DL nº 232/2007 de 15 de Junho.

Deste modo, tendo em conta a experiência anterior e o novo enquadramento legal, a metodologia que se propõe seguir após o início formal do processo de revisão do PDM-A, assentará nos seguintes passos, alguns em sequência, outros em simultâneo:

- Identificação dos factores críticos de decisão ou definição do âmbito e alcance no desenvolvimento da avaliação ambiental estratégica do Plano, tendo por base os três grandes domínios da sustentabilidade: o ambiente, os aspectos socio-económicos e a governância.
- Análise crítica do grau de cumprimento dos objectivos estratégicos definidos no Plano Director Municipal em vigor e avaliação da sua pertinência, tendo como base o Relatório de Avaliação da execução do Plano Director Municipal de Almada.
- Proposição de um conjunto de novos objectivos de desenvolvimento para o concelho, com base nos resultados das duas fases anteriores, na consideração dos objectivos de ordenamento enunciados nos principais IGT, Programas e Estudos, aprovados ou em curso no concelho (nomeadamente, PU de Almada Nascente, PE Almada Poente, EEE Santuário de Cristo Rei, EEE Quinta do Almaraz/Ginjal, PP Cacilhas, EEE Costa da Trafaria, Programa POLIS da Costa da Caparica, Centro Secundário da Sobreda, PP Foz do Rego, Estratégia Local para as Alterações Climáticas, Estrutura Ecológica Municipal, Plano de Mobilidade - Acessibilidades 21, Plano Almada Ciclável, Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, Plano de Desenvolvimento Social, Almada Digital, etc.) e na auscultação dos principais agentes e actores do concelho nos domínios político, social e cultural, económico e ambiental.
- Definição dos critérios de sustentabilidade que irão orientar a própria revisão do PDM-A e deverão funcionar como elementos de avaliação do modo como as propostas do Plano irão contribuir para resolver ou minimizar os factores críticos de desenvolvimento identificados, bem como para alcançar os objectivos de sustentabilidade que o município se propõe atingir.

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Almada, um dos principais concelhos em termos demográficos, de oferta de equipamentos de hierarquia superior e de emprego qualificado, atingiu no período em análise, uma posição estrutural, que lhe permite perspectivar o reforço do seu papel, enquanto centralidade de nível superior, na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Para isso terá de contar com o já adquirido em termos de centralidade, de consolidação e expansão do seu pólo de ensino superior e de inovação tecnológica, de qualificação do seu ambiente urbano, da oferta diversificada que possui na área da cultura, do desporto e do lazer, dos elevados níveis de atendimento em matéria de saneamento básico, da modernização da sua governância local, aliados à sua riqueza natural e qualidade ambiental e paisagística, potenciando estes factores de diferenciação e de vantagem relativa em relação a outros concelhos da Península e da AML.

De facto, a sua localização geográfica privilegiada e a sua riqueza natural, fruto da sua localização no estuário do Tejo e de uma frente atlântica de grande qualidade ambiental, conferem a Almada uma estreita ligação à água e uma grande competitividade no contexto regional e nacional, ao nível do Turismo, Recreio e Lazer, potencialmente geradores de novas dinâmicas.

Tal como no passado, o processo de revisão do PDM-A terá não só de explicitar um modelo territorial coerente com os objectivos de desenvolvimento do concelho – não esquecendo o modelo já implantado no território – mas também, no que à regulamentação urbanística diz respeito, manter e aprofundar as condições que permitam ao Município assumir-se como um actor decisivo na condução do processo urbano e no envolvimento dos parceiros a mobilizar.

Deste modo, sem prejuízo de uma maior clarificação e discussão, resultante da Participação Pública a que alude o nº2 do artº 77º do DL 316/07, de 19 de Setembro, e dos mecanismos de participação alargada que a Câmara Municipal de Almada tem vindo a concretizar, no contexto do projecto “Almada Palavra Aberta”, surgem como determinantes para o enquadramento do processo de revisão do PDM-A, os seguintes objectivos de desenvolvimento:

- **Reforçar o papel de Almada enquanto centralidade de nível superior da AML, no contexto da “Cidade de Duas Margens”**, potenciando as suas características únicas e diferenciadoras, a sua localização geográfica, integrando o arco ribeirinho sul na embocadura do estuário, a sua qualidade ambiental e paisagística, e os seus elevados níveis de atendimento em matéria de equipamentos colectivos e de saneamento básico;
- **Reforçar Almada enquanto território multifuncional**, de oferta de serviços, de comércio, de cultura, de lazer, de emprego, de encontro de gentes e culturas, dos bairros aos centros urbanos, concretizando o conceito de “um Lugar para Habitar, Lugar para Trabalhar, Lugar de Cultura, um Lugar de Conhecimento”;

- **Reforçar o desenvolvimento do Pólo Universitário e de Inovação**, o segundo da AML, com a fixação de novas valências, a sua internacionalização e a sua interligação com o tecido empresarial e produtivo;
- **Potenciar Almada como Cidade Educadora e Criativa, de Cultura e do Conhecimento**. Em articulação com as escolas de ensino superior, promovendo a conectividade transnacional e a mobilidade estudantil a nível europeu, afirmando Almada como Cidade Erasmus;
- **Afirmar Almada como território de inovação e de competitividade à escala global**, com o reforço das indústrias de base tecnológica, do turismo e de outras áreas de actividade económica diversificadas, geradoras de emprego;
- **Intervir na valorização e qualificação do espaço público**, enquanto pré-requisito essencial à vida na cidade, como local de socialização e de encontro, que privilegia a escala humana, e como símbolo espacial da democracia e da igualdade;
- **Desenvolver um desenho urbano e soluções urbanísticas que assegurem uma utilização criteriosa dos recursos naturais**, através do uso eficiente da água e da energia, do recurso a fontes de energia renováveis, contribuindo para a redução da intensidade carbónica de Almada;
- **Promover a acessibilidade às múltiplas funções do território, com base na diversificação e intermodalidade do sistema urbano de transportes**, dando prioridade aos modos de transporte colectivos e aos modos de deslocação suaves para garantir padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.
- **Alargar a rede do MST, em especial ao interior do concelho**, satisfazendo níveis crescentes de exigência ambiental e social, com um modo de transporte rápido, eficaz e ambientalmente e energeticamente eficiente;
- **Conter o crescimento urbano disperso e difuso**, preenchendo as áreas expectantes urbanizadas, promovendo a sua articulação e continuidade natural;
- **Promover a reconversão de áreas urbanas desactivadas**, em alternativa à expansão urbana, e dar a máxima prioridade à **reabilitação do tecido edificado**;
- **Valorizar a qualidade ambiental e paisagística de Almada**, enquanto elemento potenciador da qualidade de vida do seu território, consolidando a estrutura ecológica municipal, nas suas componentes fundamental, rural e urbana, salvaguardando as funções e os valores ambientais do território e garantindo a sua continuidade natural;
- **Aprofundar a solidariedade, promover o associativismo**, construindo o concelho multicultural, que todos acolhe e todos integra;
- **Reforçar a participação activa dos cidadãos e da Sociedade Civil**, tendo em vista a formulação de uma estratégia colectiva para a gestão sustentável do território, concretizando um modelo de Cidade que proporcione uma vivência social coesa e solidária e reforce a identidade local.

- **Afirmar o Poder Local como pilar do desenvolvimento sustentável e solidário**, no contexto local, regional e global, desenvolvendo a gestão local a partir do conhecimento global.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A definição de critérios de sustentabilidade a adoptar no processo de revisão do PDM-A, deverá, numa fase inicial, forçosamente orientar-se para a clarificação dos domínios e áreas específicas em que deve incidir o esforço em se prosseguir um desenvolvimento sustentável e solidário para o concelho, assumido em Almada como estratégia local de desenvolvimento.

De facto a revisão do PDM-A pode e deve contribuir para imprimir uma dinâmica de inovação, que permita desenvolver o território à luz dos mais elevados padrões de qualidade de vida urbana e ambiental, garantindo o crescimento económico e o necessário desenvolvimento social, em estreito respeito pelo património natural e pelo equilíbrio dos valores ambientais.

Neste processo de construção de um modelo de cidade sustentável, a governação local, próxima das pessoas e da comunidade, assume uma importância primordial e crescente. O “Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável no século 21”, comumente designado por Agenda 21, emanado da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992, reforça a importância desta gestão à escala local com o lançamento do desafio “Agir local, pensar global”. Em 2002, a Conferência Mundial para o Desenvolvimento sustentável, que teve lugar em Joanesburgo, veio a reforçar estes objectivos, consagrando o paradigma a “Acção local, faz avançar o mundo”.

Estes princípios e orientações estão também corporizados nos compromissos que emanaram da Conferência Aalborg+10 e que se fundamentam na visão partilhada de um futuro sustentável para os participantes na Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, da qual Almada é signatária.

Foi assim entendido pela Câmara Municipal de Almada, dinamizar e aprofundar um processo de Agenda Local 21, iniciado com a elaboração do Plano Municipal de Ambiente, dando o seu contributo local para a concretização efectiva destas estratégias e políticas de âmbito nacional ou europeu.

Os domínios que surgem como determinantes para a sustentabilidade de Almada, constituem as áreas estratégicas da Agenda Local 21 de Almada, que estão integradas nas 6 Linhas Estratégicas da Estratégia Local de Desenvolvimento Sustentável e Solidário e que agregam e orientam toda a actividade municipal.

Deste modo, optou-se por fazer convergir as áreas estratégicas da Agenda Local 21 de Almada e os 10 compromissos de Aalborg, com os critérios de sustentabilidade que deverão ser objecto de consideração nas propostas do Plano. Uma maior fundamentação resultante de trabalhos subsequentes, poderá todavia apurar a identificação dos critérios de sustentabilidade a adoptar.

Assim, tendo em conta as especificidades do território de Almada e a necessária articulação das dimensões ambiental, socioeconómica e organizacional no processo de revisão do PDM-A, propõe-se a seguinte lista de critérios de sustentabilidade:

- **Estrutura Urbana e Ocupação do Solo**
- **Paisagem, Património Natural e Biodiversidade**
- **Solos e Recursos Hídricos**
- **Mobilidade e Transportes**
- **Energia e Alterações Climáticas**
- **Economia e Coesão Social**
- **Resíduos**
- **Saúde e Qualidade de Vida**
- **Educação, Cultura e Equidade**
- **Informação, Participação e Cidadania**
- **Governância.**

BIBLIOGRAFIA

Augusto Mateus & Associados, Março 2008 – Estudo de Caracterização do Tecido Empresarial de Almada. Relatório 1

Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) – Água XX1 – 14 anos de mudança, 14 testemunhos.

Barker T. *et al*, 2007 - *Technical Summary. In: Climate Change 2007: Mitigation. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [B. Metz, O. R. Davidson, P. R. Bosch, R. Dave, L. A. Meyer (eds)], Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

CCDR-LVT, 2002 - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-ALM)

CESUR/IST, 2002 – Estudo para a Caracterização e Definição da Rede Viária Secundária do Concelho de Almada (Relatório Final)

CMA, 2008 - Regulamento Urbanístico do Município de Almada (RUMA)

CMA/DEGAS, 2004 - *A Carta do Ruído de Almada – Resumo Não Técnico*. Cadernos Ambiente Almada21. nº1. Vol.1. CMA. 47 pp.

CMA/DEGAS, 2005 - *Memória descritiva da Rede Ciclável Hierarquizada de Almada*.

CMA/DEGAS e AGENEAL, 2008 - *Guia dos Transportes Públicos de Almada*, Semana Europeia da Mobilidade 2008

CMA/DEGAS, AGENEAL e IST/UTL, 2008 - *Inventário das Emissões de GEEs no Município de Almada: matriz energética*.

CMA/DEGAS e CAPS/IST (Centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico), 2007 - Adaptação da Carta do Ruído de Almada: Relatório Técnico.

CMA/DPPMA e CEBV/FCUL (Centro de Ecologia e Biologia Vegetal), 2003 - *Caracterização da Vegetação da Mata dos Medos e Parque da Paz* (Relatório Técnico).

CMA/DEGAS e CEAP/ISA (Centro de Estudos de Arquitectura Paisagística Prof. Caldeira Cabral), 2004 - Plano da Rede Ciclável do Concelho de Almada.

CMA/DPPMA e CEBV/FCUL (Centro de Ecologia e Biologia Vegetal), 2004 - Caracterização das Comunidades Vegetais da Planície Litoral e da Frente Ribeirinha Norte (Relatório Técnico)

CMA/DPPMA, AGENEAL e FCT/UNL, 2001 - *Inventário das Emissões de GEEs no Município de Almada*.

CMA/DPPMA, AGENEAL e FCT/UNL, 2003 - *ELAC, Estratégia Local para as Alterações Climáticas no Município de Almada*.

Conselho Local de Acção Social de Almada (CLASA), Novembro 2005 – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada.

CMA/AGENEAL, 2006 – Estudo de Opinião junto dos residentes no concelho de Almada sobre Mobilidade e Ambiente.

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) e Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (e-Geo), 2007 – Plano de Valorização Turística do Concelho de Almada.

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), 2005 - 2015, disponível em <http://www.planotecnologico.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/> em Novembro de 2008

Freitas, C.; Sousa, C.; Moura, L.; Lopes, N.; Machado, P.; Silva, P. e Taborda, S., 2008 - *A Mediterranean experience - how Almada responds to climate change*, European Climate Conference: Climate Protection and Renewable Energy: Medium and Small Communities facing the Challenge, 2 a 4 de Abril 2008 Rovigo, Itália.

Freitas, C.; Machado, P. e Dionísio, S., 2008 - *Tourist destination handling climate change: addressing CO₂ reduction in a growing, high-density, tourist city*, Convenção Europeia do ICLEI e Expo 2008 de Zaragoza, 23 e 25 de Junho de 2008, Zaragoza, Espanha.

Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT), 1988 - Normas para a programação de equipamentos colectivos. Colecção Estudos Urbanos e Ordenamento. GEPAT/MPAT.

Gabinete do PDM (CMA), 1991 - Cadernos do PDM, ed. Câmara Municipal de Almada.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 1997 – Centros de Emprego: Estatísticas Mensais (Dezembro).

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2007 – Centros de Emprego: Estatísticas Mensais (Dezembro).

Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censos 1991

Instituto Nacional de Estatística (INE), 1998 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1997.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 1999 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1998.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2000 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1999.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2001 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2000.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2001 – O País em Números 1991-1999.

Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censos 2001

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2004 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2005 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2004.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2006 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005.

Instituto Nacional de Estatística (INE), 2007 – Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006.

ISEG/CIRIUS, 2004 – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES).

Lopes N., Sousa C., Silva P. e Freitas C., 2008 - *Estratégia Local para as Alterações Climáticas de Almada: exemplos de intervenção no domínio da adaptação*. 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes. Portugal.

Magalhães, M.R., 2001 - *A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Editorial Estampa. Lisboa. 525 pp.

Magalhães, M; Abreu, M.; Lousã, M. & Cortez, N., 2007 - *Estrutura Ecológica da Paisagem: conceitos e delimitação - escalas regional e municipal*. Isapress. 360 pp.

Observatório do QCA III, MAOTDR, Setembro 2007 – Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013.

Parry, M.L., O.F. Canziani, J.P. Palutikof and Co-authors, 2007 - *Technical Summary. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK, 23-78.

Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008 (publicada no Diário da República de 20 de Maio de 2008).

PNAC 2004 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas, Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004 (publicada no Diário da República de 31 de Julho de 2004).

PNAC 2006 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas, Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006 (publicada no Diário da República de 23 de Agosto de 2006).

Santos F.D., Forbes K., Moita R. (editores), 2006 - *Alterações climáticas em Portugal. Cenários, impactos e medidas de adaptação*. Projecto SIAM II. 1ª Edição. Gradiva, Lisboa.

Silva P., Correia A. I., Branquinho C., Correia O., Dionísio S., Lopes N. & Freitas C., 2007 - *Assessment of Coastal Vulnerability and effects over the flora communities in Almada* (Portugal). 1st International Conference on Management and Restoration of Coastal dunes. Santander. Espanha.

Sites:

www.ageneal.pt

www.almadadigital.pt

www.amarsul.pt/

www.apambiente.pt

www.gep.mtss.gov.pt

www.iefp.pt

www.ine.pt

www.ipcc.ch

www.m-almada.pt/portal/page/portal/AMBIENTE

www.portugal.gov.pt

www.qualar.org/INDEX.PHP?page=4&subpage=3&estacao=3083

www.smas.pt